

Cadernos de Clio

Revista Cadernos de Clio
Publicação PET História UFPR

Corpo Editorial

Otávio Luiz Vieira Pinto (Presidente), Alana Beatriz Cersosimo Lous, Alice Mikos Tigrinho, Amanda dos Santos Neves, Bruno Gustavo Borel da Silva, Cassiana Sare Maciel, Cezar Augusto Oliveira Camparim, Eduarda Goncalves de Almeida Santos, Elisa Alves Silva Ruiz, Emili Beatriz Julio, Felipe Adrian de Assis Vaz, Juliana Clara Cesar, Larissa Gabrieli Fonseca, Maria Eduarda Siqueira Leite, Maria Fernanda Moreira Vitalino, Maria Julia Silvestre Silva, Mariana Luiza Secco, Rafaela Zimkovicz, Rhangel Dos Santos Ribeiro, Ryan Sodré Pimentel, Vitoria Camili Dos Santos Zanetti

Conselho Consultivo

Ana Paula Martins (UFPR)
Ana Carolina Balbino (UNICAMP)
André Keiji Kunigami (University of California in Irvine)
Cláudio Foltran Ulbrich (UFPR)
Fernando Seliprandy Fernandes (Fundação Biblioteca Nacional)
Gabriel Elysio Braga (UFPR)
Gabriela Simonetti Trevisan (UNICAMP)
Giulia Ancieski Manfredini (UFPR)
João Pedro Garcez (UFPR)
Luisa de Quadros Coquemala (USP)
Milena Ribeiro Martins (UFPR)
Rosane Kaminski (UFPR)
Vanessa Beatriz Bortulucce (Faculdade Cásper Líbero)
Xênia Amaral Matos (UFSM)

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA

Cadernos de Clio

V. 12, Nº 2, 2021, PET – História UFPR

Endereço para correspondência

Rua General Carneiro, nº 460, 7º andar, sala 713

Centro – Curitiba – Paraná – Brasil

CEP: 80060-150

e-mail: cadernosdeclio@gmail.com

Cadernos de Clio online <https://revistas.ufpr.br/clio>

Projeto gráfico, capa e lombada:

Cassiana Sare Maciel

Editoração, editorial:

Cassiana Sare Maciel, Cezar Augusto Oliveira Camparim, Felipe Adrian de Assis Vaz, Maria Julia Silvestre Silva, Rafaela Zimkovicz

Diagramação:

Bruno Gustavo Borel da Silva e Cassiana Sare Maciel

Referência de Capa e Contracapa:

Rohit Chouraddi, imagem sem título,

<<https://unsplash.com/photos/PH6KKI2i6T8>>.

Catálogo na publicação
Universidade Federal do Paraná - Biblioteca de Ciências Humanas – UFPR
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9º/1607

Revista Cadernos de Clio. / PET História UFPR; projeto gráfico, capa e lombada :
Cassiana Sare Maciel; editoração, editorial e diagramação : Cezar Augusto
Oliveira Camparim ...et. al. - v.1, (2010). – Curitiba, PR : Programa de Educação
Tutorial de História da Universidade Federal do Paraná, 2021.

v.12, n.2, jul./dez. 2021.

Semestral (a partir do primeiro semestre de 2015)

ISSN : 2237-0765

ISSN : 2447-4886 (on line)

Disponível em : <https://revistas.ufpr.br/clio>

1. História - Periódicos. 2. História – Estudo e ensino. 3. Historiografia – Divulgação científica. I. Programa de Educação Tutorial de História da Universidade Federal do Paraná. II. Maciel, Cassiana Sare. III. Camparim, Cezar Augusto Oliveira.

CDD – 907

Editorial

Prezadas/es/os leitoras/es,

Nesta edição, foram reunidos seis artigos e uma resenha que versam sobre assuntos múltiplos dentro da área de produção histórica. Os textos aqui publicados são, com frequência, fruto de estudos de trabalhos de Iniciação Científica, sendo, portanto, indicativos da variedade de preocupações que graduandos e graduandas em História têm demonstrado, conforme comentamos abaixo.

A começar pelo primeiro artigo, em “A Revolta Vesícula de Ducécio (461-440 a.C.): um projeto tirânico ou um movimento emancipatório?”, Leonardo Viola revisita as fases de Ducécio para compreender suas ações enquanto líder e investigar se o movimento que encabeçou poderia ser chamado de tirânico ou se havia nele um desejo genuíno por autonomia.

Saltando ao Tempo Presente, “Entre a negação e a conspiração: o antifeminismo no Brasil na década de 2020”, de Larissa Aparecida Ramos, foca na análise de discursos veiculados na internet. A autora buscou elementos antifeministas entre as publicações da Deputada Estadual Ana Caroline Campagnolo (PL-SC) e Sara Winter, duas expoentes do conservadorismo brasileiro. A primeira se destaca por sua formação em História, sendo ainda consideradas algumas de suas publicações acadêmicas.

Ainda sobre um recorte contemporâneo, Carlos Eduardo Bione, em “¡La alegría ya viene! – 1988, o povo nas ruas e a reabertura política do Chile”, analisa a construção retórica da campanha eleitoral de situação e oposição no Chile pós-1988, com a reabertura que seguiu o fim da ditadura militar no país, se estendendo a um panorama político atual, com o

direcionamento à Constituinte. Para tanto, o autor dispôs de um conjunto de documentos impressos e audiovisuais, incluindo documentários recém-lançados, além de contar com o apoio da análise conjuntural daquele contexto publicada pelo jornal O Globo.

Em seguida, baseado em ampla produção que parte da literatura para produção histórica, Alex de Lima Ferreira escreve “O problema da minoridade em Capitães de Areia: uma análise sobre as imagens da infância desamparada e os embates de classes presentes na obra literária de Jorge Amado (1973)”. A partir de uma visão orientada pelas categorias de raça e classe, o autor demonstra a inserção de Amado dentro do que argumenta como amplo discurso regulador da infância estabelecido nas primeiras décadas do século XX, a saber, a condução dessa etapa da vida, quando pobre, ao trabalho e obediência civil. Tratada enquanto categoria histórica, a infância e sua representação são examinadas dentro de sua determinação contextual: a minoridade, para o escritor, como problema de resolução estatal higienista.

Já versado sobre a utilização didática do melodrama audiovisual, Bruno José Yashinishi contribui com o artigo “O uso da teledramaturgia brasileira em aulas de História: o cangaço na minissérie Lampião e Maria Bonita (1982)”. Entendida como fonte e ferramenta do conhecimento histórico, a minissérie serve de base para uma proposta de análise crítica de imagens e representações sobre o cangaço brasileiro a ser empreendida com estudantes de Ensino Médio.

Por fim, o último artigo desta edição é de autoria de Vitória da Silva Kohler: “Serventes dos Pagodes’: a diabolização das bailadeiras (devadasis)

segundo o arcebispo-primaz de Goa Inácio de Santa Teresa”. Utilizando como fonte um fragmento de tratado espiritual de autoria de Inácio de Santa Teresa, a autora constata uma vilanização das bailadeiras na Goa portuguesa. A partir do fenômeno, contextualiza a crise da cristandade naquele domínio português do século XVIII com foco na repressão às práticas hindus e sua relação com o processo de diabolização das dançarinas do templo.

Autor da única resenha do volume, Antonio Soares Rocha Neto faz um balanço da obra de José Paulo Netto publicada em 2020 pela Boitempo Editorial. Oriundo da área jurídica, Neto examina “Karl Marx: uma biografia”, revisando as principais contribuições da recém-lançada obra de uma das maiores referências brasileiras para pensar Marx e o marxismo.

Para além da atualização da revista com o rol variado de produções submetidas ainda durante o período de auge pandêmico, o ano de 2022 foi um período profícuo de inserção do Comitê Editorial da revista Cadernos de Clio em espaços interinstitucionais de diálogo acadêmico, sob a intenção de amplificarmos gradativamente o profissionalismo e alcance de nossas atividades. Desse modo, buscamos participar de treinamentos ofertados pelo Portal de Periódicos da CAPES, de oficinas do Sistema de Bibliotecas (SIBI) da UFPR, voltadas à atualização da plataforma de submissões utilizada na universidade, o Open Journal System, assim como dos debates capitaneados pelo Fórum de Editores da Associação Nacional de Profissionais de História (ANPUH), que congrega representantes de diferentes periódicos, dos níveis de graduação e pós-graduação, do país.

Em atividade desde 2019, o órgão tem discutido possibilidades de renovação e revisão das políticas editoriais que pautam as revistas acadêmicas mediante a coerência delas para a consolidação de conhecimentos atualizados da área. Nos últimos três anos, sob a liderança do comitê da Revista Brasileira de História (RBH), o Fórum pautou temas como a potencial funcionalidade da métrica de controle H Index, vinculado ao portal Google Scholar, para avaliação do peso de impacto dos veículos editoriais, discutindo, também, a congruência de critérios para o reconhecimento de escritas em autoria coletiva, a partir de um olhar que busca manter as normativas da produção em História atentas às práticas multidisciplinares de geração de saberes. Este ano, o enfoque se voltou à própria centralidade dos artigos de revisão duplo-cega, que, conforme mapeado por integrantes do Fórum, são menos mobilizados em programas de disciplinas e listas bibliográficas do que capítulos ou livros completos, não necessariamente revisados sob as mesmas condições de isonomia.

A partir dessa problemática, emergem questionamentos elementares para uma continuidade sustentável das dinâmicas editoriais: quais iniciativas devem ser implementadas para que haja uma circulação significativa das produções periódicas da atualidade? E, mais do que isso, quais mudanças precisariam ser realizadas para assegurar uma manutenção sólida das atividades das revistas? Ambas as questões atravessam diretamente outro dos estrangulamentos ostensivos da área de História — mas compartilhados, analogamente, pelos demais campos —, aquele referente à validação financeira dos trabalhos técnicos de que as publicações carecem. No mês em que 200 mil bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES) e milhares de estudantes vinculados a políticas de permanência e integrantes de programas institucionais vivenciaram atrasos e cortes em seus pagamentos mensais, defasados há nove anos, os apontamentos do Fórum contribuem para pensarmos a emergencial demanda por mobilizações de escopo nacional e a efetivação de reajustes às múltiplas escalas da pesquisa acadêmica.

Tomando tais provocações em conta, reproduzimos abaixo a versão completa do Editorial “Por uma política de valorização das Revistas acadêmicas na área de História”, lançado em fevereiro de 2022. Esperamos que tanto ele, quanto todos os textos que compõem este volume contribuam com a pluralização das narrativas históricas e de nossa capacidade de crítica das dimensões de conhecimento da atualidade.

Boa leitura!

Cassiana Maciel e Rafaela Zimkovicz,
Janeiro de 2023.

*Por uma política de valorização das Revistas acadêmicas na área de
História*

Nas últimas três décadas, o lugar e o papel dos artigos científicos publicados nos periódicos ampliaram-se significativamente no campo das Humanidades, seja como parte de mudanças no universo de potenciais autores e leitores devido à expansão de cursos de graduação e pós-graduação, seja este processo resultado, em parte, da indução da avaliação feita pela

CAPES, a agência de consolidação da pós-graduação nacional. No entanto, apesar do crescente volume de artigos e de revistas publicados (incluindo periódicos discentes), não observamos um crescimento equivalente nos usos destas referências, tanto em outros artigos, teses e dissertações e livros quanto sua presença em ementas de cursos de graduação e pós-graduação. Caberia perguntar: será que lemos e acompanhamos os artigos que saem nos periódicos, ao menos, nas áreas de nossas especialidades?

A resposta parece ser não, o que pode indicar uma certa distorção: apesar de ser um elemento altamente valorizado na avaliação dos programas de pós-graduação, e envolver um grande trabalho de avaliação e edição por parte das equipes editoriais de periódicos, bem como de produção e aperfeiçoamento de cada artigo avaliado, sua inserção no cotidiano de docentes e pesquisadores em História não parece ser central. Se tomarmos como certo que os artigos deveriam representar os primeiros resultados de pesquisas originais, não caberia a nós, como comunidade, valorizá-los? Nos arriscamos a dizer que duas ações deveriam ser pensadas de modo a contribuir com uma desejável mudança neste quadro: primeiramente, uma ampliação nos usos de artigos científicos na prática de pesquisa, de formação, de ensino e de preparo e seleção de novos pesquisadores; além disso, o reconhecimento pleno dos trabalhos realizados pelas equipes editoriais (editores de periódicos e avaliadores/pareceristas, em especial), em sua dimensão técnica e, sobretudo, acadêmica.

É um consenso partilhado entre nós a importância dos livros autorais como fruto da consolidação de pesquisas originais, muitas delas acumuladas ao longo de anos. Os artigos de periódico, no entanto, podem ter outra

função: a de apresentar novidades de pesquisas, de abordagens, de revisões do campo historiográfico, de reflexões sobre a docência e sua prática etc., cujo caráter exploratório é sempre bem-vindo. Seria salutar que alguma reflexão sobre seus formatos estivesse presente nos nossos espaços formativos. Mas provavelmente a questão passe por um gargalo: como nós, enquanto campo, desejamos potencializar a leitura e o uso dos artigos publicados se durante a formação do historiador (no nível de graduação e pós-graduação) a imensa maioria dos itens bibliográficos das ementas disciplinares são de livros? E mesmo os textos obrigatórios valorizam capítulos muito mais que artigos? Sem uma formação que prepare a comunidade historiadora para consultar, usar e refletir sobre este tipo de referência, considerando inclusive a crescente multiplicação de ferramentas digitais que subsidiam indexadores e bases de periódicos plurais, dificilmente este quadro se alterará.

Observando o que as revistas do campo têm feito ultimamente, cabe apontar que utilizamos muito pouco o que oferecem para reflexão e atividades de formação. Além dos tradicionais dossiês, as seções de debate, informes de pesquisas, entrevistas, blogs, entre outros, e mais recentemente lives e discussões online que aumentaram progressivamente com a pandemia iniciada em 2020, quase nada disso parece ser material orgânico de discussão sobre seus temas e produções. Poucos são os cursos que promovem reflexão e acompanhamento de revistas nas áreas especializadas, dentro e fora do Brasil, o que pode ser especialmente significativo na pós-graduação, onde a necessidade de atualização das novas pesquisas diante da produção referente a cada tema é imperiosa, devido ao fato dos periódicos serem veículos de

comunicação das pesquisas mais recentes, bem como espaços de interações recorrentes. E o que dizer de cursos que promovam atividades formativas acerca da produção editorial em seus vários níveis, até mesmo de avaliadores, o que conta com ainda experiências inovadoras muito pontuais.

Ao mesmo tempo que esse conjunto de indícios sugere um baixo investimento na qualificação do debate acadêmico, *stricto sensu*, convoca a comunidade de historiadores a reavaliar e aperfeiçoar suas práticas. Nada disso fará sentido se não investirmos na valorização do trabalho editorial como um todo: a atuação dos editores, conselhos, assistentes e avaliadores. Este processo envolve ao menos dois âmbitos, fundamentais para o fortalecimento do debate qualificado no campo da história: (a) reconhecimento institucional do trabalho acadêmico e técnico daqueles envolvidos no processo de edição de um periódico; e (b) reconhecimento do trabalho acadêmico na elaboração dos pareceres dos artigos avaliados.

A atuação das equipes, em seus mais variados níveis, requer um reconhecimento institucional que talvez deva ter um forte arrimo dentro de nossos próprios departamentos, programas, universidades, sem contar nossa avaliação como pesquisadores e docentes. A condução e execução dos trabalhos dos periódicos requer horas a fio de trabalho voluntário em prol do campo científico e, na imensa maioria das vezes, sequer é levado em conta como atividade profissional pelas instituições — salvo raríssimas exceções. O mesmo se pode dizer dos trabalhos dos discentes envolvidos nos processos de editoração de periódicos que deveriam ter computadas, ao menos, as horas que essas atividades tomam, se as entendemos realmente como experiência central na sua formação. Os editores arcam com o tempo, o acúmulo de

trabalho (vale dizer que quanto menor o periódico, mais o trabalho é centralizado em poucas pessoas), a dificuldade de encontrar pareceristas especialistas dispostos e disponíveis para análise de nossos artigos, o restrito apoio técnico institucional que os obriga à busca pelo aprendizado sobre novas ferramentas de gestão editorial, de controle de originalidade, de indexação e de difusão de nossa produção, incessantemente, tudo para garantir a publicação de nossos artigos mantendo o rigor da periodicidade mais adequada possível.

Infelizmente não é muito diferente no trabalho dos pareceristas. Na imensa maioria, temos uma atuação praticamente voluntária e anônima, em que a demanda pela sua grande especialização e qualidade do parecer tem um mínimo de reconhecimento (uma declaração de atividade realizada, a ser computado em relatórios de atividades de departamentos e/ou no programa), que é bem aquém da contrapartida ofertada. Não à toa, não há revista que não enfrente atualmente dificuldade em encontrar pareceristas, e ainda mais dispostos e com tempo para dedicação às avaliações. Enquanto não valorizarmos o trabalho dos pareceristas como produção intelectual sumamente qualificada, novamente estaremos com poucas possibilidades de reverter o quadro. Ainda mais diante dos novos desafios que se colocam às revistas hoje em dia para que sejam veículos muito mais dinâmicos e ativos na interação com a comunidade, e menos simples repositórios de textos.

Arriscamos dizer que o reconhecimento de todas essas etapas de produção e avaliação pode apontar para um saudável caminho contrário ao produtivismo, em prol de uma cultura de maior leitura e interação com os periódicos. Alterar a cultura consolidada da área no que toca às revistas, e

incentivar uma maior experimentação diante das possibilidades atuais das plataformas digitais é algo mais que bem-vindo atualmente, mas que demanda tempo precioso de trabalho de todas e todos nós.

Se nada disso é possível sem recursos humanos e técnicos qualificados, é inviável sem recursos financeiros. Editar um periódico de qualidade exige recursos financeiros no pagamento de equipes especializadas — revisão, tradução, diagramação, apoio de secretários/assistentes editoriais, marcação XML, hospedagem de sistema de gerenciamento do fluxo editorial, registro DOI, acompanhamento dos processos de indexação entre outros. A mudança do suporte de papel para o digital pode ter apresentado uma ideia ilusória de que os custos se reduziram. No entanto, de modo geral, os custos ficam equivalentes ou maiores, na medida em que trabalhos mais especializados se tornaram imperativos, assim como a necessidade de criação/disponibilização de sistemas que garantam não apenas o acesso digital no curto e médio, mas também sistemas digitais que assegurem a guarda e o acesso a nossas produções no longo prazo. Afinal, são esses acervos que testemunham parte substantiva de nosso debate historiográfico e, portanto, de sua memória. Neste sentido, financiar a publicação de um livro é muito mais fácil do que o complexo processo editorial que sustenta cada artigo publicado em uma revista acadêmica, cujo exigente trabalho, constante e qualificado, não pode ser como que sorrateiramente embutido nas tarefas de docência e pesquisa.

Neste sentido, a demanda por recursos financeiros é mais que urgente, seja nacionalmente, seja em nossas instituições e programas. Sua falta tem levado ao encerramento da atividade de vários periódicos, desde pequenos

títulos até mesmo revistas academicamente consolidadas e do mais alto estrato no sistema de avaliação nacional. Uma posição hegemônica dentro da área de história e recorrente em grande parte das Humanidades é que os periódicos não devem realizar cobranças de taxas, seja dos autores (normalmente nomeadas como ‘taxa de processamento de artigo’, APC, article processing charge), seja dos leitores (taxas de assinaturas ou de acesso). Deste modo, e considerando que o vínculo da grande maioria das revistas é com as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, as alternativas são as chamadas públicas da modalidade programa editorial. Dentre estes sistemas de financiamento são poucos os que contemplam os novos periódicos e os que ainda não foram amplamente indexados; em geral, o foco tem sido os periódicos indexados nas grandes bases de dados nacionais e internacionais. As alternativas seriam as Fundações de Apoio e recursos das próprias IES, no entanto, têm sido cada vez mais raros esses editais. Ainda assim, raramente essas agências financiadoras contemplam este grupo ¹. O estrangulamento financeiro dos periódicos alija as comunidades de pesquisa no seu processo de crescimento e consolidação acadêmica, além de comprometer e reduzir a pluralidade de tópicos de pesquisa e, com isso, a bibliodiversidade do campo

Diante do grave cenário nacional de descaso e flagrante desfinanciamento das pesquisas, que eleva esse quadro complexo a desafios presentes e futuros ainda mais exigentes, nossa atuação política é

¹ Destaca-se que o problema do financiamento tem sido generalizado, como destaca a Academia Brasileira de Ciências (SITUAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS..., 2021).

conclamada a uma dupla empreitada, que só podemos enfrentar na convergência de esforços. A primeira é lutar pelo reconhecimento e pelo financiamento, sempre! Mas é também fundamental lembrar o quanto pode ser crucial uma cultura de pesquisa e formação que valorize as revistas científicas da área, no âmbito do uso e dos trabalhos para sua produção.

Assinam:

• Alan Dutra Cardoso (Editor-chefe), Bárbara Câmara Aragon, Carolina da Fonseca Schlaepfer, Clarisse Santos Pereira, Eduarda de Souza Monteiro, Fernanda Olívia Lazaro Carvalho, Gabriel de Abreu Machado Gaspar, Guilherme Henrique Azevedo de Moraes Pinto, Higor Railan De Jesus Pereira, Igor Mello Diniz, Luiz Carlos Barros Joaquim Junior, Naira Mota Bezerra, Nathália Fernandes Pessanha, Thais Gabrich Gueiros Pinheiro
- Equipe editorial da Revista Cantareira

- Aldrin Castellucci - Editor-Chefe da Revista Mundos do Trabalho
- Alessandra Kerber - Editor-Chefe da Revista Anos 90
- Alessandra Izabel de Carvalho - Editora da Revista de História Regional
- Andréa Slemian - Editora da Revista Brasileira de História (ANPUH)
- Ângela Meirelles de Oliveira - Editora da Revista Tempos Históricos
- Artur Nogueira Santos e Costa - Editor da Revista Em Tempo de Histórias

- Beatriz de Moraes Vieira, Fabiano Vilaça, Lucia Bastos Pereira das Neves, Marina Monteiro Machado, Tânia Bessone - Editores da Revista Maracanan (UERJ)

- Breno Arsoli Moura, Ermelinda Moutinho Pataca, Indianara Lima Silva, Rômulo de Paula Andrade - Editores da Revista Brasileira de História da Ciência

- Camila Condilo - Editora Chefe da Revista Mundo Antigo em Resenha

- Carolina Amaral de Aguiar, Lukas Gabriel Grzybowski, Caio Pedrosa da Silva, Mariana Oliveira Arantes, Dora Shellard Correa - Editores da Revista Antíteses

- Cláudia Maria das Graças Chaves - Editora da Revista Almanack

- Claudia Rodrigues - Editora da Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer (UNIRIO)

- Dalila Varela Singulane, Carolina Saporetti - Editoras da Revista Discente Faces de Clio (UFJF)

- Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos - Editor da Revista de História da UEG/Quirinópolis – Goiás

- Erinaldo Cavalcanti, Geovanni Gomes Cabral, Marcus Reis - Editores da Revista Escritas do Tempo (Unifesspa)

- Ester Liberato Pereira - Editora-Chefe da Revista Caminhos da História

- Flávia Florentino Varela - Editora-chefe da revista História da Historiografia

- Frank Antonio Mezzomo - Editor da Revista NUPEM (Unespar)

- Gilberto da Silva Francisco, Glaydson José da Silva - Editor da Revista Heródoto (UNIFESP)
- Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Uiran Gebara da Silva - Editores da Revista Mare Nostrum (USP)
- João Maia, Thaís Blank, Bernardo Buarque de Holanda - Editores da Estudos Históricos
- Josianne Francia Cerasoli - Editora da revista Urbana, Revista Manduarisawa
- Juniele Rabêlo de Almeida, Marina Annie Martine Berthet Ribeiro, Ynaê Lopes dos Santos - Editoras da Revista Tempo (UFF)
- Karina Anhezini - Editora-Chefe da Revista História (São Paulo) (UNESP)
- Luiz Antonio Dias - Editor Científico Revista Projeto História
- Luiz César de Sá - Editor da Revista História, Histórias
- Marcelo Cheche Galves - Editor da Revista Outros Tempos (UEMA)
- Marcos Cueto (Editor científico), Roberta Cardoso Cerqueira (Editora executiva) - História, Ciências, Saúde - Manguinhos
- Marcos Eduardo de Sousa - Assistente editorial no Fórum de Editores da ANPUH-Brasil
- Miriam Dolhnikoff - Editora da Revista de História (USP)
- Monica Martins da Silva - Editora da Revista História Hoje (ANPUH-Brasil)
- Odilon Caldeira Neto, Leandro Pereira Gonçalves - Editores da Revista Locus (UFJF)

- Ronald Lopes de Oliveira - Editor da Revista Dia-logos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
- Rita de Cássia Mendes Pereira, Grayce Mayre Bonfim Souza, Ricardo Alexandre Santos de Sousa - Editores da Revista Politeia: História e Sociedade (UESB)
- Samira Peruchi Moretto - Editora da Fronteiras: Revista Catarinense de História (UFFS, ANPUH-SC)
- Sandro Dutra e Silva - Editor da HALAC
- Silvia Liebel - Editora da Varia Historia (UFMG)
- Silvia Maria Fávero Arend, Maria Teresa Santos Cunha, Reinaldo Lindolfo Lohn - Editores da Revista Tempo e Argumento (UDESC)
- Stella Maris Scatena Franco - Editora chefe da Revista Eletrônica da Anphlac
- Ulisses do Valle - Editor da Revista de Teoria da História (UFG)
- Valéria dos Santos Guimarães, Adrielli Souza Costa - Editoras da revista História e Cultura (UNESP)
- Veronica Aparecida Silveira Aguiar - Editora da Revista Labirinto (UNIR)

Referências Bibliográficas

SITUAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS. Academia Brasileira de Ciências. 11 jun. 2021. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2021/06/11/manifestacao-situacao-dos-periodicos-cientificos-brasileiros/>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Sumário

Artigos

A revolta sícula de Ducécio: um projeto tirânico ou um movimento emancipatório? 22

Entre a negação e a conspiração: O antifeminismo no Brasil na década de 2020 45

¡La alegría ya viene! – 1988, o povo nas ruas e a reabertura política do Chile 71

O problema da menoridade em Capitães da Areia: uma análise sobre as imagens da infância desamparada e os embates de classes presentes na obra literária de Jorge Amado (1937)..... 107

O uso da teledramaturgia em aulas de história: o cangaço na minissérie *Lampião e Maria Bonita* (1982)..... 133

"Serventes dos Pagodes": a diabolização das bailadeiras indianas (devadasis) segundo o Arcebispo-Primaz de Goa Inácio de Santa Teresa 155

Resenhas

Resenha de Karl Marx: uma biografia, de José Paulo Netto 174

Artigos

A REVOLTA SÍCULA DE DUCÉCIO: UM PROJETO TIRÂNICO OU UM MOVIMENTO EMANCIPATÓRIO?

THE SICEL REVOLT OF DUCETIUS (461-440 BC): A TYRANNICAL PROJECT OR AN EMANCIPATORY MOVEMENT?

Leonardo Viola¹

Resumo: A revolta de Ducécio contém várias facetas e nuances, fruto de um contexto social e político complexo na Sicília que, no final da primeira metade do século V a.C, passava por uma série de mudanças sociais, envolvendo também os sículos, povo nativo da ilha que irrompeu na história com a ascensão de Ducécio, após um longo processo de contato cultural com os gregos,. O objetivo deste artigo é compreender a ação ou as ações de Ducécio enquanto líder, analisando se as práticas do movimento que encabeçou, tem as características de uma tirania tipicamente grega, na qual buscava a hegemonia política, ou se havia nele e nos sículos um real desejo de autonomia.

Palavras-chave: Ducécio; sículos; tirano; helenização; Diodoro.

Abstract: Ducetius' revolt contains several facets and nuances, the result of a complex social and political context in Sicily, which, at the end of the first half of the 5th century BC, was undergoing a series of social changes, also involving the sicels, the island's native people who burst into history with the accession of Ducetius, after a long process of cultural contact with the Greeks. The purpose of this article is to understand the action or actions of Ducetius as a leader, analyzing whether the practices of the movement he led have the characteristics of a typically Greek tyranny, in which he sought

¹ Graduando no curso de História (Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail para contato: 122111999@gmail.com. É orientado pela Professora de história antiga e medieval da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientadora da iniciação científica sobre a revolta de Ducécio segundo Diodoro Sículo. E-mail: adriana.mocelim@pucpr.br.

political hegemony, or if there was a real in him and in the sicels. desire for autonomy.

Keywords: Ducetius; sicels; tyrant; hellenization; Diodorus.

Introdução

O presente artigo, primeiramente, empregou como metodologia a análise das referências bibliográficas e das fontes ligadas aos séculos, como Tucídides e Antíoco de Siracusa, visando compreender a organização política e social dessa população autóctone da Sicília, para posteriormente analisar melhor a personagem de Ducécio. Em seguida buscou-se dados biográficos sobre a vida de Ducécio antes de iniciar suas ações políticas e militares, seguindo a fonte utilizada ao longo de toda a pesquisa, a Biblioteca Histórica de Diodoro de Sicília. A partir da organização social e política dos séculos e da vida de Ducécio anterior às suas ações, buscou-se pontos de contato com a realidade política de Ducécio nas relações entre as elites sículas e a influência do mundo grego, a fim de entender como os séculos absorveram muitos aspectos das cidades gregas da Sicília.

Após, referências foram estudadas e lidas para analisar cada uma das fases das ações de Ducécio (461-450 e 448-440 a.C), iniciando com aquelas ligadas à conquista de Etna, a aliança com Siracusa e a política da fundação de cidades (*oikistes*). Dentro do estudo relativo à primeira fase, verificou-se também a fundação de Menaion, a conquista de Morgantina, a política de distribuição de terras, a formação da *synteleia* ou confederação sícula, a formação de um exército sículo, a fundação de Paliké e sua implicação no âmbito do poder político de Ducécio, e o final da primeira fase com a vitória em Motyon e a derrota em Nomai. Em cada uma dessas partes, destaca-se a

falta de unidade política dos séculos. A segunda fase foi analisada na parte seguinte da pesquisa, com a fundação de Kalé Akté e a morte de Ducécio.

Prosseguiu-se com uma investigação acerca dos termos utilizados pela fonte, Diodoro, para definir de que forma o autor apresenta o papel político de Ducécio. Essa análise, tendo como base o texto original grego, foi de suma importância para compreender o líder século dentro de seu contexto e de suas ações. Analisando-se os vocábulos empregados por Diodoro, fez-se uma comparação entre os termos usados para definir os tiranos gregos e os termos para definir Ducécio, buscando-se não apenas um paralelo na ação política, mas também na parte etimológica.

A fonte utilizada na pesquisa, como dito acima, é a obra do autor grego Diodoro de Sicília, a Biblioteca Histórica, composta por 40 livros. Dentre todos os livros, os que majoritariamente interessam o tema da pesquisa são as partes dos livros XI e XII, onde estão narrados os fatos que envolvem Ducécio, e todo o contexto social e político da Sicília durante o século V a.C. É importante ressaltar que Diodoro escreveu sua obra no século I a.C, sendo um autor do período final da República romana. Tendo em vista o exposto acima, o presente artigo gravita em torno da pergunta: A ação de Ducécio é apresentada pelo autor como sendo um movimento emancipatório contra os gregos ou foi um projeto político e militar do próprio Ducécio, que visava instaurar uma tirania nos moldes da grega?

Ducécio e a realidade sícula

Ducécio aparece na história da Sicília durante um contexto cultural e, sobretudo político, que se inicia com o fim das tiranias das principais cidades gregas, como Siracusa e Akragas (466 a.C). A única fonte antiga que narra a

história de Ducécio é Diodoro Sículo (CHISOLI, 1993: 21) e, do ponto de vista biográfico, o autor de Agírio (Biblioteca Histórica, XI, 88, 6) cita a cidade natal de Ducécio como Menai (*Μέναις*), geralmente identificada como a atual cidade de Mineo (ASHERI, 1992: 161). Diodoro também descreve Ducécio como um homem de uma família muito importante (*ὄνομασμένος τό γένος*) e influente naquele período (Biblioteca Histórica, XI, 78, 5). Outro dado que pode ser intuído na obra de Diodoro, pelo fato de Ducécio ter ido até Siracusa e até Corinto (Biblioteca Histórica, XI, 92 e XII, 8, 1), é que o líder sículo não apenas era familiarizado com os costumes gregos, mas também falava grego (JACKMAN, 2006: 39).

Esse dado é relevante dos pontos de vista cultural e social, pois os séculos, em especial suas *élites* militares, passaram, ao longo do período da colonização grega, por um processo de helenização mostrado não apenas pela adoção do alfabeto como forma de prestígio das *élites* locais (TRIBULATO, 2015: 78), mas também pela “hierarquização social que permitiu o surgimento de uma aristocracia suficientemente helenizada militarmente, podendo ser capaz de uma “revolta” à maneira daquela de Ducécio” (PÉRE-NOGUÈS, 2012: 164) ². Esse processo pode ser encontrado, também, no “guerreiro de Castiglione”, onde um líder sículo do século VI a.C é representado com elementos da Grécia arcaica (LA TORRE, 2011: 75).

² “Hiérarchisation sociale et en permettant l’émergence d’une aristocratie suffisamment hellénisée sur le plan militaire pour être capable de mener une ‘revolte’ du type de celle de Doukétios” (PÉRE-NOGUES, 2012: 164).

A existência de um regime monárquico entre os sículos é amplamente exposta pelos autores gregos. Antíoco de Siracusa (FHG, Antioco, fragm. 3) cita um rei chamado Sículo que, misturado com os Morgetes e os Ítalos, formou os Enótrios; Tucídides (Histórias, VI, 2, 4-6) fala de um rei sículo chamado Ítalo, que deu nome à Itália; e também descreve o rei Hiblon, que cedeu aos gregos o território da futura colônia Megara Hibléia (TUCÍDIDES, Histórias, VI, 4, 1). Segundo De Vido (1997: 9) nessas narrativas gregas havia uma tentativa não apenas de dar uma explicação ao nome dos sículos, mas também a intenção de, através da representação monárquica, colocar os sículos em um estágio “primitivo.” Já Jackman (2006: 41) justifica essa visão grega de uma unidade sícula pela ignorância ou falta de interesse por parte dos helenos.

De Vido (1997: 10) afirma também que, se por um lado os sículos podiam ter chegado até a Sicília de forma homogênea, durante o século V a.C a realidade política era muito mais fragmentada, com várias pequenas comunidades, ideia corroborada por Jackman (2006: 40), ao afirmar que “os próprios sículos nunca foram totalmente unificados”³. Essa fragmentação, atestada também pelas variadas formas de escrita apresentadas pelos sículos em diferentes áreas (AGOSTINIANI, 2012: 144), também é um importante dado a respeito do movimento de Ducécio, como se verá a seguir. Porém, se por um lado havia fragmentação política, por outro, cada cidade sícula possuía, conforme atestam as escavações de necrópolis em Menai e Morgantina, por exemplo, ou inscrições como em Mendolito, uma *élite*

³ “The Sicel themselves were not totally unified” (JACKMAN, 2006: 40).

centralizada ou uma “potencial dinastia entre alguns grupos sículos, e uma sociedade aristocrática” (JACKMAN, 2006: 38)⁴. Tal fato explica o pertencimento de Ducécio, como visto acima, a uma família importante.

Ducécio pode ser definido, portanto, como um sículo helenizado, de tal modo que, conforme Asheri (1992: 165), os modelos ou inspirações de Ducécio não foram Cócalo ou Hiblon (reis sículos), mas os tiranos Gélon e Hiéron. Já Bellino (2014: 60) afirma que “Ducécio, apesar da forte helenização dos sículos, era ainda um líder tribal que, para poder unir as diferentes tribos sob uma única bandeira, tinha necessidade de obter grandes sucessos militares”⁵.

A primeira fase da ação de Ducécio (461-450 a.C)

Os aproximadamente 20 anos que viram os sículos e seu líder como principais agentes históricos da Sicília, foram precedidos pelas ações de Hiéron de Siracusa, dividindo-se, segundo Péré-Noguès (2012: 157), em 2 fases: Na primeira fase, que vai de 461 até 450 a.C, a ação de Ducécio nasce, tem seu auge e sua queda, com o exílio em Corinto; a segunda fase, de 448 até 439 a.C, é marcada pelo retorno de Ducécio, a fundação de Kalé Akté e sua morte. Adamesteanu (1962) chamou o período de “o momento de Ducécio”.

⁴ “Potential dynasty among some Sicel groups, and an aristocratic society” (JACKMAN, 2006: 38).

⁵ “Ducezio, nonostante la forte ellenizzazione dei Siculi, era comunque un lider tribale che, per poter unire le diverse tribù sotto un’unica bandiera, aveva bisogno di importanti successi militari” (BELLINO, 2014: 60).

Ainda no auge do período tirânico, em 476 a.C Hiéron havia retirado os habitantes jônios das cidades de Catania e de Naxos (mudando-os para Leontini) e repovoando-as com colonos dórios, vindos tanto de Siracusa quanto do Peloponeso, refundando a cidade de Catania com o nome de Etna (DEL OLMO, 2007: 118). A refundação da cidade foi também justificada, segundo Agostinetti (2012: 321), por uma erupção do vulcão Etna, que destruiu parte do território. Com o repovoamento houve uma redistribuição das terras para os novos moradores e, nesse processo, foram retiradas as terras dos habitantes sículos daquela região (ASHERI, 1992: 150). Esse foi o motivo que, anos mais tarde, teria desencadeado a revolta de Ducécio.

Entretanto, no momento em que a revolta de Ducécio iniciou, os sículos eram aliados de Siracusa. Isso se explica, segundo Asheri (1992: 157), pela queda da tirania naquela cidade, quando o *demos* siracusano, buscando derrubar o tirano Trasíbulo, recorreu a uma aliança com os sículos, mas também com as demais cidades que haviam derrubado as tiranias locais no mesmo período, como Akragas, Gela e Himera. Contudo, a cidade de Etna, refundada por Hiéron, permaneceu fiel ao modelo tirânico, graças aos mercenários que ali residiam (PÉRÉ-NOGUÈS, 2012: 158).

É nesse momento que Ducécio é citado pela primeira vez por Diodoro (Biblioteca Histórica, XI, 76, 3). O relato do autor de Agírio mostra como Ducécio, já descontente com a tomada das terras por Etna, marchou contra esta cidade e tomou-a, graças também ao auxílio de tropas de Siracusa, que tinha a intenção de expulsar os mercenários favoráveis aos tiranos. A conquista de Etna ocorreu após uma série de curtas batalhas, o que mostra o exército sículo baseado na guerrilha (BELLINO, 2014: 58). Por fim, os

mercenários acabaram fugindo para a cidade sícula de Inessa, renomeando-a com o mesmo nome de Etna (JACKMAN, 2006: 36).

No mesmo capítulo, Diodoro fala sobre como os sículos, em acordo com a Siracusa democrática, repartiram o território, havendo, também, o retorno dos antigos moradores jônios de Catania, que retomou seu antigo nome. Essa primeira boa relação com Siracusa é explicada por Asheri (1992) como uma ilusão por parte da principal classe política da Siracusa democrática (chamados de *χαριέστατοι* ou moderados), por verem em Ducécio alguém manipulável e que atenderia aos seus interesses. Já Del Olmo (2007: 119) destaca que os *χαριέστατοι* viam com bons olhos as boas relações com os sículos, principalmente dos pontos de vista econômico e de posse das terras.

Depois da tomada de Etna, Ducécio funda Menaion (*Μέναϊνον*), em 459 a.C, e, assim como fez em Etna, dividiu o território entre os moradores (Biblioteca Histórica, XI, 78, 5). Menaion pode ser identificada com Menai, cidade natal de Ducécio, sendo, portanto, uma refundação (ADAMESTEANU, 1962: 174), bem como pode ter ocorrido uma ampliação do espaço urbano e posterior transferência da cidade (Biblioteca Histórica, XI, 88, 6), o que é visto por Asheri (1992: 161) como um exemplo de sinecismo⁶. Nesse ponto entra um elemento importante, que é a figura do oikistes. Desde o período da colonização, o *oikistes* era encarregado da fundação ou refundação de cidades, tendo cargos políticos e religiosos, sendo

⁶ Segundo a definição de Kosmetatou (2012), sinecismo é a criação de uma única grande comunidade através da junção de outras menores.

a mesma estratégia de poder usada pelos tiranos, como o próprio Hiéron (DEL OLMO, 2008: 48).

Para além dessa ação de *oikistes*, vista por Hora (2018: 158) como adoção de práticas usadas pelos tiranos por parte de Ducécio, há a questão relativa à distribuição das terras, levantada por Péré-Noguès (2012). Tanto nessa quanto nas demais fundações de Ducécio, o elemento da distribuição de terras aparece. Assim, “pode-se supor que toda a ação do líder sículo foi condicionada por uma forte pressão demográfica e, consequentemente, uma forte pressão sobre a redistribuição das terras, fenômeno que foi, sem dúvida, a origem do movimento” (PÉRÉ-NOGUÈS, 2012: 161)⁷. A questão da terra é vista por De Vido (1997: 13) como parte da experiência histórica dos sículos, marcada pela perene tensão entre o espaço urbano e o espaço territorial. Ducécio também, no mesmo contexto, iniciou uma organização voltada para elementos simbólicos. Parte desses elementos era representada pela cunhagem de moedas de prata, encontradas nas localidades de Longane, Abaceno, Henna, Morgantina e Galaria, que Ducécio utilizou para expressar elementos iconográficos também presentes nas colônias gregas, como a colocação do nome da cidade (CALTABIANO, 1996: 301).

Depois de fundar Menaion, no mesmo período, Ducécio conquista Morgantina, o que lhe conferiu grande fama (*δόξα*) entre os sículos, pois era, nas palavras do próprio Diodoro (Biblioteca Histórica, XI, 78, 5), uma cidade

⁷ “On peut supposer que toute l’action du leader sikèle fut conditionnée par une forte pression démographique, et par conséquent une forte pression sur la redistribution des terres, phénomène qui fuit sans doute à l’origine du mouvement” (PÉRÉ-NOGUÈS, 2012: 161).

importante (πόλις αζιόλογος). Por ser uma cidade extremamente helenizada, mesmo com a maioria da população sendo sícula, além de uma minoria de jônios e dórios, Morgantina relutou em fazer parte do movimento sículo (mostrando, novamente, a falta de unidade dos séculos), o que fez com que Ducécio a tomasse à força (ASHERI, 1992: 162). Essa não foi apenas a primeira ação ofensiva de Ducécio, o que legitimou seu poder, mas também foi inédita para os séculos que, pela primeira vez em sua história realizaram uma expedição de conquista (PÉRE-NOGUÈS, 2012: 160). Também observa-se que, mesmo estando Morgantina situada na área de influência de Siracusa, esta não interferiu na ação de Ducécio, pois, segundo Bellino (2014: 60), Morgantina havia acolhido parte dos mercenários derrotados em Etna, assim, “os siracusanos aceitaram o expansionismo sículo como preço a pagar pela eliminação daquele que era considerado seu verdadeiro obstáculo [os mercenários]”⁸.

Com a tomada de Morgantina observa-se também o crescimento de um componente étnico dentro do movimento sículo (DEL OLMO, 2007: 123), criando o que Finley (1985: 76) chama de “movimento nacional”. O crescimento do identitarismo étnico dos séculos é explicado por Procelli (2003 *apud* PÉRE-NOGUÈS, 2012: 164) como “a passagem da identidade vivida para a identidade autoconsciente”⁹. Esse sentimento identitário, entretanto, como será visto abaixo com a não adesão de Hibla para participar

⁸ “I Siracusani accettarono l’espansionismo siculo come prezzo da pagare per l’eliminazione di quella che consideravano una vera e propria spina nel fianco” (BELLINO, 2014: 60).

⁹ “Il passaggio dall’identità vissuta all’identità autocosciente” (PROCELLI, 2003 *apud* PÉRE-NOGUÈS, 2012: 164).

da *synteleia*, não era unânime, já que, como dito anteriormente, os sículos eram fragmentados em pequenas comunidades autônomas; o que, para Pérénoguès (2012, p. 166), é um detalhe de uma realidade social mais complexa, Diodoro, entretanto, não observou essa realidade com clareza, colocando o mundo sículo como unitário e reunido em torno de seu líder, Ducécio.

Depois de alguns anos, o movimento de Ducécio chega ao auge, graças à criação da *synteleia* (Συντέλεια) e a fundação de Paliké (453 a.C.). A *synteleia* foi, segundo Del Olmo (2007), a expressão máxima do identitarismo sículo, sendo descrita por Diodoro (Biblioteca Histórica, XI, 88, 6) como uma confederação de todas as cidades sículas de origem comum (ομοεθνείς), exceto a cidade de Hibla. Essa confederação é vista por Jackman (2006: 46) como “parecida com o modelo da confederação Pitagórica, baseada em uma aliança de várias cidades, com centro em Cróton¹⁰.” Asheri (1992: 162), ao analisar os termos *synteleia* ou *koinon*, assevera que:

Certamente, esses dois termos helenísticos, para designar uma federação, dificilmente poderiam ser usados entre os sículos do século V a.C., que teriam usado um vocábulo próprio. Os termos helenísticos implicam na existência de uma organização estatal compulsória, principalmente com propostas militares e fiscais.¹¹

O mesmo autor aponta a noção de comunidade como a razão de ser da *synteleia*. Em relação ao exército de Ducécio, Bellino (2014) vê uma

¹⁰ “Been closer to the model of the Pythagorean federation, based on a multi-state alliance centred on Croton” (JACKMAN, 2006: 46).

¹¹ “Of course, these two Hellenistic federal terms could hardly have been current among the fifth-century Sicels, who in any case would have preferred a Sicel word. The Hellenistic terms imply the existence of a compulsory state organization, mainly for military and fiscal porpoises” (ASHERI, 1992: 162).

evolução da infantaria com armamento leve e táticas similares à guerrilha (especialmente na primeira batalha contra Etna, em 461 a.C), para uma força armada que, crescida em importância após a tomada de Morgantina, foi definida por Diodoro (Biblioteca Histórica, XI, 88, 6) como um exército poderoso (*δύναμιν ἀξιόλογον*), formado após Ducécio recrutar soldados de todas as cidades da *synteleia*, que Bellino (2014: 61) calcula como aproximadamente 8000 homens. Nesse mesmo capítulo, Diodoro fala de como Ducécio, a essa altura, aspirava a uma mudança radical da situação (*νεωτέρων ὀρέγετο πραγμάτων*).

Como dito acima, após formar a *synteleia*, Ducécio fundou Paliké, em 453 a.C. A cidade tinha uma posição estratégica importante, por estar em uma área de comunicação entre a costa oriental e o norte da Sicília (PÉRE-NOGUÈS, 2012: 161). Para além desse fato, havia uma função política, por se tratar do centro administrativo ou a capital da *synteleia*. Segundo Asheri (1992: 162), havia também uma função religiosa, pois a cidade foi fundada no local do antigo santuário sículo, que pertencia às divindades dos irmãos Pálicos (localizado no lago de Naftia). Isso converteu Paliké em símbolo espiritual, sob o qual a consciência étnica dos sículos via, nos deuses locais, os seus ancestrais (DEL OLMO, 2007: 123). Havia também, na fundação de Paliké, uma reação de orgulho “nacional”, pois o culto dos irmãos Pálicos havia sido apropriado pelos tiranos, em especial Hiéron, que o adaptara para um contexto helênico (AGOSTINETTI, 2012: 326).

No relato de Diodoro (Biblioteca Histórica, XI, 89, 6), percebe-se que a importância do santuário, para além da função naturalmente religiosa, era de um ponto de refúgio para os escravos sículos que fugiam de seus senhores.

Péré-Noguès (2012) também observa que a arquitetura de Paliké, revelada em parte pela arqueologia, mostrava um elevado nível de helenização dos séculos. Mas a mesma autora também destaca que é um erro ver em Ducécio o líder que urbanizou os séculos, pois ele apenas acelerou um processo que já estava em curso. Para Del Olmo (2012: 123): “A dualidade Menaion (centro político)-Paliké (centro simbólico) funciona como referente espacial da nova sociedade sícula, e é reforçada por suas elites como amostra de adesão à causa étnica”¹².

Em 451 a.C, Ducécio conquista a antiga cidade de Inessa, rebatizada como Etna por aqueles mercenários siracusanos que ali acharam refúgio após a derrota de 461 a.C (ASHERI, 1992: 163). Essa vitória foi obtida, conforme o relato de Diodoro (Biblioteca Histórica, XI, 91, 1), quando Ducécio matou, através do engano, o governante da cidade, que Asheri (1992) identifica como sendo Dinomedes, filho de Hiéron. Péré-Noguès (2012) observa na conquista de Inessa uma tentativa, por parte de Ducécio, de isolar a cidade de Hibla.

No mesmo ano, o líder sículo ataca o forte militar de Akragas, chamado de Motyon. Com tal conquista, Ducécio buscava deixar mais seguro o fronte oriental de sua confederação (BELLINO, 2014: 61). Porém, foi uma declaração de guerra contra Akragas, pois Motyon era um ponto importante de controle do interior e do norte da Sicília, contra o expansionismo de Siracusa (DEL OLMO, 2007: 124). Entretanto, Langher

¹² “La dualidad Menaion (centro político)-Palike (centro simbólico) funciona, por tanto, como el referente espacial de la nueva sociedad sícula y es reforzada por sus elites como muestra de adhesión a la causa étnica” (DEL OLMO, 2007:123).

(2005: 105) destaca que “a exigência de uma frente comum prevaleceu, naquele momento, sobre o antagonismo de Akragas e Siracusa¹³.” Até o presente momento, Siracusa não havia interferido nas ações de Ducécio; não apenas pelos problemas políticos internos, mas também por campanhas externas, como a campanha empreendida contra os estruscos, e que viu a marinha siracusana ser derrotada, em um primeiro momento (Biblioteca Histórica, XI, 88, 4). Porém, com o ataque contra Motyon, encerrou-se a aliança entre os sículos e Siracusa

Ducécio, porém, conseguiu uma vitória militar importante, mas não decisiva, contra a coalisão grega, o que fez com que Siracusa depusesse e executasse seu general Bólcon, suspeitando que tivesse um acordo secreto com o líder dos sículos (Biblioteca Histórica, XI, 91, 1-2). Isso, segundo Jackman (2006: 42), demonstra uma relação de *χενία* ou amizade, entre Ducécio e alguns membros das elites de Siracusa. Para remediar a situação, porém, Siracusa nomeou um novo general que, em 450 a.C, derrotou Ducécio em Nomai, em batalha descrita por Diodoro como equilibrada e com grande número de mortos em ambos os lados. Entrementes, Akragas reconquistou Motyon e boa parte dos sículos abandonaram Ducécio, enquanto alguns conspiraram contra ele (Biblioteca Histórica, XI, 91, 3-4).

Após a derrota, Ducécio fugiu dos conspiradores sículos e foi para Siracusa. Diodoro (Biblioteca Histórica, XI, 92, 1-2) relata que o líder sículo chegou durante a noite e, prostrado diante dos altares da cidade, declarou-se súplice e ofereceu sua vida [*ἐαυτόν*] e todas as terras [*χώρᾱν*] aos

¹³ “L’esigenza di un fronte comune prevalse allora sull’antagonismo di Agrigento e Siracusa” (LANGHER, 2005: 105).

siracusanos. Em seguida, no mesmo relato, uma multidão aglomerou na praça e uma assembleia foi convocada para decidir o que fazer com Ducécio. Diodoro, por fim, fala que a multidão apoiou a decisão dos *χαριέστατοι*, e Siracusa ordenou então o exílio de Ducécio para a cidade de Corinto, dando fim à primeira fase das ações do líder sículo.

A segunda fase da ação de Ducécio (448-440 a.C)

O epílogo da história de Ducécio se inicia com seu retorno de Corinto para a Sicília com total convivência de Siracusa (ASHERI, 1992: 164), onde o líder sículo fundaria Kalé Akté (446 a.C). Diodoro (Biblioteca Histórica, XII, 8, 2) afirma que Ducécio dissimulou uma profecia recebida de um oráculo, que o incumbia de fundar uma nova cidade. O costume de se fundar uma nova cidade através de um oráculo era largamente utilizado pelos gregos, por essa razão, segundo Agostinetti (2012: 326), os coríntios respeitaram e consentiram sua volta. Há também um debate sobre qual oráculo Ducécio supostamente utilizou. Bonanno (2010: 81) fala do oráculo de Zeus em Dódona, no Epiro, onde o deus daquela região exortava o respeito pela sacralidade dos súplices; já Agostinetti (2012) não exclui o oráculo de Apolo délfico, por ser ligado à cidade de Corinto.

A nova fundação de Kalé Akté chama a atenção por não estar situada na área de ação da primeira fase (as regiões próximas a Siracusa e Catania), mas na costa do mar Tirreno, no extremo norte da Sicília, possivelmente na atual Caronia (ASHERI, 1992: 164). Segundo Del Olmo (2007: 125), havia uma pretensão de tornar a cidade uma nova Menaion. Para tal, Ducécio foi seguido por um grupo de gregos (FINLEY, 1985: 77), o que possivelmente explica uma convivência de Siracusa, pois Akragas, que aliara-se à cidade

coríntia contra Ducécio, interpretou a fundação como um plano siracusano de expandir-se para o norte, onde almejava uma área de influência (DEL, OLMO, 2007: 125). Isso pode ser comprovado no relato de Diodoro (Biblioteca Histórica, XII, 8, 3-4), onde Akragas ressentira-se com Siracusa por ter salvo a vida de Ducécio sem a ter consultado, e assim ocorreu uma guerra entre as duas cidades gregas, em que, após uma única batalha, Siracusa saiu vencedora

Além desse contingente de gregos, Ducécio também contou com a aliança de outro líder sículo, chamado Arconides, que era senhor da cidade de Herbita (*Ἀρχωνίδης ὁ τῶν Ερβιταίων δυναστεύων*), no norte da Sicília. Langher (2005: 106) identifica esses sículos setentrionais e até esse momento independentes, como os mesmos que auxiliaram os atenienses na expedição contra Siracusa, em 415 a.C. A ajuda deste líder é outra explicação, fornecida por Agostinetti (2012: 328), para a fundação de Kalé Akté. Segundo a autora, Ducécio percebeu, após a derrota em Nomai e o exílio, que não teria forças suficientes para reconquistar o território que estava sob a influência de Siracusa e, portanto, optou por um local mais seguro, que contava com a proteção dos montes Nebrodi (GIALLOMBARDO, 2005: 145), onde poderia tentar reestruturar seu movimento.

Entretanto, Diodoro (Biblioteca Histórica, XII, 29, 1-2) descreve que, após transferir habitantes para Kalé Akté e reclamar novamente seu poder, Ducécio adoeceu e faleceu, em 440 a.C. Seu movimento ainda tentou uma última resistência, com a cidade de Trinacria, que Agostinetti (2012: 329) identifica como sendo a Paliké de Ducécio. Porém a cidade sícula foi derrotada por uma Siracusa que, após a morte do líder sículo, decidiu retomar

sua política imperialista contra os séculos da Sicília oriental (ASHERI, 1992: 164).

Problemas com os termos e com as fontes de Diodoro

Para se compreender a posição política de Ducécio, construída por Diodoro em sua obra, devemos ser analisados os títulos ou termos utilizados pelo autor da fonte. Em um primeiro momento (Biblioteca Histórica, XI, 76, 3), Ducécio é chamado de chefe ou líder dos séculos (*ὁ τῶν Σικελῶν ἡγεμών*); posteriormente (Biblioteca Histórica, XI, 78, 5), Diodoro fala de Ducécio como rei dos séculos (*ὁ τῶν Σικελῶν βασιλεύς*), especificamente após ele fundar Menaion; há também, nas partes subsequentes da obra (Biblioteca Histórica, XI, 88, 6), outro termo para designar chefe ou líder (*ὁ τῶν Σικελῶν ἀφηγούμενος*). Já no outro livro (Biblioteca Histórica, XII, 8, 1), Ducécio é definido como senhor ou soberano dos séculos (*δυνάστην τῶν Σικελῶν*). Estes termos estão conectados a alguns fatores. Chisoli (1993: 22) coloca o problema como essencialmente das fontes utilizadas por Diodoro. Onde foram colocados os termos “*ἡγεμών*” ou “*ἀφηγούμενος*”, o autor de Agírio teria utilizado Timeu de Taormina, e nos termos “*βασιλεύς*” e “*δυνάστην*”, Diodoro teria utilizado Éforo de Cumas.

Diodoro também utiliza aqueles termos para definir alguns tiranos, como Hiéron (Biblioteca Histórica, XI, 66, 1), que é retratado como rei dos siracusanos (*Τέρων ὁ τῶν Συρακοσίων βασιλεύς*), ou Téron (Biblioteca Histórica, XI, 53, 1), chamado de senhor dos akragantinos (*Θήρων ὁ Ακραγαντίνων δυνάστης*). O fato pode ser explicado pela semelhança no modus operandi de Ducécio ao longo de sua trajetória, muito similar à maneira dos tiranos. Outra parte da obra de Diodoro que aproxima Ducécio

de uma postura tirânica, é a ação do líder sículo após fundar a cidade de Kalé Akté, onde, segundo o próprio Diodoro (Biblioteca Histórica, XII, 29, 1), ele reclamou novamente a sua hegemonia perante os demais sículos (*αντεποιήσατο μὲν τῆς τῶν Σικελῶν ἡγεμονίας*), mesmo tendo falecido pouco depois. Agostinetti (2012: 323), porém, vê na mudança dos termos uma tentativa de aplicar, para o líder sículo, aqueles títulos ou termos políticos mais próximos da realidade grega, ressaltando o grau de helenização de Ducécio. Seguindo essa linha, apesar de os termos serem diferentes e se apresentarem em momentos diferentes da vida de Ducécio, observa-se que não diferem em seu significado central de poder tirânico, uma vez que já haviam sido empregados para os tiranos gregos e analisando as ações do líder sículo; em suma, são termos diferentes com um mesmo sentido político.

Há também a possibilidade, segundo Jackman (2006), de Ducécio não ser um nome próprio, mas um título, parecido com o termo *dux*, do latim. Entretanto, conforme afirma Péré-Noguès (2012), dentro de todos os títulos utilizados por Diodoro, o papel militar é o principal desempenhado por Ducécio. De Vido (1997: 26) afirma que:

Assim como colocado por Diodoro, Ducécio vê-se acentuado daqueles traços de chefe e de general com evidente carga inovadora, que pode ter ligação com o paradigma constituído sobre as grandes figuras de grande habilidade estratégica e política que preencheram a história da Sicília grega (de Gélon até Agátocles), mas que em parte interpreta uma efetiva

sensibilidade militar que provavelmente caracterizou, definindo-as, as *élites* indígenas¹⁴.

Assim, pode se observar que junto ao aspecto militar típico dos líderes sículos, Ducécio é colocado como uma figura política do mesmo nível que os tiranos. Em relação ao uso de fontes, por parte de Diodoro, na história de Ducécio, ao contrário do que afirmou por Chisoli (1993), Péré-Noguès (2012: 166) aponta que a história de Ducécio fazia, no século I a.C, parte da memória coletiva dos gregos da Sicília e do local onde os eventos ocorreram. Assim, sendo Diodoro natural de Agírio, no interior da ilha, teria ele um conhecimento direto de uma tradição local dos acontecimentos. Ambaglio (2005: 83-84) reforça que, em muitos dos fatos narrados por Diodoro sobre a história da Sicília, o autor não teria utilizado fontes, mas seriam sobretudo memórias ou fatos vistos pelo próprio Diodoro, não excluindo, também, fortes traços de regionalismo do autor.

Considerações finais

Diante das questões discutidas e analisadas acima, é necessário retornar à pergunta inicial: A revolta de Ducécio é apresentada por Diodoro como sendo um projeto tirânico ou um movimento emancipatório? Com o cenário apresentado, vê-se que, na narrativa de Diodoro, é visível a falta de unidade do movimento sículo como na falta de adesão de Hibla na *synteleia*

¹⁴ “Così come tratteggiato da Diodoro, cioè, Ducezio vede accentuati quei tratti di capo e di generale dalla evidente carica innovativa, che può aver risentito del paradigma costruito sulle grandi figure dalle spiccate abilità strategiche e politiche che riempiono la storia della Sicilia greca (da Gelone ad Agatocle), ma che in parte interpreta una effettiva sensibilità militare che probabilmente caratterizzò, definendole, anche le élites indigene.” (DE VIDO, 1997: 26)

ou a tomada através da força de cidades como Morgantina, o que demonstra uma falta de unidade entre os sículos e que pode fazer crer que termos como “movimento nacional” ou “emancipatório” não condizem com exatidão à realidade dos sículos. Outro fator que demonstra a falta de unidade está relacionado à debandada dos sículos e dos apoiadores de Ducécio após a derrota em Nomai, onde se criou, inclusive, uma conspiração contra o líder, que fugiu para Siracusa. Há que se analisar, também, como Ducécio inicialmente foi aliado de Siracusa em suas primeiras ações, o que demonstra que o movimento sículo não era uma rebelião que visava uma ruptura completa com as colônias gregas, em especial Siracusa.

Percebe-se também, que uma das primeiras ações de Ducécio, aproveitando um momento de dificuldade interna das principais cidades gregas, como Siracusa e Akragas, foi reforçar e expandir sua cidade natal, Menai. Não obstante, para seguir seu projeto tirânico, o líder sículo fez uso de estratégias de poder dos tiranos gregos, como a fundação de cidades (tornando-se o oikistes), o uso de cultos religiosos como forma de poder e a redistribuição das terras. Por mais que, para definir a *synteleia* e sua composição étnica, Diodoro afirme que era formada por uma origem comum (*ὁμοεθνείας*), isso não implica necessariamente num movimento emancipatório, uma vez que, como visto acima, tiranos como Hiéron também deram primazia à sua etnia (no caso os dórios fundadores de Siracusa) para obter maior apoio político.

Além disso, o fato de Ducécio ter retornado de seu exílio, levando consigo colonos, e fundando uma nova cidade, bem como o ato de reclamar novamente a sua hegemonia sobre os sículos, demonstra uma vontade de

retomar um processo interrompido após a derrota de Nomai e de ter novamente o poder político que havia perdido. Com a análise dos termos utilizados por Diodoro, vê-se também que a utilização de termos idênticos para definir a função política de tiranos gregos da Sicília, como Hiéron e Téron. Por fim, respondendo à pergunta do problema, vê-se que Ducécio teve um projeto político tirânico similar ao dos tiranos gregos.

Fontes Primárias

ANTIOCHI FRAGMENTA. Ex Italiae historia. In: MÜLLER, Carl; MÜLLER, Theodor (ed.). *Fragmenta Historicorum Graecorum*. New York: Cambridge University Press, 2010. v. 1, cap. 3, p. 181.

DIODORO SICULO. *Biblioteca Storica: Volume Terzo (Libri IX-XIII)*. Tradução de Calogero Micciché. 2. ed. Milano: BUR Rizzoli, 2018.

TUCIDIDE. *Storie*. Tradução de Guido Donini. Torino: UTET Libreria, 2005. v. 2.

Referências Bibliográficas

ADAMESTEANU, Dinu. L'ellenizzazione della Sicilia ed il momento Ducezio. *Kokalos*, Palermo, v. 8, p. 167-198, 1962.

AGOSTINIANI, Luciano. Alfabetizzazione della Sicilia pregreca. *Aristonothos: Scritti per il Mediterraneo antico*, Trento, v. 4, 2012.

AGOSTINETTI, Anna Simonetti. Ducezio e il mito della polis. *Aristhonos: Scritti per il Mediterraneo antico*, Trento, v. 7, p. 321-333, 2012.

AMBAGLIO, Dino. Diodoro Siculo tra storia locale e storia indigena. *Atti del convegno di studi*, Caltanissetta, p. 81-86, 2005.

ASHERI, David. Sicily, 478-431 B.C. In: LEWIS, D. M.; BOARDMAN, John; DAVIES, J. K; OSTWALD, M. (ed.). *The Cambridge Ancient History: The Fifth Century B.C.* New York: Cambridge University Press, 1992. v. 5, cap. 7, p. 147-170.

BELLINO, Vincenzo. L'esercito di Ducezio. Guerra e influenze culturali durante il periodo della Synteleia. *Studi Classici e Orientali*, Pisa, v. 60, p. 53-71, 2014.

BONANNO, Daniela. La supplica di Ducezio ai Siracusani e l'associazione tyche-nemesis nella Biblioteca Storica di Diodoro Siculo. *Alleanze e parentele: Le "affinità elettive" nella storiografia sulla Sicilia Antica*⁷⁵, Palermo, p. 75-89, 2010.

CALTABIANO, Maria Caccamo. Identità e peculiarità dell'esperienza monetale siciliana. *Magna Grecia e Sicilia: Stato degli studi e prospettive di ricerca*, Messina, p. 295-311, 1996.

CHISOLI, Alberto. Diodoro e le vicende di Ducezio. *Aevum*, [s. l.], ano 67, p. 21-29, 1993.

DE VIDO, Stefania. I dinasti dei siculi: il caso di Archonides. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli studi di Milano*, Milano, v. 50, p. 7-37, 1997.

DEL OLMO, Maria Cruz Cardete. Sicilia Sícula: la revuelta étnica de Ducetio (465-440 a.C). *Studia Historica*, [s. l.], p. 117-129, 2007.

DEL OLMO, Maria Cruz Cardete. Paisajes e imágenes de dependencia: deportaciones y repatriaciones en la Sicilia de los Dinoménidas. *Pelorias*, Messina, p. 47-56, 2008.

FINLEY, M.I. *Storia della Sicilia antica*. Tradução de Lucia Biocca Marghieri. Bari: Editori Laterza, 1985.

GIALLOMBARDO, Anna Maria Prestianni. Ducezio, l'oracolo e la fondazione di Kale Akte. *Atti del convegno di studi*, Caltanissetta, p. 135-145, 2005.

HORA, J. F. Ducetius: A sicilian oikista tyrant?. Perspectivas e Diálogos: *Revista de História Social e Práticas de Ensino*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 151-159, 2018.

JACKMAN, Trinity. Ducetius and fifth-century Sicilian tyranny. In: LEWIS, Sian (ed.). *Ancient Tyranny*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006. cap. 3, p. 33-48.

KOSMETATOU, Elizabeth. Synoecism. In: ERSKINE, Andrew; HOLLANDER, David B.; PAPACONSTANTINOU, Arietta (ed.). *The Encyclopedia of Ancient History*. [S. l.]: Willey-Blackwell, 2012. v. 1, ISBN 9781405179355.

LA TORRE, G.F. *Sicilia e Magna Grecia*: Archeologia della colonizzazione greca d'Occidente. Bari: Editori Laterza, 2011.

LANGHER, Sebastiana Nerina Consolo. Espansionismo greco e rivendicazioni sicule: guerra e pace nei secoli VI e V a.C. *Atti del convegno di studi*, Caltanissetta, p. 103-107, 2005.

PÉRE-NOGUÈS, Sandra. Diodore de <<ethnos>> et de son héros Doukétios. 170, 2012. Sicile et les Sikèles: histoire et/ou mémoire d'un *Dialogues d'Histoire Ancienne*, [S. l.], v. 6, p. 155-170, 2012

TRIBULATO, Olga. Interferenza grafemica ed interferenza linguistica nella Sicilia antica. In: TRIBULATO, Olga; BAGLIONI, Daniele (org.). *Contatti di Lingue- Contatti di scritture*: Multilinguismo e multigrafismo dal Vicino Oriente Antico alla Cina contemporanea. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 2015.

Recebido em: 27/01/2022

Aceito em: 23/05/2022

ENTRE A NEGAÇÃO E A CONSPIRAÇÃO: O ANTIFEMINISMO NO BRASIL NA DÉCADA DE 2020

BETWEEN DENIAL AND CONSPIRACY: ANTIFEMINISM IN BRAZIL IN THE 2020'S

Larissa Aparecida Ramos¹

Resumo: Este artigo apresenta um recorte dos resultados obtidos a partir da pesquisa de Iniciação Científica feita entre os anos de 2020 e 2021 intitulada “O antifeminismo como pauta política no Brasil Contemporâneo”. Ela teve por finalidade a análise de discursos quanto à temática antifeminista no Brasil, a qual, nos últimos anos, tornou-se amplamente divulgada em perfis de redes sociais como o *Instagram*, o *Facebook* e o *Youtube*, pela Deputada Federal Ana Caroline Campagnolo (PL-SC) e também pela ativista pró-vida Sara Winter, expoentes do movimento no Brasil. Destaca-se aqui o tópico referente a importância da análise crítica sobre o uso da história e a consequência disso na contemporaneidade.

Palavras-chave: Antifeminismo; Feminismo; História; Brasil Contemporâneo.

Abstract: This article presents a section of the results obtained from the Scientific Initiation research done between the years 2020 and 2021 entitled "Antifeminism as a political agenda in Contemporary Brazil". It aimed to analyze the discourses regarding the anti-feminist theme in Brazil, which, in recent years, has become widely disseminated on social network profiles such as Instagram, Facebook and Youtube by the Federal Representative Ana Caroline Campagnolo (PL-SC) and also by the pro-life activist Sara Winter,

¹ Graduanda em História, desde 2019, pela Unisagrado (Campus Bauru-SP). Participante do projeto de Residência Pedagógica no ano de 2022. Realiza pesquisa intitulada “O antifeminismo como pauta política no Brasil contemporâneo” desde 2020, sob orientação da Prof.^a Dr. Lourdes Feitosa. Email para contato: lari.ap_ramos@hotmail.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8724915005023970>.

exponents of the movement in Brazil. We highlight here the topic regarding the importance of critical analysis of the use of history and the consequences of this in contemporary society.

Keywords: Antifeminism; Feminism; History; Contemporary Brazil

O antifeminismo no cenário contemporâneo

Desde a eleição do candidato de direita radical Jair Messias Bolsonaro em 2019, o cenário político contemporâneo brasileiro presencia uma mudança ideológica significativa quando relacionado aos doze anos anteriores do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), fazendo com que se reflita, que mesmo que haja progressos significativos quanto as minorias nesse passado recente, as estruturas do país, marcadas por uma origem colonial machista e patriarcal continuam fortes e se perpetuando na atualidade. Ademais, uma das maneiras de caracterizar esse novo governo refere-se a um dito conservadorismo nos costumes e sua filiação ideológica às ideias do influenciador digital, jornalista e astrólogo Olavo de Carvalho², que resultou na proliferação e em destaque significativo de diversos grupos de direita moderada e radical desde então.

Neste processo, há de se destacar, com notoriedade, a temática antifeminista como uma parte fundamental no plano de governo, visto que uma de suas principais representantes é a Deputada Estadual de Santa Catarina Ana Caroline Campagnolo, autora do livro *Feminismo: Perversão e Subversão* (2019) e também do *Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas* (2021). Além de ser figura atuante nas redes sociais, Campagnolo também

² Daí derivou-se a expressão *bolsolavista*, termo informal utilizado para designar a política de Jair Messias Bolsonaro aliada aos conselhos de Olavo de Carvalho.

participa de círculos políticos próximos aos do Presidente, até mesmo fazendo parte, como ele, de documentários realizados pela produtora Brasil Paralelo (2016). Para ela, “[...] quando os conservadores dizem que as mulheres devem cumprir sua função no lar e na sociedade como esposas e mães, é considerando que essa é sim a vocação da maioria das mulheres que estão sendo ludibriadas [...] pelos coletivos feministas” (CAMPAGNOLO, 2019: 310).

No entanto, não é surpreendente que revisionismos como este sejam aceitos tão facilmente por determinadas camadas da sociedade brasileira e Rita Terezinha Schmidt, já em 2006, evidenciava as diversas críticas oriunda das elites ao politicamente correto defendido pelo feminismo, transfiguram-no como uma associação vinculada à cultura estrangeira, ao próprio desenvolvimento econômico e à sua organização social. Observa-se então, que o pensamento feminista estaria consolidado em um pensamento patriarcal e senhorial, satisfazendo sistematicamente o ideal de uma parte da classe dominante. Assim, segundo a autora,

É no horizonte dessa lógica histórica [...] que se pode compreender a força institucional do conceito de família patriarcal, uma forma de organização de poder, estruturada hierarquicamente, [...] que veio a se tornar modelo para as relações tanto na esfera privada quanto na pública. No centro desse modelo, descrito por Roberto Reis como três círculos concêntricos, está “o senhor de terras (prevalência de uma ordem senhorial), que acumula papéis de pai (prevalência de uma ordem patriarcal) e de homem (prevalência de uma ordem masculina)” (SCHMIDT, 2006: 773).

No artigo intitulado *Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias*

sociais, Thaiane Oliveira (2020: 22) define as teorias da conspiração como narrativas irracionais, produzidas por grupos que se situam geralmente deslocados da vida política e social. Segundo a autora, “até causar impactos significativos na sociedade, as teorias da conspiração são tratadas como conhecimento estigmatizado (BARKUN, 2017 *apud* OLIVEIRA, 2020), sendo ignoradas por instituições das quais foram consolidadas em torno da produção da verdade” (OLIVEIRA, 2020: 22).

Dessa maneira, o questionamento de Matthew D’ancona, citado por Carlile Lanzieri Júnior (2020: 190), torna-se deveras relevante como contribuição nesta análise. Para ele, “[...] a questão é: como o ideal de veracidade ficou tão enfraquecido, tão estiolado, a ponto de concorrer de modo tão deficiente com o emocionalismo contemporâneo? O que aconteceu com a verdade?”. Segundo Lanzieri (2020: 191 e 192, grifo nosso),

A questão nova que está agora posta sobre as mesas de debates cercadas por historiadores e outros pesquisadores ligados às humanidades e áreas afins é como agir na labuta cotidiana com os que simplesmente ignoram o que dizem as fontes deixadas pelo passado ou que o rejeitam ou o reinventam a partir de ideologias robustecidas por doses consideráveis de algo que a genialidade de Marc Bloch não foi capaz de prever: a pós-verdade e a autoverdade, duas genuínas expressões das incontáveis distopias do nosso tempo. E ambas igualmente conduziram o passado prático de Michael Oakeshott para muito além do que ele propôs e o transformaram em um passado desejável, previsível e agradável. [...] **Da esquerda à direita, o avanço de políticos e políticas tomados por uma verve religiosa, nacionalista, familista, sexista e anti-intelectual assusta e não apresenta indícios de que tão cedo irá recuar.**

Com relação ao feminismo, diversos são os críticos que remetem à história, mas sequer se quer conhecem os métodos utilizados para sua análise ou conceitos básicos. Um exemplo disso se mostra presente na reação da historiadora Ana Caroline Campagnolo à crítica de uma Professora Universitária que se manifestou contrária à sua palestra na Universidade Filadélfia (UniFil)³, devido à falta de rigor científico em sua análise. Horas depois do ocorrido, Campagnolo postou um vídeo de quarenta e três minutos em seu perfil nas redes sociais intitulado “Feminismo no Mundo da Lua”⁴, porque a professora em questão se chamava Luana. Vale destacar representa o desenho que ironiza a professora em questão, contendo a seguinte frase “SELO PROFE LU DE RIGOR CIENTÍFICO”. Desta postagem, destaco um trecho de sua fala:

Mas isso não vem ao caso, porque olha só o que a professora Luana, professora universitária, que ensina os alunos, está nos dizendo: **que o conhecimento de história, de filosofia, e das “ciências humanas”, precisam passar por um rigor científico que saiu da cabeça dela, porque veja só: um dos livros de história mais conhecidos sobre a época do Nazismo é o Diário de Anne Frank. Você sabe que Anne Frank morreu quando ainda era uma adolescente. Eu pergunto: qual o rigor científico que Anne Frank tinha para escrever o Diário de Anne Frank?** Bom, se não tem rigor científico nenhum, de repente as associações de história, as instituições que representam os professores de história de todo o Brasil

³ LONDRINA, UniFil. LIVE com Ana Caroline Campagnolo | Feminismo Perversão e Subversão. Youtube. 27 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RbhqYnJhb9A>. Acesso em: 29 abr. 2021.

⁴ CAMPAGNOLO, Deputada Ana Caroline. Feminismo no Mundo da Lua | Clube Campagnolo. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pidTj6HpsMU>. Acesso em: 29 abr. 2021.

deveriam criar um selo de desconfiança acadêmica e carimbar livros como o da Anne Frank. [...] Mas não é só o dela que eu quero falar pra vocês, embora óbvio que uma criança como Anne Frank não tinha como ter autoridade e rigor científico, embora seu livro seja usado em absolutamente todo o mundo para fazer de Nazismo (grifo nosso).



Imagem 1: Vídeo disponibilizado no Youtube por Ana Caroline Campagnolo.

Para complementar, a Deputada parece não conhecer o fato de que o livro de Anne Frank é uma fonte e não uma obra historiográfica, e por esse mesmo motivo é que o rigor científico não se aplica a ela, diferentemente da Ana Campagnolo, que é uma historiadora. Ademais, merece atenção a sua interpretação do conceito de “eurocentrismo”, que é primeiro deturpado, e após, defendido por ela. Em um vídeo realizado pelo canal Brasil Paralelo

em 2020 denominado “CRIANÇAS BRASILEIRAS SÃO MENOS INTELIGENTES? | ANA CAROLINE CAMPAGNOLO”⁵, ela enfatiza,

Nos nossos cursos de letras a gente ouve muito essa expressão “Temos que combater o eurocentrismo”, a “teoria eurocêntrica”. E o que quer dizer isso em termos práticos? É tirar do cânone dos textos gregos, os clássicos gregos, os clássicos da Idade Média. “Temos que democratizar o currículo”. O que é democratizar o currículo? É facilitar o currículo. É baixar o nível do currículo. É pegar um livro de Machado de Assis e facilitar a leitura de Machado de Assis. Não precisa disso (grifo nosso).

Em relação à análise destas falácias, os criadores do canal de entretenimento e política Meteoro Brasil dissertam: “[...] há quem use o mesmo instrumento (etimologia) para assaltar as palavras, destituindo-as de sua riqueza histórica, seus conhecimentos, suas abstrações [...] e periculosidade aumenta quando ele encontra outras armas, como a comunicação pública” (METEORO BRASIL, 2019: 12). É isso que ocorre com o termo “eurocentrismo”, que longe de representar os clássicos da Idade Média ou da Grécia Antiga, é caracterizado por uma narrativa, como aponta Edward Said, eurocêntrica, branca e muitas vezes, partindo da visão do colonizador. Portanto, criticar o eurocentrismo não é abrir mão de estudar a Europa ou ler clássicos europeus e estadunidenses, mas sim entender temporalidades e abordagens a partir de seus próprios contextos e realidades, valorizando produções regionais.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WBtHRlmRTD8>. Acesso em: 30 abr. 2021

Para além dos problemas citados, apresenta-se como seu difusor a História Pública, que como citada por Romulo Fernando Assis (2020: 25), pode ser definida como uma maneira do historiador engajar o público leigo para a compreensão de algumas questões básicas para o ensino da história de forma crítica, participativa e emancipatória. De fato, essa maneira de facilitar o acesso ao conhecimento histórico não é um problema, pelo contrário, atualmente são vários os exemplos que tornam esse estudo mais abrangente. O problema existe — e isso não compromete a História Pública séria e engajada — quando alguém se utiliza do argumento de divulgação do conhecimento para criar e difundir negacionismos, mentiras e atacar grupos, especialmente minorias políticas. Sobre isso infere Assis:

O que, enfim, os negacionismos almejam não é a revisão, legítima, do conhecimento histórico, mas seu encerramento em categorias estanques supostamente ancoradas em uma verdade que não admite, por seu caráter absoluto, contestação alguma. Não é surpresa que negacionistas de todos os tipos transformem suas empreitadas intelectuais em verdadeiras cruzadas políticas, quase apocalípticas, porque, ao fim e ao cabo, é disso que se trata: de expulsar do horizonte político e intelectual quaisquer contestações, sempre associadas a conspirações e doutrinações diversas, às suas narrativas (Ávila, 2019 *apud* ASSIS 2020: 30).

Essas “reformulações” do passado com o objetivo de negar as conquistas realizadas pelas lutas de movimentos organizados de mulheres ao decorrer do tempo possui também a ideia de contra-atacar aquelas que não se adaptam ao ideal de valores disseminado como “inatos” da mulher, com o intuito de destruir seu referencial ao torná-lo uma “perversão” para a ideologia presente em nossa sociedade e propagandeada pelo atual governo e demais alas reacionárias da política. Quanto a isso, a análise de *Pureza e*

*Perigo*⁶ de Mary Douglas se mostra mais do que presente, pois, segundo ela, a suposta “impureza” estabelecida é uma ofensa a um ideal social e eliminando-a, pode-se até mesmo contribuir para o meio.

Em uma entrevista ao Jornal Opção, para divulgar seu livro *Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político*”, o professor João César de Castro Rocha destaca que o sistema bolsonarista é caracterizado por um conjunto de falsidades deslocadas da realidade, produzindo um sistema de crenças que não podem ser compreendidos de um ponto de vista racional.

Na mesma live de 23 de julho, Bolsonaro usou o método Paulo Freire para criticar a esquerda, ao dizer que culpado pelo fracasso da educação no Brasil seria o método Paulo Freire.

[..] É sempre um combate. Combate contra quem? É quando surge a estrutura de pensamento, na qual existe uma constante, por assim dizer, eterna, conspiração da esquerda, que não deseja mais tomar o poder pelas armas para impor a ditadura do proletariado. Agora, pelo contrário, a esquerda compreendeu que esta forma de tomar o poder não é tão eficaz quanto conquistas corações e mentes. Qual a resposta possível? Vencer uma eleição é muito pouco. É preciso destruir as instituições que foram aparelhadas pela esquerda, segundo a narrativa bolsonarista

⁶ DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. In: **Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu**. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sônia Pereira da Silva, 1966).

Outro aspecto que merece destaque é a reflexão de Sônia Meneses (2019) sobre negacionismos e histórias públicas reacionárias. Para ela, no século XXI se observa a emergência de uma nova produção historiográfica pautada na ampliação do uso de fontes, e, por outro, um descompasso com relação a conteúdos mais amplos para a população. E é neste vácuo hipotético que se apresenta o que ela chama de *historiografia midiática*, ou seja, toda a produção sobre o passado se ampara nos diversos meios de comunicação possíveis e que almejam grandes audiências (MENESES, 2019). Para ela, (2019: 2),

O aparente frescor das imagens vibrantes, a participação de youtubers famosos na apresentação de conteúdos que seriam fruto de “pesquisas históricas sérias”, ou a “descoberta” de novidades sobre o passado, em grande medida se configuram numa releitura de antigos paradigmas que sustentam a manutenção de processos excludentes, preconceitos e conclusões que utilizam de forma desonesta as informações extraídas de teses e dissertações, ou mesmo fontes históricas, selecionadas e recortadas para referendar argumentos cujo fim é a desqualificação política de vários sujeitos e enunciados científicos. Algumas delas, **inspiram estratégias discursivas quase milenaristas na medida em que estimulam uma cruzada assentada em polarizações do que seriam verdades e mentiras, partidos e sem partidos, o bem contra o mal. Por isso é uma história que se anuncia como uma escolha entre contrários numa dicotomia sectária que aniquila a complexidade do pensamento e a diversidade de ideias.** Não por acaso, exalta-se o politicamente incorreto contra o politicamente correto, a escola sem partido contra a escola doutrinadora ou, a história verdadeira contra a história de esquerda.

Caracterizado o método de estrutura de discurso antifeminista, no próximo tópico se observará a maneira como ele é utilizado por Ana Campagnolo e Sara Winter (também atuante do movimento antifeminista e pró-vida ⁷ no Brasil) para definir o movimento feminista e suas particularidades do ponto de vista destas.

O feminismo para as antifeministas: a perversão e a subversão da História

Em *As diferenças entre os sexos e a dominação simbólica*, Roger Chartier (1993) apresenta o que denomina como processo de lutas simbólicas e aponta para uma mudança fundamental ocorrida entre os séculos XVI e XVIII em relação à interiorização pelas mulheres das normas advindas dos discursos masculinos, especialmente a respeito dos arquétipos de santidade. Para ele, “Longe de afastar do “real” e de só indicar figuras do imaginário masculino, as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros.” (CHARTIER, 1993: 40).

Com isso, observa-se o primeiro aspecto que culminaria no que atualmente se observa como característica “feminina”, ou seja, a religiosidade conjunta à modéstia e à valorização de uma moral cristã-ocidental, singularidades adotadas frequentemente por Sara Winter e Ana Caroline Campagolo, tendo como ideário que essas “qualidades” não

⁷ São denominados pró-vida movimentos que se declaram em defesa da dignidade da vida humana, conhecidos principalmente por sua oposição à prática do aborto induzido.

poderiam ser encontradas em feministas. Para Campagnolo, isso até poderia denominar o movimento feminista:

Como se vê, incontáveis escritores, pesquisadores e teóricos podem ser citados para confirmar esse fenômeno: um movimento político, ideológico, essencialmente anticristão, busca cooptar especialmente as mulheres para a consolidação de uma revolução sexual. **Esse movimento é o FEMINISMO: do mais moderado ao mais radical, do mais sutil ao mais aberrante, do liberal ao socialista.** (CAMPAGNOLO, 2019: 300, grifo nosso).

Outra análise do movimento feminista por parte de grupos reacionários foi feita por Olavo de Carvalho, o qual infere que a sua única conquista foi liberar os homens de não sustentar as mulheres, e elas, o direito de não trabalhar e de viver do sustento de seu cônjuge (CAMPAGNOLO, 2019). Em uma entrevista disponibilizada pelo *UOL* em 2019, quando questionada em relação à ameaça que o feminismo representava à ordem ocidental, ela afirma que a civilização ocidental é o melhor modelo de sociedade e, caso houvesse discórdia, era só comparar ao padrão de vida indiano ou árabe, nos quais, segundo ela, o cristianismo não existia.

Para ela, esse movimento que abrange mulheres desde o século XV e XVI em solo inglês, como *O livro da cidade das mulheres*⁸, publicado por Christine de Pizan em 1405, até a atualidade, com o desenvolvimento de diversas vertentes de lutas pela igualdade de direito, e tantos outros, não seria mais que uma conspiração que visa à destruição da sociedade e dos valores

⁸ Cf. Pizan, Christine de. *La Cité des Dames*. Texte traduit et presente par Thérèse Moureau et. Eric Hicks. 4ª.ed. Paris: Stock, 2000.

ocidentais, bem como da moral judaico-cristã. Ademais, com relação à definição de uma civilização judaico-cristã, também defendida por membros e ex-membros do governo Bolsonaro, Lanzieri Jr (2019: 203), apresenta a ideia de que isso não passa de uma abstração e que seus defensores parecem não levar em consideração as pluralidades culturais que existem sobre ela. O autor também destaca que tal recurso do “nós contra eles”, utilizado por eles, é típico de governos que apelam para esse confronto para impor agendas, que são aceitas por populações quando elas se amedrontam pelo que ele denomina de “novo medo dos bárbaros” (2019: 203).

Como enfatiza Rosana Pinheiro Machado (2019: 144), os medos do feminismo, assim como do comunismo e da destruição do núcleo familiar, possuem uma ligação com os inimigos que já “ameaçavam” a sociedade brasileira em 1964 e que precisam ser destruídos para a continuidade de um modelo social utópico e construído pelas forças que estavam no poder. Dessa forma, pode-se definir que, para Campagnolo, o antifeminismo é a negação a este próprio projeto de feminismo criado e criticado por ela, tendo como bibliografia ora autores conservadores, ora até mesmo misóginos, como o já citado Otto Weiniger.

Tendo em vista a divulgação de seu curso e as recomendações que nele estão presentes, especificamente no mês que ela denomina para o estudo da família, Ana Caroline Campagonolo publica um vídeo do Deputado Nikolas Ferreira (PRTB) intitulado “Nikolas Ferreira Desmacarando o feminismo”. O título, por si só polêmico, chama a atenção não só por seu conteúdo extremamente controverso e falacioso, mas por ser narrado em um ambiente de debate político – a Câmara dos Deputados de Belo Horizonte – e por um

homem eleito por uma considerável porcentagem de votos, e também, próximo ao Presidente Jair Messias Bolsonaro, como evidenciam seus perfis nas redes sociais, Instagram e Youtube. Na figura a seguir apresentamos uma postagem de Campagnolo no Instagram recomendando o vídeo de Nícolas Ferreira, no qual ele aparece, segundo ela, “desmascarando o feminismo”.



Imagem 2: Post do Instagram de Ana Caroline Campagnolo.⁹

Como segundo parlamentar mais votado da história da capital mineira, escolhido por 29.388 eleitores para o primeiro mandato como vereador com

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/anacampagnolo/?hl=pt-br>. Acesso em: 10 ago. 2021.

apenas 24 anos de idade¹⁰, Nikolas também contou com o apoio de Eduardo Bolsonaro durante sua campanha. Nas matérias dedicadas à sua jovem carreira e também às suas polêmicas, ele é destacado por seu empenho na militância de direita¹¹, pelo não uso de máscara de proteção¹² e é alvo de denúncias por transfobia na Câmara de BH.¹³

Aqui destaco alguns trechos de seu discurso realizado da Câmara dos Deputados de Belo Horizonte realizada no Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2021. O vídeo está publicado em seu próprio canal do Youtube com o título “Desmascarando o feminismo. VEJA ATÉ O FINAL”.

Hoje é o dia Internacional das mulheres. Parabéns mulheres XX. [...] O movimento feminista vem aqui falar sobre vida, importante levantar sobre isso. Ano passado morreram 1.5 milhões mais ou menos pessoas de COVID e eles chamaram isso de pandemia. Ano passado morreu 55 milhões de crianças abortadas e eles chamam isso de direito. O movimento feminista pega as virtudes de inatas da mulher como coragem como persistência e coloca isso um monopólio de um movimento. O movimento feminista ele milita pela morte de crianças do ventre, mulheres principalmente, o que é uma 50% de chance de ser homem ou de ser mulher, ou seja, movimento

¹⁰ Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/vereadores/nikolas-ferreira>. Acesso em: 29 abr. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/politica/quem-e-o-vereador-que-representa-o-bolsonarismo-na-camara-de-belo-horizonte.html>. Acesso em: 29 abr. 2021.

¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/03/11/vereador-nikolas-ferreira-discursa-sem-mascara-de-protecao-no-plenario-da-camara-de-bh.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2021.

¹³ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/15/interna_politica,1205365/2-vereador-mais-votado-de-bh-nikolas-ferreira-duda-salabert-homem.shtml. Acesso em: 29 abr. 2021.

feminista mata mulheres ali em potencial e eles chamam isso de direito chamando de liberdade. [...] **Vocês na verdade são o maior movimento genocida da história.** 55 milhões de crianças mortas. Quantos gênios nós não perdemos? Quantas pessoas boas nós não perdemos porque simplesmente uma pessoa acha que ela vai ser pobre então mata por sofrimento vai e mata? Então faz o seguinte passa ali debaixo do viaduto e mata qualquer pessoa que está lá porque ela acha que ela está sofrendo mata uma pessoa acabando que ela vai nascer no ambiente pobre. Vergonha de vocês feministas. [...] Não ousem falar do cristianismo. Não ousem. Depois que você dividiu o mundo antes e depois de você, você abre a boca para falar daquilo que construiu toda a civilização ocidental, caso contrário o movimento feminista não passa de água de salsicha não serve para porcária nenhuma. Obrigado.

Nele, destaca-se não só uma passagem extremamente preconceituosa com relação às pessoas transgênero, como a falta de informações coerentes sobre o aborto, a falta de respeito e absoluta insensibilidade em relação a todas as mulheres que já passaram por essa situação e a sua comparação com os movimentos genocidas que ocorreram na história. Longe de se preocupar com as vidas perdidas nas clínicas de aborto clandestinas no país, Nícolas se preocupa com os gênios e as pessoas boas que poderiam ter nascido caso o aborto não tivesse ocorrido. E ainda, depois de tudo, fala sobre o cristianismo, a importância dele para a civilização ocidental, e o compara, de maneira contraditória e confusa, com o feminismo. Feminismo esse, que não é conceituado, apenas estereotipado.

Sara Winter, no que lhe concerne, apresenta uma versão um pouco diferenciada sobre feminismo. Ex-participante do grupo radical fascista Ucraniano Femen, ela elabora suas considerações sobre o tema tendo como base sua própria trajetória de vida neste projeto. No Instagram de Winter,

onde publica seus cursos e compartilha seus discursos, pode-se encontrar a sua definição de feminismo, e para além, assim como Campagnolo, a sua oposição em relação à religião e à moral cristã.



Imagem 3: Post do Instagram de Sara Winter.¹⁴

Não existe “feminismo brando”. Tampouco existe um “feminismo bonzinho que já ajudou as mulheres.” / O feminismo é tão somente um movimento cultural, acadêmico e social que tem como objetivo destruir os papéis masculino e feminino, subvertendo a natureza da sexualidade humana e implementando a revolução sexual: ideologia de gênero, aborto, pedofilia, destruição da família e redução populacional. / O feminismo é a filha preferida de Karl Marx! Não caia nessa mentira!

Em busca de caracterizar o feminismo como um movimento de vertente única, levando em conta uma miscelânea de achismos e estereótipos, ela apresenta tanto sua falta de referências sobre o tema, como a utilização

¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHTqVpej4zH/>. Acesso em 21 out. 2020.

do discurso do “nós contra eles, já citado anteriormente como presente na estrutura das antifeministas. Em uma publicação de 14/12/2020, Winter apresenta a seguinte análise sobre o feminismo, em resposta a um seguidor:

Durante toda sua história o movimento feminista foi composto por mulheres frustradas, invejosas e carentes. / Mary Wollstonecraft em 1790 publicou um livro chamado A reivindicação das mulheres. Ela escrevia sobre como a mulher deve ser independente, mas chegou a tentar suicídio 2 vezes por que se apaixonou por um homem que a rejeitou. / Muitos pensam que Frida Kahlo foi uma mulher forte, mas na verdade ela era constantemente traída por seu marido, Diego Rivera. Escreveu várias cartas à sua amigas descrevendo como Diego a maltratava. Frida sempre tolerou os maus tratos e traições de seu marido. / Betty Friedan escreveu o livro A Mística Feminina, com o objetivo de quebrar padrões machistas. No entanto ela tinha uma vida confortável de classe média e nunca havia sofrido verdadeiras opressões. / Estudando a vida das maiores feministas da história, podemos chegar a uma consciência rápida e simples: ser feministas é coisa de mulher frustrada.

Ao analisar a fala de Winter, devemos nos ater a algumas questões. Primeiramente, uma rejeição amorosa, assim como uma tentativa de suicídio e os maus tratos de um parceiro são questões particulares da autora, podendo influenciar ou não sua escrita. Neste caso, inclusive, não há nenhuma contradição, visto que ao contrário do ideal de feminista do senso comum conservador, a maior parte das mulheres que aderem ao movimento, assim como qualquer outro ser humano, apaixona-se, decepiona-se e pode sofrer de diferentes maneiras, mas ainda assim, defender seus direitos, visto que o privado não necessita ter relação com o público. Ademais, uma citação a Betty Friedan, além de contraditória, soa curiosa: “No entanto ela tinha uma

vida confortável de classe média e nunca havia sofrido verdadeiras opressões.” Dessa forma, haveria verdadeiras opressões? Se ela não tivesse uma vida confortável de classe média, em vista do texto, seria digna a publicação de sua obra?

Quanto à referência a Mary Wollstonecraft¹⁵, há alguns pontos a serem reiterados. É após a publicação de *An Historical and Moral View of the Origin and Progress of the French Revolution*, e seu retorno a Londres, que ela descobre a infidelidade de Gilbert Imlay, o que a leva à sua primeira tentativa de suicídio. A segunda tentativa, já depois de viajar para Escandinávia para reiterar assuntos comerciais com ele, não tem seus motivos descritos por ela ou próximos. (MIRANDA, 2015: 11-12). Ou seja, para além da injustiça e insensibilidade para com possíveis transtornos mentais, Winter demonstra ignorância para com a vida de Wollstonecraft.

Em outra publicação, anunciando seu curso chamado *O Lado Negro da Esquerda*, Winter relata ainda mais essa oposição entre feminismo e religião ao afirmar:

¹⁵ Mary Wollstonecraft (1759-1797) foi uma importante escritora e ativista dos direitos humanos, sobretudo, das mulheres. Vale ressaltar também suas ideias abolicionistas. Considerada a “pioneira do feminismo”, Mary empenhou-se na luta por uma educação igualitária entre meninos e meninas e defendeu maior autonomia das mulheres no casamento e sociedade, sendo uma influência e inspiração para os movimentos feministas que surgiram no século XIX.

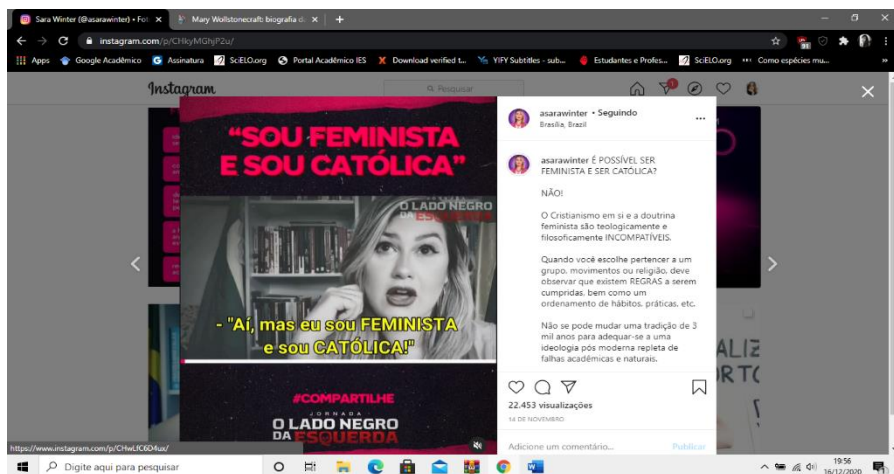


Imagem 4: Post do Instagram de Sara Winter.¹⁶

É POSSÍVEL SER FEMINISTA E SER CATÓLICA? / NÃO!
/ O Cristianismo em si e a doutrina feminista são teologicamente e filosoficamente INCOMPATÍVEIS. / [...] / Não se pode mudar uma tradição de 3 mil anos para adequar-se a uma ideologia pós-moderna repleta de falhas acadêmicas e naturais. / Feminismo e catolicismo são PRÁTICAS OPOSTAS, o primeiro tenta destruir o segundo, que por sua vez reza e muitas vezes acolhe os [praticantes] do primeiro.

A autora ignora que, como já citado antes, o feminismo não se volta exclusivamente para o Ocidente e que suas várias vertentes possuem características próprias. É nítida a maneira de fazer com que ele seja desvalorizado pela suposição de que busca a “destruição” da religião cristã, partindo do pressuposto de que se algumas mulheres feministas como a americana Annie Laurie Gaylor (1955-) não aderem ao cristianismo e

¹⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHkyMGhjP2u/>. Acesso em: 23 out. 2020.

observam o domínio masculino em algumas esferas religiosas, todas devem pensar dessa maneira. O que não é crível, visto que além de alguns feminismos não terem contato próximo com o cristianismo, não há como fazer com que um movimento como este se torne homogêneo ao ponto de possuir objetivos comuns. Há pluralidade e propostas distintas entre eles, considerando-se o tempo e espaço em que foram/são formulados.

Levando em consideração essas características apresentadas por Winter, seu antifeminismo baseia-se no mesmo ideal de Campagnolo. Ela cria a sua definição a partir de suas experiências pessoais e estabelece as “vítimas”: o cristianismo, a família e a feminilidade, e o seu “algoz”: o feminismo. Portanto, como já percebido com as figuras apresentadas, a utilização das redes sociais se mostra fundamental para a disseminação desse tipo de ideal, e por isso, será analisada sua importância no tópico a seguir.

Como percebemos através das reflexões acima, as redes sociais estão no cerne de sustento da nova direita no Brasil. A organização denominada *Meteoro Brasil* em seu livro *Tudo O Que Você Precizou Desaprender Para Ser Um Idiota* (2018), apresenta um aspecto fundamental para a compreensão deste fenômeno, ou seja, o fio condutor entre o que eles consideram como uma recessão democrática no cenário global e o crescimento das redes nos últimos anos. Referindo-se a Jason Stanley em sua obra *Como funciona o fascismo*, os autores argumentam que “não é surpreendente que essa técnica [fascista] volte a ser bem-sucedida no exato momento histórico em que as redes sociais consolidam sua presença dentro do instrumental usado pelas campanhas eleitorais?” (BRASIL, *Meteoro*, 2019: 24).

As campanhas podem caracterizar-se como exemplos pertinentes da retórica da direita radical no Brasil, e partindo para uma análise mais profunda, se houvesse como delimitar características comuns entre elas, quais seriam? Essa mesma proposta fora analisada pelos autores anteriormente citados por meio do que Stanley classifica como os dez pilares do fascismo. Vale recordar que a comparação não deve ser analisada como uma hipótese pronta, mas é digna de discussões já que os próximos tópicos podem, ou não, confirmar as disposições demonstradas a seguir. Dentre estes, os cinco primeiros são:

O primeiro desses pilares consiste em despertar nas pessoas uma nostalgia, [...] há sempre uma busca por aquilo que Stanley chama de “passado mítico”. [...] O segundo pilar do fascismo é a propaganda, que se dedica em inverter as coisas: doutrinadores falam em luta contra doutrinação e corruptos falam em luta contra a corrupção. [...] A terceira característica é o anti-intelectualismo: as universidades são hostilizadas por disseminar muita doutrinação e pouca educação, servindo como propagadoras de todo tipo de imoralidade. [...] O quarto [...] se relaciona de maneira direta com a nossa pretensão de entender o esfacelamento da verdade e a presença massiva de teorias conspiratórias no debate político. A destruição da realidade também é fundamental. [...] Numa quinta divisão da técnica fascista, encontramos a hierarquização da sociedade. É aqui o subtítulo da obra de Stanley – A política do “*nós*” e “*eles*” – encontra uma justificativa. (2019: 24)

No entanto, embora esses pilares não se caracterizem como o foco deste artigo, não se deve ignorar certas similaridades, nem deixar de citá-las quando necessário, visto que se tornam bem evidentes em certas ocasiões. Para além, outros aspectos devem ser ressaltados, como o próprio contexto que possibilitou a ascensão de posicionamentos como esse, embora o foco

seja os autores, uma vez que o cenário e seu público foram os que facilitaram seu engajamento, levando em conta o próprio fato da proximidade entre estes e o círculo governamental.

O historiador Trevor Roper, em seu trabalho denominado *Religião, Reforma e Transformação Social (1971)*, ao falar sobre a questão da perseguição às bruxas no período medieval, retoma uma análise interessante ao tema aqui apresentado. Inicialmente, para além de perseguições esporádicas realizadas pelas ordens missionárias que viviam entre o povo e faziam pressão para que as autoridades eclesiásticas se tornassem favoráveis àquele sistema, a colaboração da sociedade para com este foi sem dúvida um fator relevante. Para ele, era de fundamental importância os denominados tribunais do povo, que faziam com que os papas reagissem a essa pressão e procurassem um bode expiatório para tal. (ROPER, 1971). Ademais, citando outros casos de perseguições de localidades e períodos diferentes, ele comenta (1971: 90, grifo nosso),

Mais tarde, quando os ânimos se modificam ou a pressão social deixa de se fazer sentir, graças a essa efusão de sangue, o anônimo desaparece de cena, deixando a responsabilidade pública aos pregadores, aos teóricos e aos governantes que exigiram, justificaram e ordenaram o ato. Mas o historiador não pode deixar de lhe atribuir a sua parte de responsabilidade. Individualmente, essa parte pode ser infinitesimal mas, colectivamente, é a mais importante. **Sem os tribunais do povo, a perseguição social não pode ser organizada. Sem o povo, não pode sequer ser percebida.**

Considerações Finais

Ao longo desse recorte das considerações obtidas a partir de uma pesquisa em Iniciação Científica, realizada entre 2020 os anos e 2021,

observou-se, para além de um objetivo claro de desinformação quanto a conteúdos históricos, conceitos e métodos, o investimento considerável na dispersão desse tipo de conhecimento por meio das redes sociais, como o *Youtube* ou o *Instagram*. Entretanto, também convém destacar o esforço de estudiosos (como os aqui citados), que trabalham na tentativa de compreender a atuação desses grupos de direita radical no país, e o quanto isso contribuí para o combate ao negacionismo histórico e suas mais variadas formas.

Dito isso, é fundamental para os meios acadêmicos o interesse nestes grupos que visam cooptar a população mais leiga com discursos falaciosos e extravagantes, não só para obter um diálogo e apresentar uma resposta teórica de nível científico, mas também disputar junto a eles o dito “monopólio” discursivo, que, neste momento, se encontra consideravelmente ocupado pelos indivíduos aqui citados.

Agradecimentos

Faço um agradecimento especial à minha orientadora de pesquisa, Professora Dra. Lourdes M. G. Conde Feitosa, do Centro Universitário do Sagrado Coração, em Bauru -SP. Sem sua orientação e aconselhamentos em geral, nada disso teria sido possível. Trabalhar com a história das mulheres junto a uma supervisão excelente como esta acrescentou muito em minha carreira.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Romulo Fernando. *As influências nos Pinóquios e a resistência dos Gepetos*: como discursos negacionistas vêm adentrando as aulas de História.

Orientador: Maurício Parada. 2020. 124 p. Dissertação de Mestrado (Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História.) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BOM DIA MINAS. G1. Vereador Nícolas Ferreira discursa sem máscara de proteção no plenário da Câmara em BH. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/03/11/vereador-nikolas-ferreira-discursa-sem-mascara-de-protecao-no-plenario-da-camara-de-bh.ghhtml>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL, Meteoero. *Tudo o que você precisou desaprender para virar um idiota*. 1ª. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

CÂMARA MUNICIPAL BH. *Nícolas Ferreira*. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/vereadores/nikolas-ferreira>. Acesso em: 23 de ago. 2021.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Feminismo: Perversão e Subversão*. 1ª. ed. [S. l.]: Vide Editorial, 2019.

CECÍLIA EMILIANA. UAI. (2020). 2º vereador mais votado de BH, Nikolas Ferreira chama Duda Salabert de homem: 'É isso que está na certidão'. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/15/interna_politica,1205365/2-vereador-mais-votado-de-bh-nikolas-ferreira-duda-salabert-homem.shtml. Acesso em 23 ago. 2021.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, p. 37–47, 2008.

JOVEM PAN. (2021) *Quem é o vereador que 'representa o bolsonarismo' na Câmara de Belo Horizonte*. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/politica/quem-e-o-vereador-que-representa-o-bolsonarismo-na-camara-de-belo-horizonte.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. Ontem e hoje, o porta estandarte: reflexões sobre os usos do passado medieval, a estética bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira. *Roda da Fortuna*, v. 8, p. 161-180, 2020.

MACHADO, Rosana Pinheiro. *Amanhã vai ser maior*: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. Planeta, 2019.

MENESES, Sônia. Negacionismos e Histórias Públicas Reacionárias: Os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *OPSIS*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–9, 2019. DOI: 10.5216/o.v19i2.55707. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/55707>. Acesso em: 24 ago. 2021.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. *Fronteiras - Estudos Midiáticos*, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 21-35, 2 mar. 2020.

SARA WINTER. Mulher de verdade. Disponível em: <https://sarawinter.com.br/mulher-de-verdade/>. Acesso em: 23 de ago. 2021.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (des) compassos da cultura letrada brasileira. *Rev. Estud. Fem.* [online]. v. 14, n. 3, p. 765-799, 2006.

TREVOR-ROPER, Hugh. *Religião, Reforma e Transformação Social*. 2. ed., Lisboa: Editorial Presença, Lda, 1971.

Recebido em: 03/01/2022

Aceito em: 02/04/2022

¡LA ALEGRÍA YA VIENE! – 1988, O POVO NAS RUAS E A REABERTURA POLÍTICA DO CHILE¹

¡LA ALEGRÍA YA VIENE! – 1988, EL PUEBLO EN LAS CALLES Y LA REAPERTURA POLÍTICA DE CHILE

Carlos Eduardo Bione²

Resumo: Este artigo busca retratar os principais episódios anteriores e posteriores à realização do plebiscito que teve lugar em outubro de 1988, no Chile, para decidir os rumos políticos do país frente à derrocada do regime militar ditatorial liderado por Augusto Pinochet. Buscou-se analisar a construção retórica da campanha eleitoral dos dois campos políticos, situação e oposição, a partir de um conjunto de documentos impressos e audiovisuais, além de documentários recentes sobre aquele momento da vida política chilena. As análises da conjuntura política chilena, feitas pela imprensa brasileira, notadamente pelo jornal *O Globo*, também nos serviu de apoio documental. Por fim, tentou-se traçar um breve panorama da situação política chilena atual, com o encaminhamento para a nova Constituinte.

Palavras-chave: Chile; ditadura militar; regime Pinochet; plebiscito; abertura democrática.

Resumen: Este artículo busca repasar los principales episodios antes y después de la realización del referéndum que tuvo lugar en octubre de 1988, en Chile, para decidir las direcciones políticas del país ante el colapso del

¹ Artigo produzido como trabalho final para a disciplina História da América 3, oferecida no semestre letivo de 2020.1, no curso de História da Universidade de Brasília. O trabalho foi orientado pelo docente responsável pelo curso, Prof. Dr. Francisco Doratioto (HIS-UnB).

² Graduando do curso de História, pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: cadubione@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7463592154045401>. Agradeço imensamente aos historiadores pareceristas, colaboradores da Revista Cadernos de Clio (UFPR), pela cuidadosa leitura deste artigo e precisas sugestões de ajustes. Agradeço igualmente ao editor da revista, Arthur Menozzo, pela disponibilidade em sanar dúvidas práticas quanto à formatação.

régimen militar dictatorial liderado por Augusto Pinochet. Buscamos analizar la construcción retórica de la campaña electoral de los dos campos políticos, situación y oposición, a partir de un conjunto de documentos impresos y audiovisuales, así como documentales recientes sobre aquél momento de la vida política chilena. Los análisis de la coyuntura política chilena, realizados por la prensa brasileña, en particular por el diario *O Globo*, también sirvieron de soporte documental. Finalmente, se intentó hacer un breve recorrido por la situación política chilena actual, con los trabajos para la nueva Asamblea Constituyente.

Palabras clave: Chile; dictadura militar; régimen Pinochet; referéndum; apertura democrática.

Borrar todo tu legado ¡Será nuestro legado!

Cartazes e palavra de ordem de jovens chilenos em protestos nas ruas de Santiago, outubro de 2020.

Os antecedentes

Passados cinco anos desde os eventos que destituíram, por meio de um golpe de Estado militar, o governo do 45º Presidente da República do Chile, Salvador Allende Gossens, era com relativa adesão popular que o regime ditatorial instituído chegava ao fim da década de 1970³.

³ Acerca da adesão de parte da sociedade ao regime, indicamos, como referência introdutória à questão, a análise proposta pelas Prof.as Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, pesquisadoras do Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense. O texto consta como Apresentação à série *A construção social dos regimes autoritários – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, 3 volumes [referência completa ao final], e traça uma visão panorâmica da permanência de projetos sociais e políticos autoritários na América Latina ao longo dos anos 1960-1970. Na mesma obra, vejam-se ainda, sobre a participação social nos regimes autoritários sul-americanos, os capítulos 4, “Stroessner e ‘Eu’: a cumplicidade social com a ditadura (1954-1989)”, por M. H. López; 5, “O lado escuro da lua. O momento conservador em 1968”, por A. R. Kuri; 7, “‘Uma parte do povo uruguaio feliz, contente, alegre’: os caminhos culturais do

No Brasil, num cenário ainda de controle social e político posto em prática pelo regime militar – então em fase de transição do último ano do Governo Geisel –, as notícias vindas do outro lado do subcontinente americano eram, aparentemente, de pujança social e de adesão ao regime. Na manhã do dia 5 de janeiro de 1978, a edição do diário *O Globo* trazia estampado na capa do seu Primeiro Caderno um balanço do que fora a primeira consulta popular tendo a figura do general Augusto Pinochet como candidato “legitimado” por mais de 79% dos votos:

O presidente Augusto Pinochet recebeu ontem o apoio esmagador do eleitorado chileno ao consultá-lo sobre as críticas da ONU às violações dos Direitos Humanos no país. Segundo dados parciais divulgados ontem à noite, 79,21% dos chilenos deram “sim” ao governo, enquanto 18,52% votaram “não”. Ao comentar esses resultados, Pinochet declarou que “terminou o problema de se pensar em eleições”, salientando que ele próprio e a Junta Militar “saíram fortalecidos” da consulta popular.⁴

Depois de receber o “apoio” da maioria dos chilenos no referendo de 1978⁵ – convocado após denúncia da Organização das Nações Unidas de que

consenso autoritário durante a ditadura”, por A. Marchesi; 9, “Entendendo as adesões cidadãs ao governo de Alberto Fujimori”, por R. Grompone.

⁴ Análise da consulta popular realizada no Chile, a 4 de janeiro de 1978, e publicada na capa do Primeiro Caderno, na edição matutina do jornal *O Globo*, a 5 de janeiro de 1978. Esta e as demais referências a artigos e matérias do jornal *O Globo* podem ser consultadas na seção *Dossiê Fatos Históricos*, organizada pelo *site* do periódico, disponível em: glo.bo/32odVad. Último acesso: 24 mar. 2022.

⁵ Há que se mencionar o fato de este primeiro plebiscito ter sido realizado em condições *sui generis*: (i) em 27 de dezembro de 1977, a *Contraloría General de la República chilena* declarou inconstitucional o decreto assinado por Pinochet e por seu Ministro do Interior, o general César Benavides, numa tentativa de atribuir base jurídica à consulta nacional; (ii) o plebiscito aconteceu sem que inscrições eleitorais tivessem sido feitas; (iii) a forma como a pergunta da consulta foi articulada baseava-

o regime estaria cometendo graves violações de Direitos Humanos –, o Governo Pinochet trabalhou para pôr em vigor uma nova Constituição⁶. Nesse sentido, o Conselho de Estado, instituído sob o novo regime, passou a fazer os últimos ajustes no projeto que vinha sendo desenhado já desde a instituição do regime ditatorial após o Golpe de 11 de setembro de 1973.

O anteprojeto apresentado pela *Comisión de Estudios de la Nueva Constitución*⁷, estabelecida já em 1973, pela Junta Militar de Governo, passou então a receber os seus acertos finais entre os anos de 1978 e 1980. Além de contar com a participação direta da Junta Militar, a *Comisión* teve ainda a participação do ex-presidente Jorge Alessandri e do Ex-Ministro de Estado Enrique Ortúzar – cuja ativa contribuição acabou por emprestar seu

se num falso dilema: pressionava os chilenos a se posicionarem a favor da “pátria” ou da ONU, identificando o conceito de pátria com o regime militar ditatorial; (iv) visualmente, a cédula induzia à percepção de que não havia direito de manifestação pelo *não*; (v) na cédula de consulta, o campo que indicava o *sim* era preenchido com a bandeira do Chile, já o campo do *não*, por um sombreado cinza, induzindo claramente o consultado a marcar “a favor da pátria” [cf. documento disponível em: <https://bit.ly/3tHJ5HG>]; (vi) por fim, o ponto mais esdrúxulo do processo: a proibição do acompanhamento das apurações. (Cf. *El País*. La convocatoria del referéndum declarada anticonstitucional. Artigo. Santiago: 28 dec. 1977. Disponível em: bit.ly/321bzxI. Consultado em: 5 abr. 2021; *El País*. Hoy, plebiscito obligatorio en Chile. Artigo. Santiago: 3 ene. 1978. Disponível em: bit.ly/3s5amzJ. Consultado em: 5 abr. 2021; *El País*. El plebiscito chileno nació muerto. Artigo. Santiago: 5 ene. 1978. Disponível em: bit.ly/3wEkJ13. Consultado em: 5 abr. 2021; MUSEO de la Memoria y los Derechos Humanos. *Voto Consulta Nacional 1978*. Fondo Servicio Electoral, jan. 2018. Disponível em: bit.ly/2OBBx7D. Consultado em: 5 abr. 2021).

⁶ Fazemos aqui, de forma sintética, um apanhado dos dispositivos legais, constitucionais especificamente, que contextualizam a existência de uma disposição transitória aditiva ao texto constitucional de 1980, que previa, entre outras medidas de manutenção, a realização de uma consulta pública, em forma de plebiscito, no ano de 1988.

⁷ Comissão de Estudos da Nova Constituição.

nome à forma extraoficial como a comissão ficou sendo conhecida, *Comisión Ortúzar*. O texto final da nova Constituição foi submetido ao voto popular, aprovado mediante plebiscito nacional em 1980 e, mesmo enfrentando resistência de setores da sociedade chilena que não a reconheceram, passou a vigorar a partir de 11 de março de 1981.

Sobre as circunstâncias em que se deu a consulta, o cientista político Renato Martins (2000) afirma,

Aprovada em plebiscito fraudulento realizado sem a supervisão de tribunais independentes, numa das fases de maior repressão do governo militar, a Constituição representou a institucionalização do regime autoritário. Segundo resultados oficiais, 67% dos chilenos foram “a favor” da nova Constituição, conferindo legitimidade para o governo prosseguir o seu projeto de reestruturação da sociedade chilena.

Ainda segundo Martins, “a Constituição [do Chile] de 1980 deu início a uma experiência de ruptura e continuidade da ordem autoritária sem precedentes na América Latina”⁸. Nesse contexto, o mecanismo legal que indicava a realização de um plebiscito para a indicação de um “novo” candidato às eleições de 1989 enquadrava-se dentro dos dispositivos de manobra do regime ditatorial e era nomeado “disposições transitórias”. Para o pesquisador, essas ressalvas legais configuravam-se como verdadeiras

⁸ Além dos sérios problemas, apontados por Martins, na condução dessa nova consulta nacional para referendar a Constituição de 1980, também é importante mencionarmos o pouco debate feito com a sociedade chilena sobre o conteúdo da nova Carta Constitucional. Enquanto a cúpula militar e a Comissão da Nova Constituição tiveram anos para elaborarem os seus novos artigos, a população, por sua vez, foi convocada a votar cerca de um mês após a apresentação do projeto constitucional.

salvaguardas constitucionais, introduzidas no texto sob a forma de "disposições transitórias", [e] atribuíam poderes autocráticos ao presidente, que passou a contar com a possibilidade legal de decretar estado de emergência e estado de sítio, declarar guerra, indicar as autoridades militares de acordo com a Junta de Governo e remover prefeitos. (MARTINS, 2000)

Uma dessas disposições transitórias, a 27^a precisamente, previa a realização de plebiscito para consulta popular, de aprovação ou não, do candidato indicado pelas instâncias do governo ao mandato presidencial subsequente àquele para o qual Pinochet havia sido “eleito”. Constava textualmente:

Disposiciones Transitorias⁹

Vigesimaséptima - Corresponderá a los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas y al General Director de Carabineros, titulares, proponer al país, por la unanimidad de ellos, sujeto a la ratificación de la ciudadanía, la persona que ocupará el cargo de Presidente de la República en el período presidencial siguiente al referido en la disposición decimotercera transitoria, quien deberá cumplir con los requisitos establecidos en el artículo 25 inciso primero de esta Constitución, sin que le sea aplicable la prohibición de ser reelegido contemplada en el inciso segundo de ese mismo artículo. Con ese objeto se reunirán noventa días antes, a lo menos, de la fecha en que deba cesar en el cargo el que esté en funciones. **La designación será comunicada al Presidente de la República, para los efectos**

⁹ Texto da nova *Constituição Política de 1980* submetida à ratificação por plebiscito. Disponível no sítio da *Biblioteca del Congreso Nacional de Chile*, em: bit.ly/2U6hRI7. Consultado em: 5 nov. 2020.

de la convocatoria a plebiscito. Si transcurridas cuarenta y ocho horas de reunidos los Comandantes en Jefe y el General Director señalados en el inciso anterior, no hubiere unanimidad, la proposición se hará de acuerdo con lo prescrito en el inciso segundo de la disposición decimoséptima transitoria y el Consejo de Seguridad Nacional comunicará al Presidente de la República su decisión, para los mismos efectos señalados en el inciso anterior. **El plebiscito deberá efectuarse no antes de treinta ni después de sesenta días de la proposición correspondiente y se llevará a efecto en la forma que disponga la ley**¹⁰. (*CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE CHILE DE 1980*, texto original) [grifos nossos]

O que não estava claramente previsto no dispositivo, entretanto, mas que todos, de alguma forma, esperavam que acontecesse era a indicação, pelos comandantes em chefe das Forças Armadas e pelos titulares da Direção Geral dos Carabineros, do nome de um candidato já bastante conhecido para

¹⁰ Trad. livre nossa: “Disposições Transitórias: 27^a – Caberá aos Comandantes em Chefe das Forças Armadas e ao General Diretor dos Carabineiros, titulares, proporem ao país, por unanimidade, sujeito à ratificação da população, a pessoa que ocupará o cargo de Presidente da República no período presidencial seguinte ao referido na disposição transitória 13^a, que deverá cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 25, inciso primeiro, desta Constituição, sem que lhe seja aplicável a proibição de ser reeleito, contemplada no inciso segundo deste mesmo artigo. Com esse objetivo, reunir-se-ão com antecedência de noventa dias, ao menos, da data em que se deva deixar o cargo aquele que esteja ocupando as suas funções. A designação será comunicada ao Presidente da República para os efeitos da convocação do plebiscito. Se transcorridas quarenta e oito horas da reunião dos Comandantes em Chefe e o General Diretor, indicados no inciso anterior, sem que haja unanimidade, a indicação será de acordo com o prescrito no inciso segundo da disposição transitória 17^a, e o Conselho de Segurança Nacional comunicará ao Presidente da República a sua decisão, para os mesmos efeitos indicados no inciso anterior. O plebiscito deverá efetuar-se não antes de trinta dias nem depois de sessenta dias da proposição correspondente e terá efeito na forma disposta na lei.”

assumir o mandato subsequente ao de dez anos, que teria sido “referendado” pelo plebiscito de 1978.

A chegada da crise

Após alcançar alguns índices positivos com o programa de reformas, abertura econômica, desestatização e privatização, levado a cabo ao longo dos anos 1970, o cenário de aparente pujança econômica mudou de feição rapidamente na virada para os anos 1980. As primeiras projeções da década não eram tão promissoras como aparentavam ser no período precedente. Os primeiros índices econômicos denunciavam o declínio do curto voo alcançado pela economia nos anos imediatamente posteriores às reformas. Segundo o cientista político Renato Martins (2000),

Em 1982 e 1983 uma crise decorrente do ajuste neoliberal lançou o país numa recessão sem precedentes. Nesses anos, o Produto Interno Bruto registrou um recuo de 13,4% e 3,5%, respectivamente; as taxas de desemprego atingiram 26,4% e 30,4%, isto é, um em cada três chilenos que procuravam emprego não encontrava ocupação; os salários reais tiveram uma queda de 10% e o salário mínimo sofreu uma redução de 25%. A inflação foi de 20%, o dobro da registrada no princípio dos anos oitenta, e o número de falências e fechamentos de empresas, em 1982, foi maior do que o verificado nos três anos seguintes ao golpe.

É nesse cenário de recrudescimento econômico que terá lugar a primeira grande manifestação pública de descontentamento contra o governo. O regime alcançava assim o seu décimo ano sem ter mais a seu favor o principal argumento que lhe legitimara até então: os anos do “milagre econômico” chileno chegaram provavelmente ao seu fim.

Em 1983, a *Confederación de Trabajadores del Cobre*¹¹ (CTC), a mais importante representação de classe do país, convocou uma manifestação de protesto contra os efeitos de uma política ultraliberal do sistema trabalhista, econômico e social posta em prática pelo regime. Segundo Garretón (1989), o projeto inicial da manifestação capitaneada pela CTC, para o 11 de maio de 1983, era o de declarar uma greve nacional, porém, em deliberação conjunta com outras instâncias de classe engajadas no movimento de contestação, e com vistas a alcançar maior espraiamento do protesto junto a outras camadas sociais, ficou-se decidido por fim nomear a manifestação “protesto político massivo”. Diz-nos o autor:

Durante esse dia, houve paralisações parciais, absenteísmo, trabalho lento, manifestações nos locais de trabalho; assembléias, passeatas e ocupações de universidades; buzinações e concentrações-relâmpago no centro da cidade e em acessos importantes; barulho de panelas, cortes de energia elétrica à tarde em bairros de classe média e "poblaciones", onde também se construíram barricadas; absenteísmo nas escolas e abstenção de compras no comércio. No começo, o governo tentou desconhecer a manifestação, para posteriormente desencadear uma forte repressão que gerou dois mortos, 50 feridos e 300 detidos (Garretón, 1989).

No Brasil, à época, a notícia do primeiro grande levante contra o Regime Pinochet e a força de repressão lançada pelo governo contra os manifestantes fora, em certa medida, suavizada. O número de manifestantes presos apontado acima pelo historiador, nas páginas do periódico brasileiro fora reduzido a um terço:

¹¹ Confederação dos Trabalhadores do Cobre.

Mais de 100 pessoas foram detidas ontem em Santiago durante a primeira manifestação de protesto contra o governo do General Augusto Pinochet, no poder há dez anos. O movimento, que terminou às 24h de ontem, foi convocado pela Confederação dos Trabalhadores do Cobre, a mais importante do país. Rodolfo Seguel, Presidente da Confederação, disse que o objetivo do movimento era protestar, em todo o país, contra o sistema trabalhista, econômico e social do atual regime. Participaram do protesto estudantes, professores, advogados, religiosos e trabalhadores. A Associação de Professores do Chile informou que 70% dos estudantes não compareceram às aulas em sinal de apoio aos trabalhadores do cobre. Em Santiago do Chile, a polícia deteve um grupo de 40 pessoas que gritavam lemas de apoio ao protesto.¹²

Há que se lembrar que, no Brasil, aquele ano de 1983 ainda era de vigência de um regime político semelhante ao chileno, apesar da moderada distensão colocada em prática pelo governo brasileiro desde 1979 com a aprovação da chamada Lei de Anistia e a preparação para uma reabertura política, lenta e gradual.

Momentos decisivos

No Chile, entretanto, essa onda de movimentos contestatórios contra o regime, nomeada pela historiografia chilena como *Ciclo de Huelgas y Protestas*¹³, irá se estender daquele maio de 1983 até 1986, quando terá lugar, a 7 de setembro de 1986, um atentado contra Augusto Pinochet. A essa altura, a primavera das manifestações de oposição já se vinha arrefecendo. Em julho

¹² Matéria publicada em *O Globo*, edição matutina, Primeiro Caderno, pág. 16, a 12 maio 1983. Cf. <glo.bo/32odVad>.

¹³ Ciclo de Greves e Protestos.

de 1986, depois de uma greve nacional com ampla adesão, convocada pelo agrupamento *Asamblea de la Civilidad*¹⁴, foram presos dirigentes de vários grupos organizados que mobilizavam manifestações contra o regime (GARRETÓN, 1989).

No dia seguinte ao atentado de setembro, o general Pinochet decretou um novo estado de sítio no país, situação que irá estender-se até janeiro de 1987. Muito provavelmente com vistas ao processo de consulta popular que se aproximava, o episódio do atentado passou a ser utilizado pela propaganda do regime como sineta de alerta à sociedade no sentido de requestrar o já conhecido “perigo iminente”, que o país supostamente ainda corria, de ser dominado por guerrilhas comunistas. Entretanto, sem ceder à tentação de entrar numa nova onda de recrudescimento de repressão, o caminho habilmente escolhido fora o de seguir adiante na via da distensão – ainda que aparente e provisória.

Na sequência dos fatos, naquele mesmo ano de 1987, o governo deu mais um passo adiante e, com a promulgação da *Lei Orgânica Constitucional dos Partidos Políticos*, que permitia a criação de partidos, e a *Lei Orgânica Constitucional sobre Sistema de Inscrições Eleitorais e Serviço Eleitoral*, que autorizava a abertura dos registros eleitorais, começou a dar sinais mais evidentes de um possível “abrandamento” e, mais importante, de respeito ao próprio conjunto de leis constitucionais que promulgara quase uma década antes.

¹⁴ Assembleia da Civilidade.

Pelas manobras políticas colocadas em ação pelo governo, no sentido de demonstrar à opinião pública abertura a uma via de governança menos dura, já estava claro – principalmente a partir de março de 1988, quando Pinochet claramente deu início à sua campanha – que o quadro que se pintava à altura seria o da indicação, pela Junta de Governo, do próprio ditador a um novo mandato – ou seja, uma autoindicação, ao fim e ao cabo.

Primeiros Avanços

Na quarta-feira, 24 de agosto de 1988, o presidente Augusto Pinochet Ugarte anunciou a suspensão do estado de emergência, pegando todos os agrupamentos da oposição de surpresa. Dois dias depois, entrava em vigor então o ato que tirava o país, passados 15 anos, de sob o controle total das forças de segurança do regime.

Não demorou para que os dirigentes lançassem um chamado às ruas para uma grande manifestação¹⁵. A data marcada seria o mesmo 30 de agosto em que a Junta de Governo anunciaria a indicação do candidato único. O objetivo era levar a oposição em peso às ruas para que todos se certificassem das reais intenções do governo ao suspender o estado de emergência.

As expectativas estavam evidentemente na manobra que poderia ser feita pela Junta, mas, com o fato de o próprio ditador acumular as funções de Comandante em Chefe das Forças Armadas e de Diretor Titular dos Carabineiros, seria muito pouco provável que a indicação de um nome à

¹⁵ O fato foi amplamente repercutido na mídia brasileira, como se pode verificar na matéria “Oposição chilena vai às ruas testar limites da abertura”, análise político-conjuntural publicada no caderno *O Mundo*, pág. 28, na edição matutina do periódico *O Globo*, a 28 de agosto de 1988.

eleição fosse o de outro candidato. Nessas circunstâncias, a probabilidade de que a Junta de Governo não aceitasse a autoindicação de Pinochet era praticamente nula. Os esforços, portanto, para uma possível mudança desse quadro, deviam concentrar-se numa hipotética margem, mínima que fosse, de virada, quando do referendo, em benefício da oposição.

Num artigo, em tom mais realista, em outro momento político brasileiro, o cenário de estratégia para o futuro candidato às presidenciais chilenas fora assim descrito:

O candidato será eleito pelo próprio Pinochet, na qualidade de Comandante-em-Chefe. Mas ninguém no Chile espera que a escolha seja uma surpresa. O mais provável é que Pinochet se apresente como candidato e que a sua decisão seja aprovada. Pinochet vem se preparando há seis meses para o plebiscito. A seu favor, o General tem uma inflação de 0,05% em julho e o caos econômico da Argentina e Brasil, ambos governados por civis. Com a sua política econômica liberal – de privatização e abertura do mercado para as importações – conquistou os votos da maioria do empresariado e de uma fatia da classe média, que teme, mais que a ditadura, a volta de um governo parecido com o de Allende, com a expropriação de terras, a estatização de empresas, o desabastecimento e a inflação alta. Mas falta a Pinochet convencer a Oposição – os que anseiam tanto pelas liberdades políticas quanto pelas econômicas e os setores mais pobres da sociedade, que pagaram o alto preço da implantação de um modelo liberal.¹⁶

As condições para o embate nas urnas estavam postas. Se, por um lado, o governo tinha a seu favor a presença carismática do Ministro da Fazenda

¹⁶ “Oposição chilena vai às ruas testar limites da abertura” in *O Globo*, edição matutina, O Mundo, pág. 28, a 28 ago. 1988.

Hernán Büchi¹⁷, conhecido como “Príncipe Valente”, contribuinte decisivo para a vitória do governo no plebiscito de 1978, contando também com alguma estabilidade econômica e índices inflacionários sob controle aparentemente, por outro lado, a oposição apostava no desgaste interno do regime, que controlava com mãos de ferro, há quinze anos, a sociedade chilena, usando de intensa censura aos meios de comunicação, perseguições, prisões, torturas e assassinatos de atores políticos opositores, tanto no país quanto no exterior.

Dessa forma, um dos caminhos possíveis no enfrentamento ao regime era a entrada no jogo eleitoral pela via institucional, obedecendo às regras estabelecidas pela Constituinte de 1980. Assim, com a possibilidade legal de organização dos partidos políticos instituída pela Lei Orgânica, promulgada no ano anterior, os opositores ao regime passaram a se organizar em novos partidos. Os primeiros a se agruparem foram a *Democracia Cristiana*¹⁸, o *Partido Socialista* e o *Partido por la Democracia*¹⁹.

Depois de quinze anos interdita ao debate político, havia na sociedade chilena uma atmosfera propícia às novas ideias. Foi nesse clima de renovação de propostas que um grupo de jovens reuniu-se e fundou o Partido Humanista Chileno. Completamente desacreditado pela velha política por trazer para a sua pauta de debate, entre outros temas, a questão ecológica, o Humanista surpreendeu a todos e apresentou inscrição para o plebiscito com

¹⁷ “Büchi, o príncipe do milagre chileno” in *O Globo*, edição matutina, O Mundo, pág 15, a 6 set. 1988.

¹⁸ Democracia Cristã.

¹⁹ Partido pela Democracia.

um total de 70 mil assinaturas. O maior número adquirido por um partido no Chile até então²⁰.

Nesse clima de mobilização, logo se formou o cenário para o embate eleitoral entre a situação e a oposição. Pela primeira vez, desde 1973, o debate político envolvendo os dois espectros ideológicos, partidários do regime e opositores, teria lugar no Chile. A consulta popular, realizada em referendo, deveria resumir-se a duas posições: o “*Sí*”, pela manutenção de Augusto Pinochet no poder, e o “*No*”, para que outro candidato fosse indicado e, no prazo de um ano, eleições diretas para a presidência fossem convocadas.

O silêncio imposto ao debate político ao longo de quinze anos encontrava-se, por ora, suspenso. Definitivamente? Não se sabia. O que se poderia fazer até então era preparar o campo eleitoral para o debate e para a corrida pelo fim do regime. Em pouco tempo, a arena política estava enfim configurada. Entre os partidos e movimentos políticos que se organizaram para a mobilização do referendo, os dois campos, do *Sí* e do *No*, agruparam um total de 37 entidades. Pela ala de apoio ao governo, agrupavam-se 14 entidades²¹; na oposição, 23 entidades²² formavam o bloco do *No*; mais um

²⁰ “Novos partidos na campanha pelo *não*”. *O Globo*, ed. matutina, O Mundo, pág. 28, a 28 ago. 1988. <glo.bo/2PiHpCH>.

²¹ Pelo *Sí*, reuniam-se o *Avanzada Nacional* (AN), o *Democracia Radical* (DR), o *Gran Frente de Chile* (GFCh), o *Acción Gremialista* (AG), o *Comités de Acción Cívica* (CAC), o *Movimiento Independiente Pinochetista* (MIP), o *Partido del Sur* (SUR), o *Partido Democrático de Chile* (PADECH), o *Partido Liberal Demócrata de Chile* (PLD), o *Partido Nacional* (PN), o *Partido Socialdemócrata* (PSD), o *Poder Femenino* (PF), o *Renovación Nacional* (RN), o *UDI por el Sí* (UDI).

²² Pelo *No*, enfileiraram-se o *Alessandrismo Nacional Independiente* (ANI), o *Independientes por el No*, o *Izquierda Cristiana* (IC), o *Los Verdes* (LV), o

único partido, o *Socialista Chileno*, que representava a 3ª via e militava pela anulação do voto como forma de protesto à suposta farsa da consulta colocada em prática pelo regime para, mais uma vez, tentar forjar uma legitimidade popular.

A campanha

A exato um mês da data oficialmente estabelecida para o referendo nacional, foi ao ar, no dia 5 de setembro de 1988, às 22h45, em rede nacional, a propaganda eleitoral das duas alas. Cada uma tinha o tempo de 15 minutos para apresentar a sua proposta política para os próximos dez anos. Entretanto, a rigor, a campanha resumia-se a uma questão principal: dizer “sim” e aceitar mais um mandato de dez anos sob o mesmo governo, orquestrado por Augusto Pinochet, ou dizer “não” e conduzir o país a uma possível abertura fora do regime militar.

O grande desafio que se instaurou em ambos os lados foi o de condensar em apenas 15 minutos um ideário político para a próxima década. O caminho escolhido pela situação foi o de apelar às antigas imagens

Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU), o MAPU Obrero Campesino (MAPU-OC), o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), o Partido Comunista de Chile (PCCh), o Partido de los Jubilados (PJ), o Partido Demócrata Cristiano (PDC), o Partido Democrático Nacional (PADENA), o Partido Humanista de Chile (PH), o Partido Liberal (PL), o Partido Nacional por el NO (PN-No), o Partido por la Democracia (PPD), o Partido Radical (PR), o Partido Radical Socialista Democrático (PRSD, Facción Sule/Luengo), o Partido Social Democracia de Chile (SDCH), o Partido Socialista-Almeyda, o Partido Socialista Histórico, o Partido Socialista-Mandujano, o Partido Socialista-Núñez, o Unión Socialista Popular (USOPO).

fantasmagóricas coladas a um imaginário forjado pelo regime: o de uma esquerda ameaçadora dos valores atemporais do povo chileno.

Ao analisarmos o conjunto de suportes imagéticos produzidos pela ala do *Sí* para a campanha do plebiscito de 1988, fica clara a insistência na mobilização de conceitos-chave semiofóricos que remetem o campo da esquerda a um velho imaginário, historicamente datado, de fazer colar às alas progressistas da sociedade uma espécie de niilismo social em que a tríade família, religião e pátria aparecem como principais alvos a serem dizimados por uma horda de inconsequentes sem fé, sem lei e sem rei. A já desgastada ideia de uma iminente ameaça de tomada comunista, gestada em fogo brando ao longo dos lentos anos da Guerra Fria, foi a via escolhida pela campanha do *Sí*.

O vulto do ditador sanguinário temido teve de ser rapidamente repaginado e adaptado às demandas do novo tempo. O porte ameaçador, sisudo, sempre em uniforme militar foi assim substituído pela imagem do civil em terno e gravata, quando não em mangas de camisa e capote, para forjar um ideário de homem simples, porém firme, pulso forte, e próximo ao seu povo. Não raro, nos folhetos distribuídos na campanha, vê-se claramente um apelo ao paradigma imagético populista do patriarca protetor da sua família e, por extensão metonímica, a do grande pai da nação, pronto a cuidar do seu povo²³.

²³ Esse conjunto simbólico pode ser facilmente lido e interpretado no panfleto oficial distribuído durante a campanha pelo *Sí*, entre 5 set. e 4 out. de 1988. Disponível em: https://www.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/19496/7/58_G.jpg. Último acesso em: 21 mar. 2022.

O tom da narrativa apresentada nos *spots* televisivos da campanha foi o mais grave que os quinze anos do regime militar conseguiram formular. A ameaça comunista era o mote argumentativo nuclear de toda a fala. A essa argumentação monocórdica, somava-se o apelo para que o povo chileno não deixasse ruir tudo o que fora construído pelo regime até ali. Nessa atmosfera densa, quase mórbida, uma cena protagonizada por um caminhão de rolo compressor irrompia a tela no minuto final da propaganda. Em *super-close*, a câmera mostrava um carrinho de bebê ser completamente esmagado pelo caminhão; na sequência, o campo de imagem se abria e, em primeiro plano, aparecia uma criança sentada brincando com uma boneca na grama. A mensagem era clara, e a cena concluía-se com um banho de sangue a escorrer na tela²⁴.

Nada poderia ser mais enfadonho para o público do que aquela retórica de carnificina. Grande parte da população tinha acesso a informações que permitiam saber quem, de fato, estava sendo sacrificado naqueles últimos anos do regime. As denúncias, contra o Chile, de violações aos Direitos Humanos se multiplicavam nas Cortes Internacionais e apelar para a velha

²⁴ Essas cenas podem ser vistas facilmente em registros audiovisuais da época disponíveis na plataforma *YouTube*. Para este artigo, entretanto, utilizamos mais detidamente aquelas que aparecem no contexto de três narrativas documentais, são elas: 1. « *El Documental del Sí: La historia completa de una franja que no pasó a la historia* », reportagem documental produzida pela CNN Chile, em parceria com a CHV, exibida a 5 out. 2018, por ocasião dos 30 anos do plebiscito de 1988, disponível em: <youtu.be/7xmkCXmG0G0>; 2. « *La alegría de los otros* », documentário de Carolina Espinoza, de 2009, disponível em: <cinechile.cl/pelicula/la-alegria-de-los-otros>; 3. « *El 5 de Octubre: la historia no contada* », da série documental *Informe Especial*, produzido pela TVN Chile, exibido em 06 out. 2013, disponível em: <youtu.be/HhRi3YpeKiE>. Último acesso aos enlaces em: 23 mar. 2022.

teoria conspiratória do inimigo interno já não surtia efeito numa sociedade exaurida por anos de um governo arbitrário.

Nesse sentido, a iniciativa tomada pelo chefe do governo, no início de setembro de 1988, de autorizar a volta dos seus cidadãos exilados²⁵, acabou por surtir efeito inverso ao pretendido. No lugar de um espírito de conciliação, providenciado no último minuto dos preparativos para a campanha, o retorno daqueles vultos suspensos no tempo acabou resultando numa tomada de consciência da dor que havia sido imposta às milhares de famílias que se viram apartadas dos seus filhos, irmãos, pais. Nessa primeira leva de retornados, de setembro de 1988, estava a Primeira-dama Mercedes Hortensia Bussi Soto de Allende, viúva do Presidente destituído no Golpe de Estado de 1973.

O caminho escolhido pela ala adversária para a campanha do *No* foi literalmente o da oposição, o do extremo oposto. Se a Junta de Governo e os agrupamentos simpatizantes pela recondução do ditador ao poder apostaram

²⁵ A despeito do Decreto N° 203, emitido pelo Ministério do Interior, a 1° de setembro de 1988, pondo fim à proibição de ingresso no território chileno aplicada ainda a 512 cidadãos, nem todos os exilados puderam regressar. O caso do cantor Joan Manuel Serrat é paradigmático ao pôr à mostra as contradições daquele momento de “distensão” do regime. Horas depois de o cantor manifestar, na imprensa, a sua intenção de regressar a Santiago, o governo fez a polícia chilena distribuir o Comunicado Reservado N° 92 a 22 linhas aéreas internacionais que operavam no Chile, informando-lhes que Serrat era *persona non grata* no território chileno. (Cf. BIBLIOTECA del Congreso Nacional de Chile. Régimen militar dispone el término definitivo del exilio: 01 de Septiembre de 1988. *Efemérides*. S/d. Disponível em: bit.ly/2RjYHQN. Consultado em: 6 abr. 2021; DÉLANO, Manuel. Pinochet anuncia el fin del exilio chileno. *El País*. Artigo. Santiago: 1° sep. 1988. Disponível em: bit.ly/3fX0eXc. Consultado em: 6 abr. 2021; ----- Pinochet prohíbe a Serrat entrar en Chile. *El País*. Artigo. Santiago: 29 sep. 1988. Disponível em: bit.ly/39YRP1S. Consultado em: 6 abr. 2021).

as suas últimas fichas na manutenção de um ambiente de medo e opressão, a Coalizão pelo Não, oficialmente *Concertación de Partidos por el No*²⁶, liderada pelo democrata Patricio Aylwin, vinha a público propor um novo fôlego à sociedade chilena.

Um intenso trabalho de construção imagética foi posto em obra por uma equipe de publicitários no intuito de criar, para a campanha, uma imagem/promessa que correspondesse aos anseios de uma sociedade já extenuada pelo autoritarismo. A aposta era claramente pelo novo. Um novo tempo, uma nova forma de integrar o debate político e de ocupar, republicanamente, o espaço público na sociedade chilena.

Para tanto, o símbolo escolhido para representar a *franja del No*, foi o arco-íris. A imagem da multiplicidade de cores representava a união que movia todos os agrupamentos políticos desde a centro-esquerda, reunindo social-democratas e cristãos, até aqueles da esquerda propriamente dita. O arco-íris também simbolizava a chegada de um novo tempo. Para essa promessa de renovação da vida política chilena, que se anunciava nos breves quinze minutos da propaganda eleitoral, a criatividade foi o recurso que se impôs. O desafio era o de alcançar uma “força tranquila” que representasse toda a “potência transformadora” daquele momento, como foi resumida a missão da campanha nas palavras do jornalista chileno Víctor Hugo de La Fuente²⁷, que, naquele ano de 1988, encontrava-se exilado.

²⁶ Concertação de Partidos pelo Não

²⁷ O depoimento de De La Fuente, assim como o de outros jornalistas chilenos envolvidos na campanha pelo *Não*, desde o exílio, pode ser visto na íntegra ao longo do documentário *La alegría de los otros*, de Carolina Espinoza, 2009. Disponível integralmente em: <https://vimeo.com/39964773>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

O humor, a leveza, o canto, o sorriso, a dança, o colorido, a alegria, enfim, todos esses elementos davam o tom da campanha pelo *Não*. O contraste de ambiência entre as duas campanhas era evidente e a proposta imagética posta em ação pela ala da oposição parece ter encontrado boa ressonância naquele contexto. Vale lembrar que a propaganda era veiculada às 22h45, portanto ao final da jornada diária de trabalho, numa sociedade que parecia não mais se contentar apenas com índices econômicos e, sobretudo, num contexto social já há muito assombrado pelo vulto opressor do regime.

A imagem de união entre as várias camadas da sociedade chilena cantando em uníssono pelo *Não* à perpetuação do ditador à frente do governo era promissora e parecia convincente. O slogan *¡La alegría ya viene!*, retirado da canção que costurava os quinze minutos da campanha da Coalizão, fez história e, durante muito tempo, continuou a ser entoado no processo da reabertura política do Chile.

O trabalho de convencimento precisaria assim ser focado numa parcela muito específica do eleitorado, aqueles do centro com uma tendência ao conservadorismo político e religioso, que, ao final do cômputo, poderia fazer a diferença e dar vitória à oposição.

Numa atmosfera de abertura²⁸, os meios de comunicação, por sua vez, passaram pouco a pouco, a aderir ao movimento de ruptura das amarras que,

²⁸ Vale ressaltar que, apesar da ação repressora do governo quando do atentado contra Pinochet, em 8 setembro de 1986, decretando a recolta de todas as publicações da oposição, então disponíveis à venda em bancas de revista e livrarias, simultaneamente o governo se esforçou em deixar claro para os meios de comunicação e para a opinião pública que aquele não era um gesto de imposição de censura prévia, e que portanto continuava existindo no país “liberdade de expressão”. Especificamente sobre este episódio, conferir a matéria “Pinochet

por anos, impuseram uma rígida censura e baniram profissionais de renome da mídia chilena, condenando-os ao exílio. O noticiário televisivo *Teleanálisis*, por exemplo, passou a veicular diariamente reportagens numa rubrica intitulada *La imagen del país invisible*²⁹, apresentando matérias que abordavam temas considerados verdadeiros tabus para aqueles anos acirrados de repressão e censura.

Contrariando a imagem do Chile pacífico, promissor e modernizado, paulatinamente uma parte da realidade social, escamoteada até então, passou a ser veiculada em rede nacional. Nesse bojo, temas como o desemprego, a carestia crescente nas camadas periféricas dos grandes centros urbanos, a sensação de deriva que atingia os mais pobres, os efeitos silenciados de uma reforma econômica, que acabou por condenar à total vulnerabilidade social uma grande massa de despossuídos, ganharam espaço no debate midiático. Por mais que a situação se esforçasse, com a sua retórica securitária, por esconder a fumaça, alegando continuar em guerra aberta contra um inimigo invisível, as chamadas do incêndio já eram vistas por grande parte da população privada dos “benefícios” oferecidos apenas a poucos numa sociedade cujo modelo econômico havia abraçado cegamente um ultraliberalismo.

A repercussão internacional

De uma forma geral, o referendo recebeu grande atenção internacional e apoio aberto de alguns países como os Estados Unidos, que, em iniciativa

decreta el estado de sitio en Chile tras el atentado”, no *El País*, a 9 set. 1986. Disponível em: <elpais.com/diario/1986/09/09/portada/526600802_850215.html>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

²⁹ A imagem do país invisível.

levada a cabo por instituições não-governamentais de defesa dos Direitos Humanos, lançou uma campanha com os principais atores e atrizes da época, notadamente Christopher Reeve, Richard Dreyfuss e Jane Fonda ³⁰, manifestando apoio ao plebiscito e incentivando a adesão popular.

A França igualmente manifestou o seu apoio. Com uma longa tradição de envolvimento popular nas decisões políticas, o país não se furtou à mobilização da classe artística e de intelectuais no sentido de afirmar a importância daquela consulta, que poderia mudar o destino político do Chile, mesmo sabendo da possibilidade de que o resultado final pudesse vir a ser, de alguma forma, contestado pelo poder instituído. A excepcionalidade do evento em si era de tamanha importância para a manutenção do Político na região sul-americana, que até a ala conservadora francesa, representada pelo Partido Republicano Francês, aderiu à campanha pela ratificação do plebiscito.

O argumento que, invariavelmente, era evocado pela classe política francesa, para além de possíveis aproximações ideológicas com uma agenda liberal, dizia respeito à premente necessidade de retomada do rito democrático no país. Não poderia haver projeto político que se legitimasse com a supressão dos direitos políticos dos seus cidadãos. E, com esta premissa do rito democrático, até mesmo as fileiras mais conservadoras da ala republicana, da Assembleia Nacional francesa, concordavam inequivocamente.

³⁰ Depoimentos presentes, dentre outras personalidades, no documentário *La alegría de los otros*, de Carolina Espinoza, 2009. Disponível em: <vimeo.com/39964773>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

De toda forma, a colocada em prática de um mecanismo de consulta popular, depois de quinze anos de instituído o regime ditatorial, já era em si um evento político de grande vulto e importância que não poderia deixar de ter uma adesão massiva, sob pena de fazer transparecer para o regime uma falta de interesse da população pelo destino político do país. Nada mais equivocado, porém, que uma tal interpretação, tendo-se em vista as manifestações que invadiram as ruas de Santiago naquele ano de 1988.

No caso da Espanha especificamente, pairava sobre as instâncias políticas e midiáticas uma certa incredulidade quanto às reais intenções do governo chileno em pôr em consulta popular o próprio destino do regime. Nos meios de comunicação espanhóis, comentaristas políticos e acadêmicos especialistas mostravam-se incrédulos com a possibilidade de, em sendo o resultado do referendo contrário às suas intenções de manutenção e permanência no poder, o governo reconhecer uma possível derrota nas urnas, e, conseqüentemente, abrir caminho à normalização do cenário político, convocando novas eleições presidenciais.

A imagem de um ditador autorizando a realização de uma consulta aberta ao povo que poderia resultar na sua própria destituição parecia inconcebível para muitos analistas internacionais. Esta mesma desconfiança fazia parte da opinião da maioria dos perseguidos políticos que tiveram de deixar o país e exilarem-se no exterior. Entretanto, passada toda a onda de incerteza inicial quanto à eficácia do referendo, e, posteriormente, postos na balança os prós e os contras da adesão à consulta, muitos expatriados concluíram que não havia muito a se perder, e mesmo que o regime refutasse

o resultado das urnas, tal movimentação acabaria por fragilizar ainda mais alguma legitimidade reclamada àquela altura pelo governo³¹.

O dia da decisão

Na manhã do dia 5 de outubro de 1988, o clima era de incerteza. Pairava nas ruas de Santiago um ar de dúvida, não se sabia se, de fato, o plebiscito seria levado a cabo e se tudo correria de forma a garantir o resultado das urnas. Nos últimos dias da campanha, começou a ficar mais evidente que, provavelmente, a oposição conseguiria ultrapassar o governo com alguma margem a seu favor. Tal possibilidade de um cenário não favorável ao governo acirrou os partidários mais extremados do regime e uma concertação teria sido arquitetada, de última hora, para desestabilizar o contexto do referendo e criar margens a uma deslegitimação dos resultados das urnas. Sem razões claras, um *blackout* ocorreu na noite anterior ao referendo.

A pressão internacional era grande para que o governo respeitasse o trâmite da consulta popular e reconhecesse o seu resultado. Em 2014, um conjunto de documentos, que havia sido desclassificado do Arquivo de

³¹ Os depoimentos de cidadãos chilenos, perseguidos políticos do regime, que tiveram de partir para o exílio, compõem uma rica teia discursiva que recupera, em alguma medida, a sensação de descrédulo, num primeiro momento, quanto à real eficácia daquela consulta em referendo. Com o avançar do documentário de Carolina Espinoza (2009), os argumentos vão sendo ponderados e desenvolvidos até à conclusão de que a não participação, o boicote ao plebiscito, poderia contribuir para a vitória da situação. Naquele contexto, seria então essencial demonstrar, mesmo que a partir do exterior, um forte interesse e engajamento pelos rumos políticos do país. Cf. *La alegría de los otros*, documentário de Carolina Espinoza, 2009. Disponível em: <vimeo.com/39964773>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

Segurança Nacional pelo governo estadunidense, veio a público por iniciativa de um centro de estudos políticos da Universidade de Washington.

A publicização dos documentos coincidiu com o momento de celebração pela vitória do filme chileno *NO*, que transpôs à película a campanha publicitária da oposição para o plebiscito, na categoria de melhor filme estrangeiro do Prêmio *Oscar* 2014.

Os documentos comprovavam uma insistente dissuasão dos Estados Unidos em relação a possíveis tentativas do ditador chileno de interferir no processo ou no resultado do referendo. Havia provas concretas de que uma movimentação estava sendo orquestrada pelo governo para sabotar a consulta popular:

Los documentos, que incluyen cables confidenciales del Departamento de Estado e informes de agentes de la CIA en Chile, muestran que el régimen de Pinochet comenzó a percibir que perdería el plebiscito programado para el 5 de octubre de 1988 y comenzó a elaborar planes para evitarlo. "Seguidores cercanos del presidente Pinochet tendrían planes de contingencia para hacer descarrilar el plebiscito al instigar y generar actos de violencia. Ellos esperan que dicha violencia provoque retaliaciones de la oposición radical, dando pie a un ciclo de violencia" con vistas a suspender indefinidamente la consulta, señaló un informante de inteligencia del día previo a la consulta.³²

³² Trad. livre nossa: "Os documentos, que incluem telegramas confidenciais do Departamento de Estado e relatórios de agentes da CIA no Chile, mostram que o regime Pinochet começou a perceber que perderia o plebiscito marcado para 5 de outubro de 1988 e começou a fazer planos para evitá-lo. 'Apoiadores próximos do presidente Pinochet teriam planos de contingência para inviabilizar o plebiscito instigando e gerando atos de violência. Eles esperam que tal violência provoque uma retaliação da oposição radical, dando início a um ciclo de violência' com vistas a

Além da pressão diplomática propriamente, com mensagens diretas autorizadas por Washington a seu representante plenipotenciário em Santiago, deixando claro que, caso houvesse alguma interferência por parte do regime para impedir o plebiscito, a relação entre os dois países estaria arruinada, havia também a pressão política vinda sobretudo da Inglaterra. Sabendo da boa relação da Primeira Ministra inglesa, Margaret Thatcher, com Santiago, o Presidente estadunidense, Ronald Reagan, não exitou em mobilizar sua relação com Londres para fortalecer a atenção internacional sobre a consulta popular no Chile³³.

Depois de um dia inteiro de tensões e de informações desencontradas, tendo em vista que o governo ainda controlava o principal canal de TV chileno, o ambiente era de incerteza quanto aos reais números da apuração. A partir das 17 horas, as cifras de boca de urna começaram a circular. Na televisão, as informações se chocavam com aquelas coletadas pela delegação

suspensão indefinida do referendo, disse um informante de inteligência no dia anterior à consulta”. Artigo publicado no periódico *El Herald*o, « EEUU advirtió a Pinochet contra planes para torpedear plebiscito », secção Mundo, de 24 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<https://www.elheraldo.hn/mundo/eeuu-advirtio-a-pinochet-contra-planes-para-torpedear-plebiscito-OLEH604794>>. Último acesso em: 21 mar. 2022.

³³ Para uma leitura mais ampla – e menos circunstanciada à conjuntura do plebiscito chileno – acerca do engajamento do Departamento de Estado dos EUA na política regional do Cone Sul, indicamos a leitura do artigo « A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos », da Prof.^a Dr.^a Mariana Joffily, Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e colaboradora visitante da Brown University (EUA). Artigo disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MPKnBvVZMspJCSTL7xnWTkS/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

da *Coalizão*. Um clima de preocupação se adensava. Parciais que foram sendo apresentadas no final da tarde e início da noite davam conta de um avanço do *Sim* sobre o *Não*.

A manipulação das informações preliminares era flagrante. Os números apresentados à sede de cada comitê traziam sempre vantagens para o lado de quem os apresentava. Por volta das 19h30, o comitê do *Sim* soltou à imprensa uma notícia duvidosa, uma parcial apontaria um avanço de 58% para o *Sim* sobre 42% para o *Não*. Um detalhe importante que não fora divulgado é que a cifra correspondia à contagem de 79 mesas, isto é, o equivalente a 0,36% do universo total do escrutínio (CASTILLO, 2012).

Nessa situação, tudo levava a crer que a manipulação por parte do governo seria intensa até o último minuto da contagem dos votos. A pressão em ambos os lados aumentava a cada hora. Nos salões do Palácio *La Moneda*, reuniões eram convocadas no calor da hora. Notícias de que artefatos e armamentos haviam sido encontrados numa província nas cercanias de Santiago deixaram o clima ainda mais tenso³⁴. Os Comandantes em Chefe das Forças de Segurança, José Toribio Merino, Fernando Matthei e Rodolfo Stange, afirmariam às mídias, na sequência dos fatos, que tudo estava sob controle. A cada movimento, ficava clara a intenção de instaurar uma suspeição de iminente ataque, supostamente orquestrado pela extrema

³⁴ As declarações do próprio Pinochet à imprensa, logo após a sua participação no escrutínio, apontam para a suspeição de um iminente ataque a ser perpetrado por “grupos armados” da oposição. Cf. DIAMAND, 1989

esquerda, para fazer eclodir um conflito e deslegitimar um resultado favorável ao governo.

Uma última tentativa de golpe e a derrocada do regime

No início da madrugada do dia 6 de outubro, os números da apuração se mostravam incontestes. O avanço do *Não* sobre o *Sim* se confirmava a cada hora. Numa última tentativa de não ceder à evidente derrota, Pinochet tenta fazer passar um decreto pelo qual assumiria todo o poder e não reconheceria o resultado do plebiscito, porém fora prontamente dissuadido pela Junta de Governo e pelos militares que comandavam as Forças de Segurança do país:

En sus memorias *Matthei, mi testimonio* [Fernando Matthei], el ex comandante en jefe de la Fach [Fuerzas Armadas y Carabineros de Chile] confirma que Pinochet les habría entregado un decreto por el cual él asumiría todo el poder para no reconocer los resultados del plebiscito. Esto habría enfurecido a los miembros de la Junta. Matthei sostiene que rompió el acta con sus propias manos. “Después de eso, y sin insistir en el acta, el Presidente nos informó que se iría a descansar por unos días fuera de Santiago y se dio por terminada la reunión”, termina de contar Matthei en su libro³⁵. (Castillo, 2012)

³⁵ rad. livre nossa: “Em suas memórias « Matthei, meu testemunho » [Fernando Matthei], o ex-comandante em chefe das FACH [Forças Armadas e Carabineiros do Chile] confirma que Pinochet lhes teria dado um decreto pelo qual assumiria todo o poder para não reconhecer os resultados do plebiscito. Isso teria enfurecido os membros do Conselho. Matthei afirma que rasgou o ato com as próprias mãos. ‘Depois disso, e sem insistir nas atas, o presidente nos informou que ia descansar alguns dias fora de Santiago e a reunião foi encerrada’, relatou Matthei em seu livro”.

O resultado final da apuração foi, enfim, anunciado às 2h da madrugada do dia 6 de outubro de 1988. O *Subsecretario del Interior*, Alberto Eugenio Cardemil Herrera, trouxe a público os números oficiais do escrutínio: 43% para o *Sim* e 54,7% dos votos para o *Não*. Chegava ao fim o regime chefiado pelo ditador Augusto Pinochet.

Naquela mesma noite, o general fez um pronunciamento trajando o velho uniforme militar que havia, num cálculo de marketing político, tirado de cena durante a campanha, para reconhecer, em cadeia nacional de televisão, a derrota da sua autocandidatura e para assegurar o trâmite político legal para as futuras eleições, como previsto na Constituição de 1980.

No jornal *O Globo*, um balanço daqueles últimos episódios da crônica política chilena aparece na edição de 30 de dezembro de 1988, no caderno especial Retrospectiva:

O regime perdeu a primeira partida, embora tenha se empenhado na campanha eleitoral para obter o “sim” que manteria Pinochet no governo por mais oito anos. [...] A insistência de Pinochet em se candidatar à própria sucessão foi o melhor catalisador do trabalho eleitoral dos 16 partidos que se uniram na vitoriosa campanha do “não”. Também não ajudaram a pantomima da suspensão das leis de exceção nem a permissão do regresso de alguns exilados. O “não” a 15 anos de uma ditadura desgastada até para os antigos aliados – o resultado do plebiscito foi saudado pelo Governo americano – foi colhido após intensa mobilização da população, evento inédito no país.³⁶

³⁶ Documento disponível em: <https://glo.bo/37Rh0IK>.

O caminho rumo à reabertura política e à redemocratização chilena asseverar-se-ia longo, tortuoso e complexo. Afinal, retomar a ordem política democrática de um país que esteve mergulhado, por década e meia, naquela que talvez tenha sido a mais sangrenta das ditaduras do subcontinente americano não seria tarefa simples para apenas um mandato legitimamente eleito pelo voto popular.

A difícil redemocratização

A transição à reabertura democrática foi, para muitos, um processo questionável que, para poder seguir adiante, teve de ceder às várias exigências impostas pela elite política do país. Para Costa e Tanscheit, num balanço interpretativo que considera as análises feitas por alguns dos principais especialistas do contexto socio-político chileno ao longo das últimas décadas, a situação delicada atual do país é diretamente debitária das escolhas feitas no passado recente. Nos termos dos autores:

Em que pese ser o país mais bem avaliado da região, à exceção do Uruguai neste [o *Freedom House*] e em diversos outros índices relacionados à democracia, as duas últimas décadas têm como marca um forte questionamento à ordem social e política do país. Remetendo ao processo de transição à democracia, diversas análises argumentam que **o pacto estabelecido entre as elites políticas do Chile neste período foi fundamentado em torno de um consenso tecnocrático *vis-à-vis* a continuidade do modelo socioeconômico neoliberal e autoritário adotado durante a ditadura militar de Pinochet (1973-90), como a permanência da Constituição de 1980.** (Costa e Tanscheit, 2020: 72) [grifos nossos]

Recentemente, uma onda de protestos tomou as ruas do Chile e o conceito proposto por Garretón (2012), de que o Chile seria uma “democracia incompleta”, parece ter encontrado eco nas reivindicações dos manifestantes. A pressão popular, após vários dias sem trégua de embate violento com as forças de segurança, acabou por forçar o poder político e fazer com que um novo referendo fosse estabelecido para 2020. A consulta seria acerca da formação de uma Constituinte para elaborar uma nova Constituição, que substituirá aquela de 1980, considerada como o último legado autoritário do regime e que ainda estava em vigor no país. Inicialmente previsto para o mês de abril, por conta das medidas de segurança sanitária impostas no contexto de pandemia da COVID-19, o referendo acabou por ser realizado a 25 de outubro de 2020.

Desta vez, a pergunta principal da consulta, “Você quer uma nova Constituição?”, desdobrou-se numa segunda, “Que tipo de convenção deverá redigir a nova Constituição?”. O nível de adesão à consulta foi alto, cerca de 7,5 milhões de eleitores. À primeira pergunta, o “sim” alcançou 78,27% dos votos a favor de uma nova Constituição, contra 21,73% pela manutenção daquela de 1980. À segunda pergunta, o resultado confirmou o anseio popular por um processo independente e verdadeiramente democrático. A opção por uma Convenção Constituinte Mista, formada por membros da atual legislatura do parlamento e por cidadãos comuns, obteve apenas 21,01% das intenções, contra 78,79% dos votos para a formação de uma Convenção Constituinte formada exclusivamente por membros eleitos para a convenção.

Abria-se assim uma nova via rumo à refundação do marco constitucional do Estado chileno.

Fontes Primárias

CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Estantería digital. *Sí a tu familia a tu Chile. Chile comienza en tu familia*. Panfletos. Santiago, 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/3DaDJYn>>. Link direto: <<https://bit.ly/35cdFzM>>. Último acesso em: 23 mar. 2022.

_____. Biblioteca Nacional de Chile. Memoria Chilena. *Poniendo el grito en el suelo*: Panfletos del período de la dictadura militar (1973-1988). Disponível em: <https://bit.ly/3JzKdT8>. Último acesso em: 23 mar. 2022.

_____. Ministerio del Interior. *Constitución Política de la Republica de Chile, de 1980*. Disponível em: <bit.ly/2U6hRI7>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

_____. Ministerio del Interior. *Decreto Ley 3464 Aprueba Nueva Constitución Política y la Somete a Ratificación por Plebiscito*. Original, 11 ago.1980. Disponível em: <<http://bcn.cl/2kcgy>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

O GLOBO. *Dossiê Fatos Históricos*. Acervo digital. Disponível em: <glo.bo/32odVad>.

_____. *Em 1988, plebiscito no Chile disse não [...]*. Mundo, 16 set. 2013. <glo.bo/32odVad>.

_____. *Oposição chilena vai às ruas*. O Mundo, p.28, 28 ago. 1988. <glo.bo/32odVad>.

_____. *Oposição já ataca Pinochet pela TV*. O Mundo, p. 15, 6 set. 1988. <glo.bo/32odVad>.

_____. *Protesto contra Pinochet*. Primeiro Caderno, p. 16, 12 maio 1983. <glo.bo/32odVad>.

_____. *Pinochet consegue vitória*. Primeiro Caderno, p. 1, 5 jan. 1978. <glo.bo/32odVad>.

_____. *Pinochet é atacado depois da missa*. O Mundo, p. 15, 8 set. 1988. <glo.bo/32odVad>.

_____. *Pinochet não resiste a plebiscito*. O País, p. 7, 30 dez. 1988. <glo.bo/32odVad>.

_____. *Pinochet ameaça com novo golpe*. O Mundo, p. 15, 29 out. 1988. <glo.bo/32odVad>.

CNN Chile. *El Documental del Sí*: La historia completa de una franja que no pasó a la história. Reportagem documental, 2018. Disponível em: <youtu.be/7xmKcXmG0G0>. Acesso em: 10 nov. 2020.

C-SPAN. *Chilean elections* – Pamela Constable. Entrevista, 54 min. Washington DC, 20 out. 1988. Disponível em: <https://www.c-span.org/video/?4755-1/chilean-elections>. Último acesso em: 24 mar. 2022.

DIAMAND, Frank. *Before, During, After* – Chile, October 5th. Documentário, 55 min, Holanda, 1989. Fragmento, «Chilean Plebiscite 1988 – Pinochet», disponível em: <youtu.be/4ilPXgK8ICE>. Último acesso em: 23 de mar. 2022.

ESPINOZA, Carolina. *La alegría de los otros*. Documentário, 2009. Disponível em: <bit.ly/3kzcIEP>. Acesso em: 9 nov. 2020.

LARRAÍN, Pablo. *No*. Filme longa-metragem, color. 118 min. Chile, 2012. Disponível em: <https://tv.apple.com/br/movie/no/umc.cmc.46tubtyifei66yokqevjkc7p?action=play>. Acesso em: 5 nov. 2020.

TVN Chile. *El 5 de Octubre de 1988*. Informe Especial, 2013. Disponível em: <bit.ly/3kwo211>. Acesso em: 21 nov. 2020.

Referências Bibliográficas

AGGIO, Alberto. Brasil e Chile: uma história comparada de golpes, autoritarismo e democracia. *Caracol* Revista do Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana. N. 23, pp. 70-91, 2022. DOI: 10.11606/issn.2317-9651.i23p70-91. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/182014>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

AGGIO, Alberto e QUIERO, Gonzalo Cáceres. Chile: processo político e controvérsias intelectuais. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. N. 49, 2000, pp. 87-111. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000100006>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

AYLWIN, Patricio. Prólogo. in *Chile: de la dictadura a la democracia*. Santiago: CLAT, 1990.

BORÓN, Atilio. Elecciones en Chile: el original y la copia. *América Latina en Movimiento*. Quito: ALAI, 22 jan. 2010. Disponível em: <www.alainet.org/es/acti-ve/35674>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BUSTAMANTE, Gilberto A. e RIVERA, Jorge R. La política exterior de Chile desde 1990. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales - Regionalismo y Desarrollo*. V. 6, n. 11, 2011.

CASTILLO, Francisco. La del 5 al 6 de octubre de 1988 fue la noche más larga de la historia de Chile. In *Cambio 21*. Política, 6 out. 2012. Disponível em: <bit.ly/3ppjm2H>. Acesso em: 3 dez. 2020.

COSTA, Murilo G. e TANSCHKEIT, Talita. E no entanto, ela se move! As transformações recentes da democracia no Chile. in LIMA, M. R. S. et alii (org.). *América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional*. RJ: Multifoco, 2020. pág. 71-89.

GARRETÓN, Manuel A. Mobilizações populares, regime militar e transição no Chile. *Revista Lua Nova*. Nº 16, São Paulo, mar. 1989. Disponível em: <bit.ly/35jWXLV>. Acesso em: 5 nov. 2020.

_____. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. *Revista Lua Nova*. Nº 27, São Paulo, dez. 1992. Disponível em: <bit.ly/3ePiIGH>. Acesso em: 5 nov. 2020.

JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. *Topoi*. V. 19, n. 38. Rio de Janeiro, 2018, pp. 58-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X01903803>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MARTINS, Renato. Chile: os limites do consenso. *Lua Nova*. N. 49. São Paulo, 2000. Disponível em: <bit.ly/32xYBrG>. Acesso em: 8 nov. 2020.

PRADO, Maria Lígia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvania. *Democracia na América Latina*. São Paulo: Senac, 2007.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SADER, Emir. *Democracia e ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Recebido em: 27/02/2021

Aceito em: 31/03/2022

O PROBLEMA DA MENORIDADE EM CAPITÃES DA AREIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS IMAGENS DA INFÂNCIA DESAMPARADA E OS EMBATES DE CLASSES PRESENTES NA OBRA LITERÁRIA DE JORGE AMADO (1937)¹

THE PROBLEM OF AGE MINORITY IN *CAPTAINS OF SAND*: AN ANALYSIS OF THE IMAGES OF HELPLESS CHILDHOOD AND CLASS CLASHES PRESENT IN THE LITERARY WORK OF JORGE AMADO (1937)

*Alex de Lima Ferreira*²

Resumo: Este artigo propõe uma breve análise sobre as imagens da infância desamparada presentes na obra *Capitães da Areia*, publicada pelo escritor baiano Jorge Amado, em 1937. Trazendo questões de raça e classe para o centro da discussão, procuramos demonstrar como o autor não rompe plenamente com o discurso regulador da infância que se estabelecia durante as primeiras décadas do século XX, o qual buscava conduzir especialmente a infância pobre para a esfera do trabalho e para a obediência civil. Ademais, apontamos como a infância não se trata de uma categoria universal, pois é identificada como um conceito histórico, social e economicamente determinado. Representando a infância nos anos 1930, por exemplo, Jorge Amado substitui a noção de pureza da infância pela categoria do menor, um problema a ser enfrentado pelos agentes higienistas do Estado.

¹ Utilizamos como referência a primeira edição do livro *Capitães da Areia*, publicada pela editora José Olympio em 1937. Portanto, quando citamos trechos da narrativa, optamos por manter a grafia original vigente à época.

² Graduando no curso de História da Universidade Federal do Paraná. Email para contato: axdl.ferreira@gmail.com. Endereço para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8742147448026058>.

Palavras-chave: infância desamparada; higienismo; Jorge Amado; literatura.

Abstract: This article proposes a brief analysis of the images of helpless childhood present in the work *Captains of the Sands*, published by the Bahian writer Jorge Amado, in 1937. Bringing issues of race and class to the center of the discussion, we seek to demonstrate how the author does not fully tear the childhood regulatory discourse that was established during the first decades of the twentieth century, which sought to lead especially poor childhood into the sphere of labor and civil obedience. Moreover, we point out that childhood is not a universal category, once it is identified as a historical, social and economically determined concept. Representing childhood in the 1930s, for example, Jorge Amado replaces the notion of childhood purity with the category of the minor, a problem to be faced by state hygienist officials.

Key-words: helpless childhood; hygienism; Jorge Amado; literature.

Nem o ódio, nem a bondade. Só a luta.

(AMADO, 1937: 300)

Introdução

A intervenção violenta das autoridades no cotidiano dos habitantes urbanos, segundo o historiador Sidney Chalhoub (1996: 19-45), foi frequente desde as últimas décadas do século XIX e identificada por meio de dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, a assimilação da noção de “classes pobres” como “classes perigosas”, constituintes da mesma “realidade”; e, em segundo lugar, a ideia de que a cidade deveria ser administrada conforme critérios exclusivamente técnicos ou científicos, com uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais. A expressão de “classes perigosas”, explica o autor, passa a ter um significado bastante ampliado após a abolição da escravidão, principalmente para atender ao

projeto de repressão da ociosidade. Diante deste cenário, podemos admitir que todas as condutas passaram a ser racionalmente reguladas em prol da ideologia do trabalho e dos valores abstratos de “civilização” e “progresso”, valores burgueses, mesmo na fase da infância. Para tanto, as classes dominantes contaram com o amplo suporte das instituições disciplinares, como o poder médico, a pedagogia e, essencialmente, os criminalistas.

A ação destes últimos, em recepção aos debates sobre a “natureza” do indivíduo criminoso, especialmente depois da publicação de *L'Uomo Delinquente* por Cesare Lombroso, em 1876, acabou por influenciar até mesmo a promulgação do Código de Menores de 1927 no Brasil (ALVAREZ, 2002). A criminologia, cabe destacar, foi responsável por um redirecionamento do olhar sobre o crime para uma atenção minuciosa à figura do criminoso, considerado a partir de então como um “degenerado”. Neste sentido, os menores “delinquentes” ou em situação de abandono também passaram a constituir uma grande preocupação para o Estado.

Ainda de acordo com Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 1996: 23), durante as primeiras décadas do século XX sujeitos pobres foram indistintamente considerados perigosos e vistos a partir de suspeição generalizada da polícia, a qual atuava sempre em defesa da propriedade privada. Negros e “mulatos”, todavia, foram objetos preferenciais da política de repressão. Juntamente pela influência das teorias racistas, tal atitude era corroborada pela mobilização da tese de “suspeição generalizada” na reorganização das relações de trabalho do pós-abolição, como uma estratégia de repressão contínua para manter os indivíduos dentro dos limites da unidade produtiva. Assim a manutenção da “ordem”, neste período, é logo

associada à esfera do trabalho, tendo em vista que a manutenção da produção se fazia um problema significativo para o poder público.

Além disso, as classes pobres também passaram a ser vistas como classes perigosas por supostamente oferecerem perigo de contágio, tanto no sentido de “corrupção” dos menores quanto no sentido literal de propagação das doenças epidêmicas (CHALHOUB, 1996: 29-35). Logo, o diagnóstico do aparato médico-legal acabava então por destacar a nocividade dos indivíduos pobres para a sociedade como “portadores de todos os vícios”. Os pressupostos da Higiene foram empreendidos como uma ideologia, implicando na “despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano” (CHALHOUB, 1996: 35).

Em suma, a cidade urbana que se “modernizava” pregava uma suposta “neutralidade” da administração pública, acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais, mobilizando-se a ação “saneadora” do campo médico-legal, em especial, durante o período republicano. O problema da infância, que viria a formar o futuro contingente de trabalhadores, considerada então como a “riqueza da nação”, constituía um dos principais meios de legitimação do poder médico na política.

Este panorama inicial da eugenia e demais formas de controle social, apresentado até o presente momento, reflete essencialmente os conflitos de classes existentes entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Trata-se de um cenário turbulento, cujas tensões podem ser apreendidas na obra *Capitães de Areia*, romance de autoria do escritor baiano Jorge Amado, publicado em setembro de 1937. O livro, que

inicialmente se chamaria “Bahia” (BOLETIM DE ARIEL, 1937), composto em forma de capítulos curtos no estilo panfletário, centraliza o tema da infância abandonada na cidade de Salvador. Nele, acompanhamos a vivência de um bando de meninos pobres, vivendo em um trapiche abandonado e organizando furtos coletivamente, intitulado-se os “capitães da areia”.

O grupo dos capitães da areia abriga centenas de crianças, mas podemos destacar que a narrativa é formada por oito personagens principais: Pedro Bala, o líder dos capitães e filho de um dirigente sindical assassinado por policiais durante uma greve; João Grande, personagem negro bondoso, descrito como de “bom coração”; Sem Pernas, integrante que possui uma deficiência física nas pernas e alimenta constantemente um sentimento de ódio pela condição de abandono; Professor, que adora ler e pintar, e rouba livros para contar histórias ao grupo, além de representar a figura do intelectual entre os menores; Volta Seca, afilhado de Lampião e que sonha em se juntar aos cangaceiros para vingar-se da morte da mãe; Pirulito, que vive uma relação conflituosa com a violência e procura se redimir através do catolicismo; Gato, malandro vaidoso, que acaba por se tornar um cáften; e Dora, a única personagem do sexo feminino entre os capitães da areia, considerada mãe, irmã e esposa para os meninos — o que constitui uma representação estreita dos papéis atribuídos às mulheres por intelectuais do período.

Jorge Amado apresenta nesta obra tanto o imaginário das elites sobre a marginalidade dos indivíduos da Cidade Baixa de Salvador à época, quanto dos próprios elementos constituintes das classes desfavorecidas, que buscam através da prática do furto um acerto de contas com os afortunados da Cidade

Alta. O primeiro grupo pode ser identificado na representação dos discursos jornalísticos que abrem a trama, em tom sensacionalista e claramente em defesa de um projeto de moralidade aliado aos interesses das classes dominantes. A imagem é reforçada pelo conflito entre os agentes oficiais que deveriam regular a infância abandonada: o diretor do reformatório de menores e o chefe de polícia. Ambos encarregados de “higienizar” a cidade, eliminando ou ordenando os elementos que atentassem contra “a moral e os valores cristãos”. O segundo grupo, mais difuso, destaca-se nos terreiros de candomblé, trazido à tona pelo autor apesar da religião de matriz africana constituir um culto proibido à época, bem como nos dilemas pessoais do padre José Pedro e no discurso de um estivador grevista que havia conhecido o pai do protagonista Pedro Bala.

Neste artigo, buscaremos analisar mais atentamente as diferentes representações da infância desamparada no romance de Jorge Amado destacando, principalmente, como a noção de infância no período de publicação da obra, a década de 1930, era permeada por embates de classes. Dentre os quais, podemos citar a constituição da ideologia do trabalho em combate à ociosidade; a questão da responsabilidade oficial pelos menores abandonados; a identificação do “menor” enquanto delinquente, reforçada pelo discurso higienista; e, por fim, a inclusão das questões sociais no imaginário religioso católico e de matriz africana. Dessa forma, procuramos demonstrar que o conceito de infância deve ser historicizado, pois não se trata de uma categoria determinante e universal. A infância dos menores abandonados que vivem sob o trapiche, tal como é descrita por Amado, é específica do período ao qual o autor balizava a sua escrita.

Assim também desenvolvemos a tese de que a obra pressupõe a remissão dos capitães da areia, crianças colocadas à margem do modelo de infância vigente, pela via exclusiva do labor, o que não afasta por completo a posição do autor da classe dominante. A diferença de concepções, no entanto, encontra-se sobretudo no interesse de Jorge Amado em conceber a infância dos capitães da areia tal qual uma entidade “sindical” — o que é evidente pelo destino recebido pelo personagem principal da trama, Pedro Bala. Porém, antes de abordarmos a análise do conteúdo narrativo em paralelo com o contexto histórico da época a qual o livro foi publicado, apresentaremos um pouco sobre a trajetória do autor e a relação que se faz pertinente entre os campos da História e da Literatura na interpretação das representações literárias.

Travessias entre os domínios da História e da Literatura

Sandra Pesavento (2003 e 2006) esclarece que os campos da História e da Literatura possuem abordagens distintas, porém próximas de dizer a realidade, desvelando-lhe sentidos. O texto literário ficcional compartilha com o conhecimento histórico uma “construção social do passado” como representação, a qual também pode ser percebida na obra *Capitães da Areia*. Devemos então perceber como a narrativa de Jorge Amado evoca uma certa realidade que se fazia presente para o autor e para o público ao qual a obra era direcionada, mesmo contendo elementos ficcionais.

Desse modo, reforçamos que o texto literário ficcional também é um registro privilegiado de temporalidades passadas, especialmente o momento de produção da escrita, pois é capaz de revelar apreensões de mundo, tensões e anseios de toda essa época. Este reconhecimento da utilidade da Literatura

na pesquisa histórica se fez presente na historiografia sobretudo a partir da *Nova História Cultural* dos anos 1970, destacando-se aqui as contribuições do historiador francês Roger Chartier.

Chartier torna-se fundamental na metodologia empregada neste artigo pela noção de *representação*, a qual encena a ideia de uma substituição ou ainda da presentificação de uma ausência. Assim podemos reconhecer que,

No sistema de representações sociais construídas pelos homens para atribuir significado ao mundo, ao que se dá o nome de imaginário, a Literatura e a história teriam o seu lugar, como formas ou modalidade discursivas que têm sempre como referência o real, mesmo que seja para negá-lo, ultrapassá-lo ou transformá-lo (PESAVENTO, 2003: 33).

Levando em considerações os estudos de Chartier, Pesavento demonstra que a Literatura, no espaço privilegiado de apreensão do real, pode inventar um passado ou construir um futuro para melhor explicar-se conforme o momento de fabricação da escrita — aqui, para o tema a ser analisado, nos referimos à década de 1930, mesmo com as ações narradas não constituindo “verdades factuais”. Essa importância de compreendermos o tempo de produção da obra justifica a análise complementar de outras tipologias de fontes históricas para além do próprio texto literário, por exemplo, o uso de fontes jornalísticas. No entanto, conforme também indica Sandra Pesavento (2006), é preciso reforçar que a literatura se impõe não com um “valor de documento”, mas de testemunho para a realidade que buscamos problematizar: a infância desamparada das primeiras décadas do século XX.

Jorge Amado e as classes pobres de Salvador: o modernismo, a trajetória do autor e a recepção da obra *Capitães da Areia*

Além da análise do conteúdo narrativo, torna-se indispensável discutirmos o que foi o modernismo, movimento literário vigente à época da publicação de *Capitães da Areia* e que traz implicações práticas na vivência do autor Jorge Amado, especialmente em suas críticas alinhadas ao posicionamento de esquerda. O crítico literário João Luís Lafetá (2000) define o modernismo pela complementaridade de um projeto estético, que atua com a experimentação ou revisão da linguagem, com um projeto ideológico, isto é, através da tomada de consciência do país, pelo desejo e busca de uma expressão artística nacional e pelo caráter de classe recorrente em suas produções. Ambas propostas estariam relacionadas em uma tensão dialética frente às transformações sociais ocorridas com a incorporação do processo urbano industrial desde a virada do século XIX para o século XX.

Ainda segundo Lafetá (2000: 19-38), os primeiros anos do modernismo são definidos pela ênfase neste projeto estético, a ruptura com uma linguagem atrelada aos padrões canônicos e acadêmicos, além de conter uma crítica incessante às instituições consideradas, por estes mesmos intelectuais e pela burguesia que os patrocinava, como ultrapassadas. Entretanto, já na década de 1930, localizando-se aqui a publicação de *Capitães da Areia* e demais produções importantes de Jorge Amado, tais como *Cacau* (1933) e *Jubiabá* (1935), afirma-se cada vez mais a consciência da possibilidade ou da necessidade de uma revolução proletária por meio da literatura. Essa segunda fase do modernismo enfatiza então a função da literatura na sociedade, o papel do escritor e as ligações da ideologia com a arte.

Desse modo, o projeto de renovação cultural modernista finalmente “transborda” dos quadros da burguesia, principalmente, em direção às concepções da esquerda, como nas denúncias dos males sociais e nas descrições das condições desumanizantes em que viviam a figura dos múltiplos sujeitos trabalhadores, silenciados em fontes consideradas oficiais (LAFETÁ, 2000: 28). Jorge Amado carrega essa sensibilidade revolucionária ao destacar as demandas sociais e políticas em sua narrativa, contrapondo-as com o discurso dos veículos elitistas da época, principalmente a imprensa, a qual também é *representada* em suas páginas.

O autor Jorge Amado nasceu em 1912, na cidade de Itabuna, interior da Bahia, no seio de uma família de fazendeiros de cacau abastados da região. Vivenciou a infância em Ilhéus, mas fez os estudos secundários no Colégio Antônio Vieira e no Ginásio Ipiranga, em Salvador. Neste mesmo período trabalhou em jornais, que abriram a porta de entrada para a carreira literária. O primeiro romance publicado por ele é intitulado *O país do carnaval*, lançado em 1931. Quatro anos depois, formou-se pela Faculdade Nacional de Direito³ no Rio de Janeiro. Contudo, devido às suas relações

³ A formação de Jorge Amado em Direito certamente o colocou em contato com as ideias vigentes a respeito da criminologia na época, tanto as tendências da Escola Italiana, composta por Cesare Lombroso, Raffaele Garofalo e Enrico Ferri, quanto da Sociológica de Lyon, constituída por Gabriel Tarde e Alexandre Lacassagne. A primeira tendência percebia a “degenerescência” - compreendida aqui como a corrupção moral do indivíduo para o crime - como resultado de uma condição biológica e atávica do criminoso, possível de identificação por meio de seus atributos físicos. A segunda corrente, por sua vez, acreditava que o “meio social” seria mais determinante neste desvirtuamento. Ambas foram amplamente discutidas e reapropriadas por bacharéis e juristas no Brasil, sobretudo entre a Escola de Direito em Recife, que procuraram refletir sobre as particularidades da sociedade brasileira e sua relação com o crime.

com o Partido Comunista, foi obrigado a exilar-se na Argentina e no Uruguai entre 1941 e 1942, período em que fez uma longa viagem pela América Latina. No ano de 1945 foi eleito membro da Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo sido o deputado federal mais votado do Estado de São Paulo. Faleceu no ano de 2001.

Embora tenha sido eleito para a Academia Brasileira de Letras somente em 1961, já na década de 1930 Jorge Amado era um escritor consagrado, aclamado por diversos periódicos específicos da atividade intelectual, os quais apontavam para a popularidade de seus romances, mundialmente traduzidos. Todavia, especialmente com a instauração do Estado Novo, meses depois da publicação de *Capitães da Areia*, recebeu críticas anticomunistas em jornais de grande circulação (CORREIO DA MANHÃ, 1937) e teve cópias de seus livros incineradas e recolhidas pela Comissão de Busca e Apreensão de Livros. Segundo Anne Gama (2015: 53), após este acontecimento, o Jornal Estado da Bahia de 17 de dezembro de 1937 veiculará a seguinte manchete: “Incinerados vários livros considerados propagandistas do credo vermelho”.

As múltiplas infâncias desamparadas: entre a narrativa de Jorge Amado e o contexto histórico e social da década de 1930

[...] a revolução é uma pátria e uma família.

(AMADO, 1937:344)

A obra *Capitães da Areia* faz uso dos acervos de representação da infância existentes no momento de sua publicação, isto é, na década de 1930,

antes da consolidação do Estado Novo. Entretanto, reconhecemos que o texto literário certamente não apresenta uma imagem acabada da infância desamparada tal como esta deveria ser para os sujeitos que a experienciaram de fato no período, construindo estratégias de sobrevivência perante a miséria e o abandono. Mesmo assim, a trama narrada por Jorge Amado traz contribuições importantes para problematizarmos os diferentes discursos que foram produzidos sobre a infância nas primeiras décadas do século XX, constituindo uma verdadeira “arena de representações”.

Desse modo, revelam-se, nestas páginas literárias, indícios da marginalidade social em que viviam os menores desamparados, mas não devemos negligenciar o fato de que a obra deve também ser analisada como uma realidade em si mesma. Nessa mesma linha de investigação, discorrendo sobre as representações da infância nas obras de Gilberto Freyre⁴, Marcos Cezar de Freitas oferece o conceito de “violência simbólica” para refletirmos sobre as diferentes imagens da infância que foram construídas pelo pensamento social brasileiro:

Por intermédio das representações do cotidiano da criança e de considerações sobre seu comportamento individual, parte do pensamento social brasileiro tem oferecido ao público leitor e à comunidade de investigadores em geral, um passado refeito como fatalidade, recuperando como único possível e resgatado

⁴ Cabe notar que existem paralelos da obra *Capitães da Areia* de Jorge Amado com o livro *Sobrados e Mucambos*, publicado um ano antes, em 1936, por Gilberto Freyre. Ambos tratam de representar a infância marginalizada e ambos aderem à construção de arquétipos contrastantes. Freyre também é equiparado a este livro que analisamos, em sua primeira edição, pela escolha da editora José Olympio em publicizar ao mesmo tempo o livro “Nordeste”, antes do primeiro capítulo dos *Capitães da Areia*.

como o “campo do acontecido de forma inevitável” (FREITAS, 1997: 255).

Através dessa citação, não desejamos aqui relativizar a violência física e a exploração às quais foram submetidas a infância do período analisado e que são representadas por Jorge Amado. Contudo, assim como Freitas aponta para a naturalização da violência como fatalidade nas representações da infância propostas por Gilberto Freyre, por meio de arquétipos bem definidos das crianças da sociedade patriarcal e escravocrata — a criança como anjo, demônio, parceiro do folgado do senhor e senhor do folgado do escravo (FREITAS, 1997: 260-261) —, também identificamos essas táticas narrativas na obra de Jorge Amado.

Para Freitas, tais representações preconizam reconciliações da infância com a sociedade, assumidas pela autoridade intelectual que disserta em seu nome, enquanto a infância permanece em sua significação epistemológica com a ideia de ausência de fala. No trabalho da pesquisa histórica, também caímos nesta armadilha de “dizer” em nome daqueles que tiveram suas vozes abafadas pelo tempo, principalmente pela falta de registros oficiais. Dessa forma, seguimos permeando os jogos das representações construídas pelos intelectuais da época, como Jorge Amado. Um jogo sádico se pensarmos que também estamos tomando a fala por estes sujeitos, analisando-os numa fonte literária que se encarregou desse mesmo lugar de “discursar pela infância”.

Jorge Amado apresenta um quadro bastante similar ao de Freyre, definindo personagens por certa “bondade natural”, como Dora e João Grande, e, com a “perversidade inevitável”, incorporada principalmente em

Volta Seca e Sem Pernas. Mas também complexifica essa representação ao diluir ambas as características em Pirulito e no próprio personagem principal da trama, Pedro Bala. A perversidade é entendida na narrativa como natural devido ao sofrimento de classe que logo cedo é concedido aos indivíduos pobres do espaço urbano de Salvador.

Contudo, a obra acaba por produzir um discurso que não rompe completamente com as concepções da elite branca e masculina sobre a infância. Discurso este que era atrelado a uma intenção disciplinadora, procurando moldar a infância para o trabalho e para a obediência civil. A constituição da família nuclear moderna, higiênica e privativa, como aponta a historiadora Margareth Rago (2014: 117-146), antes mesmo da necessidade econômica, procurava difundir o apego ao trabalho como um valor fundamental para evitar a formação de futuros criminosos ou contestadores da ordem social.

Nas primeiras décadas do século XX, o discurso regulador da infância intensifica-se então perante o mesmo contexto de constituição do mercado de trabalho livre. É também nesse momento que surgem as primeiras instituições de assistência e proteção à infância desamparada, preocupadas em “livrar” as crianças das ruas e instituir um certo adestramento dos corpos e das mentes:

Enclausurar a criança pobre nos espaços disciplinares dos institutos profissionais ou das escolas públicas apareceu como a maneira mais eficaz de adestrar e controlar um contingente potencialmente rebelde e selvagem da população, aos olhos dos médicos, filantropos e da classe dominante como um todo. Na verdade, a preocupação policial de luta contra a vagabundagem e a pequena criminalidade urbana esteve na origem da criação

das instituições de sequestro da infância, antes mesmo da preocupação econômica de formação de novos trabalhadores para a indústria (RAGO, 2014: 122).

Jorge Amado segue o mesmo discurso disciplinar quando trata de indicar o labor como única via de redenção dos menores “delinquentes” em *Capitães da Areia*. Mesmo com a intenção de promover a luta de classes - o fim ideal do protagonista Pedro Bala -, que seria mediada através do sindicalismo e conduzida por jovens intelectuais, o autor não deixa de reproduzir o modelo narrativo no qual a infância pobre é preparada para a maturidade que sustenta a esfera da produção.

Sobre a naturalização da violência na narrativa, o episódio mais explícito diz respeito a descrição do estupro de uma garota negra por Pedro Bala, justamente o líder dos Capitães e personagem principal da história. Após descobrir sobre o passado grevista de seu pai, embebido por um dever de algum dia também lutar pelos direitos dos trabalhadores, o personagem "herói" resolve “caçar” alguma jovem racializada que anda desprotegida no areal. A garota encontrada por ele, que tem a mesma idade do personagem, cerca 15 anos, mas não possui nome na trama, faz de tudo para se livrar do seu agressor.

Devemos destacar que a narrativa não questiona este acontecimento, mesmo o descrevendo brutalmente, e acaba sendo algo passageiro e não rememorado em outras partes do livro. É um ato praticamente justificado pelo autor através do ódio de classe que se formava no personagem Pedro Bala, uma consequência lógica daquilo que este sentia em sua condição habitual de abandono. O episódio retrata, porém, como a infância de garotas negras era constantemente ameaçada no espaço público da década de 1930,

pois a prática do estupro representava a iniciação sexual de meninos como os capitães da areia e uma prova de masculinidade.

Corpos de mulheres/meninas negras são tomados na trama e na realidade extraliterária como um “convite” (AMADO, 1937: 240), corpos descartáveis, especialmente para homens brancos e desde a infância. O “amor romântico” na narrativa só é permitido entre os personagens heterossexuais e brancos, como a relação entre Pedro Bala e Dora, ambos com os mesmos fenótipos de cor de pele clara e cabelos loiros. Aqui, podemos recordar que também há passagens do livro em referência à prática da “pederastia”⁵, com trocas de afetos entre dois personagens negros, mas um deles acaba por entregar o próprio companheiro para ser expulso do trapiche e entregue às delegacias de higiene.

O capítulo “As luzes do Carrossel”, em especial, também merece destaque na questão de como a infância do período é representada por Jorge Amado. Nesta parte do livro, o narrador anuncia que, em passagem pelas ruas de Salvador após uma “triste peregrinação” pelo interior de Alagoas e Sergipe, o Grande Carrossel Japonês, na verdade um velho carrossel nacional já desbotado e desgastado pelo tempo, atrai a atenção dos Capitães da Areia. Outrora orgulho da cidade de Maceió, o brinquedo que fazia parte do parque de diversões de Nhozinho França, frequentado por crianças ricas — garotos vestidos de marinheiros ou pequenos lordes ingleses e meninas trajadas de holandesas ou de finos vestidos de seda —, rodopia novamente suas luzes e cores pelo trabalho de Sem Pernas e Volta Seca.

⁵ Termo utilizado pejorativamente na época para designar a relação sexual e afetiva entre o mesmo sexo, especialmente o sexo masculino.

Descritos como os mais violentos da trama, pois acumulam ódio e rancor pela situação de miséria e abandono em que vivem, estes personagens recuperam momentaneamente suas infâncias como ajudantes no funcionamento do carrossel. Este é o único lugar da narrativa em que os meninos abandonados e desamparados pelo Estado são retratados realmente como crianças, condição que é acessada por meio do elemento lúdico materializado.

Sem Pernas, que não vivenciara o carinho de uma família, ameniza a condição de abandono quando é autorizado por Nhozinho França a andar no carrossel pela primeira vez:

Os lábios estão apertados, seus ouvidos não ouvem a musica da pianola. Só vê as luzes que giram com ele e prende em si a certeza que está num carrossel, girando num cavalo como todos aqueles meninos que têm pae e mãe, e uma casa e quem os beije e quem os ame. Pensa que é um deles e fecha os olhos para guardar melhor esta certeza. Já não vê os soldados que o surraram, o homem de colete que ria. Volta Seca os matou na sua corrida. O Sem Pernas vae tezo no seu cavalo. É como se corresse sobre o mar para as estrelas na mais maravilhosa viagem do mundo (AMADO, 1937: 91).

Nesta mesma passagem é também apresentado o padre José Pedro, que conquistara a admiração dos Capitães da Areia quando se aproximou deles na tentativa de encaminhá-los para a doutrina do catolicismo, mas enfrenta uma certa desilusão ao perceber como a Igreja não se coloca em defesa dos interesses dos mais pobres. O padre conclui que é impossível converter uma criança abandonada, pois o furto acaba sendo a sua única forma de sustento. No capítulo, o clérigo convida o grupo de meninos para visitar o carrossel porque acredita que desta forma poderia afastá-los mesmo por uma noite dos

vícios da criminalidade. Mas como não possui financiamento para tal ato de generosidade, acaba por desviar dinheiro de uma despesa da paróquia onde se mantém, mesmo encontrando o dilema de pensar esta ação como um pecado. Admirados com a bondade do padre, os meninos recusam e explicam que já poderiam rodar no carrossel pelo trabalho de Volta Seca e Sem Pernas, e convidam o padre para observá-los no controle das máquinas e na atração do público.

Entretanto, o passeio é interrompido, pois mesmo quando recorrem a este espaço de sociabilidade de forma honesta, os Capitães da Areia são rejeitados pelos membros endinheirados da cidade que ali frequentam e que não querem compartilhá-lo, como se os sujeitos pobres não tivessem o direito de experimentarem a infância e nem o espaço público.

O narrador ainda relata que mesmo antes de Volta Seca trabalhar para Nhozinho França, o menino já havia tentado adentrar a um carrossel instalado no Passeio Público, comprando o seu próprio bilhete, porém, não tivera sucesso. Fora expulso do recinto por estar vestido de farrapos, restando ao garoto incorporar a figura do ladrão e assaltar a bilheteria, com toda a sua raiva, embora preferisse ter rodado no carrossel. Quando o padre José Pedro acompanha os meninos no carrossel que é manuseado por Volta Seca e Sem Pernas, uma velha magra ornamentada com um *lorgnon* de ouro e um *barret*, símbolos de sua classe abastada, insinua descaradamente que aquelas crianças maltrapilhas não deveriam ocupar o parque e nem estar na companhia do padre:

— O senhor não se envergonha de estar nesse meio, padre? Um sacerdote do Senhor? Um homem de responsabilidade no meio desta gentilha.

— São creanças, senhora.

A velha olhou superiora e fez um gesto de desprezo com a boca. O padre continuou:

— Cristo disse: deixai vir a mim as creancinhas...

— Creancinhas. Creancinhas. — cuspiu a velha.

— Ai de quem faça mal a uma criança, falou o Senhor. — e o padre José Pedro elevou a voz acima do desprezo da velha.

— Isso não são creanças, são ladrões. Velhacos, ladrões. Isso não são creanças. São capases até de ser dos Capitães da Areia.. Ladrões

— repetiu com nojo (AMADO, 1937: 106).

Mas é ocupando este espaço que os Capitães da Areia, ainda que brevemente, se sentem acolhidos e pertencentes à cidade, iguais a outras crianças. Esquecem assim da segregação de classe cotidiana a qual são submetidos, bem como do meio da criminalidade a que são obrigados a vivenciar devido às condições de miséria, desamparo e abandono social:

Pela madrugada os Capitães da Areia vieram. O Sem Pernas botou o motor para trabalhar. E eles esqueceram que não eram iguaes ás demais creanças, esqueceram que não tinham lar, nem pae, nem mãe, que viviam de furto como homens, que eram temidos na cidade como ladrões. Esqueceram as palavras da velha de *lorgnon*. Esqueceram tudo e foram iguaes a todas as creanças, calvagando os ginetes do carrossel, girando com as luzes. As estrelas brilhavam, brilhava a lua cheia. Mas mais que

tudo brilhava na noite da Bahia as luzes azues, verdes, amarelas, vermelhas do Grande Carrossel Japonéz (AMADO, 1937: 107).

Entretanto, nas dificuldades diariamente enfrentadas pelos meninos e na falta da constituição de uma família, especialmente do papel da mãe que na época, segundo o discurso higienista e patriarcal, lhe encarregava de formar o “futuro” cidadão, o grupo dos Capitães da Areia não é imediatamente reconhecido como pertencente à infância. Na concepção do autor/narrador, apesar das faixas etárias, estes personagens eram iguais a outros homens, já maduros por conviverem no espaço público da cidade, apesar dos constantes embates de classes que os rejeitavam deste lugar:

Não seriam meninos toda vida. Bem sabia que eles nunca tinham parecido creanças. Desde pequenos, na arriscada vida da rua, os Capitães da Areia eram como homens, eram iguaes a homens. Toda a diferença estava no tamanho. No mais eram iguaes: amavam e derrubavam negras no areai desde cedo, furtavam para viver como os ladrões da cidade. Quando eram presos apanhavam surras como os homens. Por vezes assaltavam de armas na mão como os mais temidos bandidos da Bahia. Não tinham também conversas de meninos, conversavam como homens. Sentiam mesmo como homens. Quando outras creanças só se preocupavam com brincar, estudar livros para aprender a ler, eles se viam envolvidos em acontecimentos que só os homens sabiam resolver. Sempre tinham sido como homens, na sua vida de miséria e de aventura nunca tinham sido perfeitamente creanças. Porque o que faz a creança é o ambiente de casa, pae, mãe, nenhuma responsabilidade. Nunca eles tiveram pae e mãe na vida da rua. E tiveram sempre que cuidar de si mesmos, foram sempre os responsáveis por si. Tinham sido sempre iguaes a homens (AMADO, 1937: 310-311).

Os Capitães não pertenciam ao modelo ideal de infância proposto pelas elites, que deveria se adequar à “formação cidadã”, com a educação cívica e moral. Desse modo, meninos com trajetórias semelhantes a estes personagens constituíam os alvos preferenciais do discurso higienista que associava infância abandonada à criminalidade (SANTOS, 2010). Essa tese era fortemente defendida por Leonídio Ribeiro, fundador da Biologia Infantil e ganhador do prêmio Lombroso de 1933.

A historiadora Mariza Corrêa, ao analisar a infância dos anos 1930, cita uma conferência de Ribeiro realizada em abril de 1937⁶ em Lisboa e que tinha por título “A infância e o crime”. Tal articulação levava a transformação da categoria de “menor” em sinônimo de “delinquente”, quadro que no Brasil já era delineado pelo Código de Menores outorgado em 1927 e por uma série de iniciativas corporativistas do Estado Novo, sob o controle dos campos da educação, saúde pública e punição. Segundo Corrêa,

As crianças da categoria dos 14 aos 18 anos, desde então numa espécie de limbo legal, serão transformadas em menores, e os estabelecimentos especiais destinados a elas, bem como os agentes sociais que delas deveriam se encarregar, passam a ser objeto da atenção de médicos e juristas, de psicólogos e pedagogos. E, ainda que houvesse algumas divergências a respeito do modo como deveria se distribuir o peso desse

⁶ Provavelmente Jorge Amado acompanhou debates semelhantes sobre a infância abandonada enquanto um problema social, com tendências para o vício e para a criminalidade, propostos por autores higienistas. Discursos equivalentes são logo anunciados nas representações dos jornais da época que abrem as páginas do livro *Capitães da Areia*, lançado em setembro de 1937. A imprensa pode ser percebida como um veículo de difusão dessas teses, que eram declaradas pelas elites e transpostas para o imaginário das classes mais desfavorecidas por meio da linguagem sensacionalista sobre furtos e contaminações epidêmicas.

cuidado, ora com ênfase no Estado, ora na sociedade, ora na Igreja, conforme a inserção dos vários agentes envolvidos no debate, em dois pontos cruciais parece ter havido concordância entre eles: primeiro, a questão do menor abandonado era também uma questão de sua institucionalização, e, em segundo lugar, os agentes preferenciais nesse cuidado institucional seriam mulheres (AMADO, 1937: 84).

Essa institucionalização da questão da infância desamparada, que refletia um conflito entre diferentes setores da sociedade sobre a responsabilidade legal do problema, também é descrita na hostilidade entre o chefe de polícia e o diretor do reformatório de capitães da areia, contrapostos de modo ficcional na redação do “Jornal da Tarde”, que abre a narrativa. O texto chamava a atenção pública para os meninos “ladrões” e acabava por envolver a igreja.

Ademais, Cesare Lombroso, principal defensor da tese da criminalidade enquanto um fenômeno físico e hereditário (SCHWARCZ, 2005), é diretamente citado pelo diretor do reformatório quando este finalmente consegue deter Pedro Bala na trama: “E’ o chefe dos taes de “Capitães da Areia”. Veja... O tipo do criminoso nato. É verdade que você não leu Lombroso... Mas se lesse conheceria. Traz todos os estigmas do crime na face.” (AMADO, 1937: 260). Há aqui uma faceta do higienismo à brasileira. Jorge Amado revela a adaptação da teoria do médico italiano com a realidade social do Brasil, pois Pedro Bala é descrito como branco, de olhos claros e loiro. Logo, o que demarca a sua “degenerescência” e sua predisposição natural para o crime não são os traços “mestiços” inscritos em seu corpo, mas a condição de classe.

A narrativa cita uma passagem que dá a entender que o personagem é fruto de uma relação fracassada de duas classes sociais distintas, filho do estivador grevista da Cidade Baixa conhecido como "Loiro" e filho de uma mulher de família abastada da Cidade Alta. Seria esta a origem familiar de Pedro Bala, mas que em sua orfandade e miséria, acaba por aceitar que a “revolução é uma pátria e uma família” (AMADO, 1937: 344).

Nessa breve análise de *Capitães da Areia*, percebemos como a infância do período, *representada* por Jorge Amado, é controlada e negada ao mesmo tempo pelo Estado e pelas classes dominantes, especialmente por via das teses higienistas. Contudo, os sujeitos personificados nesta história literária e silenciados pela falta de fontes oficiais, certamente desenvolveram estratégias de sobrevivência a este cenário, que podem ter sido semelhantes a alguns elementos da narrativa. A prática de furtos e “malandragem” na ocupação do espaço público, a adoção e manipulação do imaginário religioso sobre problemas sociais (tanto do catolicismo quanto da matriz africana, que apesar de popular ainda era proibida na época), ou, ainda, a heroicização do banditismo social, o cangaço de Lampião, invariavelmente refletiam uma série de tensões entre classes que demarcavam a agência histórica de indivíduos constantemente excluídos desde a menoridade.

Considerações finais

A infância trata-se de um conceito não somente histórico, mas social e economicamente construído e determinado. As estruturas de exploração e de desigualdade julgam quem deve ser criança. O que observamos ao longo deste artigo é que a categoria “criança” não é universal. Não se aplica a todos os menores de idade, de maneira homogênea. Em *Capitães da Areia*, a

infância está destinada àqueles que estão dentro de seus lares, em famílias tradicionais, de classe média. Os meninos do trapiche, no entanto, são lidos socialmente a partir da categoria do menor, sendo desprezados pela sociedade, sofrendo com a dura repressão policial que age em prol da harmonia.

Logo, a “pureza” da infância é derivada da situação social da criança e o conceito atua a partir da estrutura de descaso e abandono deixadas pelo pós-abolição e pelas políticas higienistas, vigentes durante a Primeira República e o Estado Novo. O abandono, então, torna-se uma constante na narrativa de Jorge Amado, que trata de justificar a criminalidade experienciada pelos meninos do trapiche em meio a miséria: “Por isso na beleza do dia Pirulito mira o céu com os olhos crescidos de medo e pede perdão a Deus tão bom (mas não tão justo também...) pelos seus pecados e os dos Capitães da Areia. Mesmo porque eles não tinham culpa. A culpa era da vida...” (AMADO, 1937: 144).

Fontes Primárias

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

“BAHIA”. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, mar. 1937. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/072702/1536>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

“DA INTENÇÃO EM LITERATURA”. Carlos Maul. *Correio da Manhã*, 23 set. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/42586>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, 2002, pp. 677-704.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CORRÊA, Mariza. “A cidade de menores: uma utopia dos anos 30”. In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de. “História da infância no pensamento social brasileiro. Ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade”. In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

GAMA, Anne Micheline Souza. *Capitães de Salvador: as representações do urbano e das relações sociais na obra Capitães da Areia de Jorge Amado*. 2015. 136f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/499>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. História & literatura: uma velha-nova história. In: *Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

PESAVENTO, Sandra J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, v. 7, p. 31-45, set. 2003. p. 32.

RAGO, M. “A colonização da mulher II”. In. *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar e a resistência anarquista* (1890-1930). 4a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. “Criança e criminalidade no início do século XX”. In. DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Recebido em: 30/01/2022

Aceito em: 20/05/2022

O USO DA TELEDRAMATURGIA EM AULAS DE HISTÓRIA: O CANGAÇO NA MINISSÉRIE LAMPIÃO E MARIA BONITA (1982)

THE USE OF BRAZILIAN TELEDRAMATURGY IN HISTORY CLASSES: CANGAÇO IN THE MINISERIES LAMPIÃO E MARIA BONITA (1982)

Bruno José Yashinishi¹

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a utilização da minissérie da TV Globo, *Lampião e Maria Bonita* (1982), como recurso didático em aulas de História no Ensino Médio que colabore com a compreensão dos alunos a respeito do cangaço brasileiro. Essa produção da teledramaturgia brasileira será adotada como fonte e ferramenta do conhecimento histórico, atendendo aos pressupostos teóricos e metodológicos adequados para esse tipo de abordagem. O objetivo é fomentar nos estudantes a capacidade de analisar criticamente as imagens televisuais e conseguir, por meio das representações sociais presentes na minissérie, aprender de forma mais prazerosa e consciente sobre o movimento social do cangaço, presente no sertão nordestino durante a República Velha e sobre os personagens envolvidos em seu contexto histórico, principalmente o casal Lampião e Maria Bonita.

Palavras-chave: Cangaço; História e Minissérie; Ensino de História.

Abstract: This article proposes a reflection on the use of the TV Globo miniseries, *Lampião e Maria Bonita* (1982), as a didactic resource in History classes in High School that collaborates with the students' understanding

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), é especialista em Estudos Interdisciplinares em Humanidades pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Graduado em Filosofia pelo Centro Educacional Claretiano Studium Theologicum, também possui graduação em Sociologia pela Universidade Paulista e em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Email para contato: yashinishibruno@outlook.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3395747963129718>.

about Brazilian cangaço. This production of Brazilian television drama will be adopted as a source and tool of historical knowledge, meeting the theoretical and methodological assumptions appropriate for this type of approach. The goal is to foster in students the ability to critically analyze television images and achieve, through the social representations present in the miniseries, earn more pleasurable and conscious about the social movement of cangaço, present in the northeastern backcountry during the Old Republic and about the characters involved in its historical context, especially the couple Lampião and Maria Bonita.

Keywords: Cangaço; History and Miniseries; History Teaching.

Introdução

A minissérie da TV Globo *Lampião e Maria Bonita*, de 1982, tornou-se um marco na teledramaturgia nacional, pois se trata da primeira minissérie televisiva do Brasil. Este artigo pretende suscitar reflexões e sugestões metodológicas sobre a utilização desta minissérie como recurso didático em aulas de História para o Ensino Médio que colabore com a compreensão dos alunos a respeito do cangaço brasileiro. Para tanto, o artigo se desdobra em três partes.

Na primeira parte serão discutidas algumas questões que possibilitem adotar a televisão como fonte e documento para o conhecimento histórico. Como se verá, a proliferação das tecnologias da informação e comunicação (TICs) ampliaram consideravelmente as possibilidades de recursos aplicáveis à Educação, principalmente no trabalho em sala de aula com a utilização de filmes, músicas, vídeos, *internet* e programas de televisão.

A História também passou a irmanar no conjunto de suas fontes e documentos a produção audiovisual, a ponto de tomá-la como aliada para o conhecimento histórico e representação social de fatos históricos, desde que sejam empregados procedimentos metodológicos adequados.

A segunda parte pretende demonstrar como a minissérie *Lampião e Maria Bonita* pode ser trabalhada como recurso didático e elucidativo quanto à temática proposta para as aulas de História, propiciando conhecimento histórico e representações sociais sobre o cangaço. O entendimento das representações sociais é oriundo da Psicologia Social, sobretudo das contribuições de Serge Moscovici (2007) e da relação desta concepção teórica com o campo da História.

Na terceira parte do artigo será apresentada uma proposta para o ensino de História utilizando a minissérie *Lampião e Maria Bonita*. Essa proposta atende às sugestões metodológicas do historiador Marcos Napolitano (2008b), que apresenta a possibilidade do uso de uma minissérie nas aulas de História em sala de aula para séries do Ensino Médio, seguindo basicamente quatro passos: 1º Objetivo; 2º Material-fonte; 3º Texto-gerador; 4º Roteiro.

Dessa forma, o objetivo da proposta presente neste artigo é fomentar nos estudantes a capacidade de analisar criticamente as imagens televisuais e conseguir, por meio das representações sociais presentes na minissérie, aprender de forma mais prazerosa e consciente sobre o movimento social do cangaço, presente no sertão nordestino durante a República Velha e sobre os personagens envolvidos em seu contexto histórico, principalmente o casal Lampião e Maria Bonita.

Televisão como documento e fonte para o conhecimento histórico

Desde a segunda metade do século XX tornou-se perceptível o grande avanço na produção, disseminação e consumo das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), sobretudo a televisão e a internet. Esses meios de comunicação de massa impactaram diretamente a Educação, provocando novas mediações entre elementos centrais do processo educativo, como a abordagem do professor, a compreensão dos alunos e os conteúdos estudados. Para Vani Moreira Kenski:

Não há dúvida de que as novas tecnologias de comunicação e informação trouxeram mudanças consideráveis e positivas para a educação. Vídeos, programas educativos na televisão e no computador, sites educacionais, softwares diferenciados transformam a realidade da aula tradicional, dinamizam o espaço de ensino-aprendizagem, onde anteriormente predominava a lousa, o giz, o livro e a voz do professor (KENSKI, 2007: 46).

Segundo a autora, as TICs de fato provocam alterações e promovem maior dinamicidade no processo educativo quando são compreendidas e incorporadas pedagogicamente, ou seja, o uso da internet ou da televisão em sala de aula, por exemplo, requer um conhecimento metodológico adequado para o tipo de tecnologia selecionada, que por sua vez condiciona o tipo de abordagem empregada neste uso (KENSKI, 2007).

Nesse sentido, filmes, documentários, músicas, programas de TV, entre outros recursos podem ser adotados como fonte de conhecimento e de ensino nas aulas de disciplina de História quando são utilizados de forma metodologicamente adequada (FONSECA, 2003). O conhecimento histórico, por sua vez, é uma construção que objetiva o desenvolvimento da

compreensão histórica da realidade social. Como construção, esse conhecimento necessita ser problematizado, assim como o ensino da História, que deve sempre tomar a experiência do aluno como ponto de partida para a relação com os conteúdos históricos, utilizando as mais diversas fontes para compreender e explicar historicamente a realidade em que vive (SCHMIDT; CAINELLI, 2004).

No caso das fontes imagéticas, José Augusto Alves Netto e Hudson Siqueira Amaro (2012) partem do pressuposto que o uso das imagens requer uma abordagem parecida com a que se utiliza com um texto considerado histórico, mas não perdendo de vista as especificidades da metodologia de análise:

Assim como os textos escritos, as imagens trazem em si um potencial de positividade interpretativa histórica bastante pertinente e que não deve ser posto de lado por um ranço oriundo de um modismo acadêmico (ALVES NETTO; AMARO, 2012: 66).

Entretanto, ao discutir sobre os desafios do historiador frente às fontes audiovisuais, Marcos Napolitano (2008^a: 270) alerta para que essas fontes não sejam tomadas como testemunhos diretos e objetivos da história, mas antes problematizados dentro de suas estruturas internas de linguagem e mecanismos de representação da realidade social.

Ao longo dos últimos setenta anos, a TV desenvolveu-se como um amplo sistema expressivo, detentor de uma linguagem, de uma ética e de uma estética próprias, que ampliaram sua própria noção conceitual de mero instrumento técnico e tecnológico para uma mídia de grande relevância social. Asa Briggs e Peter Burke (2006) observam que, desde os primórdios

da televisão, vários teóricos defenderam o seu caráter educativo, para além de mero entretenimento midiático.

Tendo em vista que a televisão se configurou como um dos maiores meios de comunicação e a principal forma de interação dos seres humanos com as informações, é possível pensar o uso de produções da teledramaturgia como documento e fonte da História. Segundo Monica Almeida Kornis:

No contexto de abertura da história para novos objetos, os filmes – tanto os de ficção quanto os documentários e os cinejornais – e os programas de televisão passavam a ser encarados como fontes preciosas para a compreensão de comportamentos, das visões de mundo, dos valores e das ideologias de uma sociedade ou de uma época (2008: 23).

Para Kornis (2008), uma dimensão fundamental na relação entre História e audiovisuais consiste na atração desse tipo de fonte para a atividade didática. A produção televisiva, por exemplo, pode ser tomada como uma grande ferramenta nas aulas de História, principalmente quando se opta por trabalhar com algum programa, telenovela, documentário ou minissérie que tenha como pano de fundo a própria História.

Evidentemente, o uso da TV para fins didáticos requer uma metodologia adequada para o cumprimento dos objetivos propostos. O que “se vê” na TV deve ser problematizado e não tomado como retrato fiel da realidade, mas sim como um processo, uma construção social sobre determinado tema que se enquadra na linguagem do meio que veicula as imagens. No entanto, essa problematização não é um empecilho para o professor que pretende usar uma fonte audiovisual durante as aulas, mas sim parte fundante do seu propósito na abordagem desse tipo de objeto.

Vale ressaltar que, na maioria dos casos, as fontes oriundas do cinema ou da TV que abordem temas históricos não são contemporâneas aos fatos, portanto é importante abordar o contexto de produção dessas fontes. Isso implica tratá-las como fontes secundárias, tal como preconizam Schimidt e Cainelli (2004: 97): “Essas fontes nos chegam por pessoas que realizam reconstruções do passado, cujas referências são diferentes testemunhos ou relatos”. Jaime e Carla Bassanezi Pinsky (2016) refletem sobre um ensino de História diferenciado, que proporcione um conhecimento histórico prazeroso e consciente para os estudantes. Esse ensino deve acarretar a diversificação de fontes trabalhadas, novos métodos e abordagens que tornem as aulas mais dinâmicas e interessantes, como o uso de fontes audiovisuais, por exemplo.

No Brasil, uma das maiores expressões da televisão é sua teledramaturgia, sobretudo as produções da Rede Globo de Televisão, maior canal de TV do país. Monica Almeida Kornis (2011) resalta que a programação ficcional televisiva da Rede Globo, voltada para o grande público, desde a década de 1960 atua como “uma pedagogia do que é ser brasileiro” (KORNIS, 2011: 97), ou seja, incita os telespectadores a um sentimento de pertencimento nacional, comparável ao papel de Hollywood com relação à sociedade estadunidense. A partir da década de 1970, a Globo criou e desenvolveu o chamado “padrão de qualidade”, utilizando aspectos históricos e contemporâneos da sociedade brasileira como fundamentação para as tramas de sua teledramaturgia, sobretudo das telenovelas. Portanto, além de usarem a História como referência, as próprias produções televisivas do gênero da teledramaturgia fizeram parte da história e da imaginação social brasileira (YASHINISHI, 2020).

Nesse sentido, Amanda da Silva Menger (2012) defende que a produção televisiva, sobretudo a teledramaturgia com temática histórica, pode se tornar grande aliada do professor no processo de ensino-aprendizagem. Não perdendo de vista que toda produção de TV que tenha relação com conteúdos históricos é produto histórico de seu tempo, Menger aponta que a teledramaturgia facilita uma melhor compreensão dos conteúdos programáticos pelo aluno, bem como fomenta uma análise crítica sobre os meios de comunicação e sua relação com a educação.

A minissérie *Lampião e Maria Bonita* e as representações sociais do cangaço

A teledramaturgia pode ser entendida como “a encenação, gravada e transmitida via TV, que articula personagens, diálogos e núcleos dramáticos” (NAPOLITANO, 2008b: 87). É caracterizada pela gravação em estúdio, completada por gravações em ambientes externos, e editada na forma de capítulos diários. Um de seus subgêneros é o das minisséries, que segue os padrões das telenovelas, mas possui a particularidade de desenvolver um tema central através de um número bem menor de capítulos, assim como: “Permite um aprofundamento de temas e tem menos compromisso com as vicissitudes da audiência. Pode durar de quatro a trinta capítulos” (NAPOLITANO, 2008b: 88).

A primeira minissérie da televisão brasileira foi *Lampião e Maria Bonita* produzida pela Rede Globo e exibida em oito capítulos, de 26 de abril a 5 de maio de 1982. Escrita por Aguinaldo Silva e Doc Comparato e dirigida por Paulo Afonso Grisolli e Luiz Antônio Piá foi premiada com medalha de

ouro no Festival Internacional de Cinema e Televisão de Nova York (MEMÓRIA GLOBO, 2003).

A minissérie *Lampião e Maria Bonita* se baseia nos últimos seis meses de vida de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião (Nelson Xavier), entre os anos de 1920 e 1930. Lampião é acompanhado em suas andanças por Maria Bonita (Tânia Alves), com quem teve uma filha chamada Expedita (Adriana Barbosa) e pelo seu grupo de cangaceiros.

Logo no primeiro episódio, o bando de Lampião sequestra o geólogo inglês Steve Chandler (Michael Menaugh) e envia um bilhete ao governo da Bahia exigindo 40 mil contos de réis pelo resgate. Porém, esse bilhete cai nas mãos do sargento Libório (Roberto Bonfim), autoridade militar da cidade de Jeremoabo, que avisa o governador e inicia uma caçada a Lampião e seu bando pelas tropas do tenente Zé Rufino (José Dumont). O jornalista Lindolfo (Helber Rangel) se dedica a explorar o fato, apesar de o caso correr em sigilo.

A relação entre Lampião e Maria Bonita é o eixo central no decorrer da trama. Além disso, os confrontos constantes dos cangaceiros e suas aventuras pelo sertão nordestino são representados com atenção aos diálogos, cenários e figurinos. Quanto à negociação pelo geólogo, o governo pede a prisão de um irmão de Lampião a fim de que o cangaceiro se entregue, mas após longas tentativas de negociação, o Rei do Cangaço encontra seu fim em 28 de julho de 1938 na gruta de Angico em Sergipe.

Lampião, Maria Bonita e os integrantes de seu bando são surpreendidos ao amanhecer do dia pelos soldados de polícia capitaneados pelo tenente José Batista (Gilson Moura) que descobrem seu esconderijo. Os

cangaceiros são metralhados sem possibilidade de reação, pondo fim à saga do mais famoso bandoleiro do Nordeste brasileiro.

Na minissérie, os confrontos constantes dos cangaceiros e suas aventuras pelo sertão nordestino são representados com atenção aos diálogos, cenários e figurinos. São esses elementos da trama seriada que possuem um caráter de representações sociais do cangaço.

O psicólogo social romeno Serge Moscovici (2007) é um dos autores mais importantes para a compreensão das representações sociais. Em sua teoria, as representações sociais podem ser entendidas como sistemas de ideias, valores e práticas que possuem uma dupla natureza: a convencional e a prescritiva. Dessa maneira, as representações sociais são resultado, de um lado, da apropriação de conteúdos vindos de períodos cronológicos distintos e, de outro, daqueles gerados por novos contextos.

Nesse sentido, no caso de uma minissérie histórica, como *Lampião e Maria Bonita*, as representações sociais são controladas e criadas a partir das narrativas já existentes na historiografia. Machado (2013: 25) considera que, “As obras têm como referentes acontecimentos, documentos e registros narrados pela historiografia, que permite que o autor crie sua trama ficcional sem perder de vista os rastros históricos”. Portanto, a história contada pelos meios de comunicação supõe apropriações, por parte desses meios, de discursos historiográficos existentes. Essas narrativas ou discursos historiográficos utilizados pelos meios de comunicação podem resultar de livros de historiadores ou livros didáticos de História, pesquisa histórica, ambiente histórico em romances de ficção e revistas modernas de história (MACHADO, 2013). As apropriações dessas narrativas por parte dos

realizadores de uma obra audiovisual fundamentam a busca e criação do seu efeito de verossimilhança.

Yashinishi (2020) estudou as representações sociais do cangaço na minissérie *Lampião e Maria Bonita* utilizando um método de análise para a imagem em movimento. O autor investigou diversas cenas que apresentam representações dentro de três eixos temáticos: “O sertão nordestino como fundo e cena”, onde aspectos do sertão, tais como clima, solo, a caatinga, entre outros, são apresentados nas cenas; “A violência no cangaço”, com representações da brutalidade exercida por Lampião e seu bando, assim como a violência policial e conflitos com os cangaceiros; e “O romance entre Lampião e Maria Bonita”, com cenas que demonstram a relação amorosa entre o casal de cangaceiros mais famoso da história, bem como o papel da mulher naquele contexto histórico e no interior do cangaço.

Essa seleção de cenas e análise das representações pode contribuir para a utilização da minissérie em sala de aula, proporcionando conhecimento histórico aos estudantes de maneira prazerosa e consequente, como preconizado por Jaime e Carla Pinsky (2016).

Proposta para o ensino de História através da teledramaturgia

Optou-se nesse artigo por sugerir uma proposta de ensino de História para as séries do Ensino Médio, que porventura tenham aulas sobre o cangaço. A escolha deve-se, em primeiro lugar, pela familiaridade dos estudantes dessa etapa da educação básica com o tema proposto no conteúdo sobre história do Brasil. Em segundo lugar, atentou-se pela faixa etária dos estudantes do Ensino Médio em consonância com a classificação indicativa da minissérie, 14 anos.

O historiador Marcos Napolitano (2008b) apresenta uma proposta do uso de uma minissérie nas aulas de História em sala de aula. Para tanto, oferece uma metodologia que segue basicamente quatro passos: 1º Objetivo; 2º Material-fonte; 3º Texto-gerador; 4º Roteiro. Em todas essas etapas, o papel do professor como agente instigador de debates e orientação dos alunos é de extrema importância.

O primeiro passo, o “Objetivo”, corresponde a: “Analisar como o conteúdo historiográfico é representado num programa de teledramaturgia” (NAPOLITANO, 2008b: 94). Essa análise deve ser feita previamente pelo professor que se interesse em utilizar a minissérie como fonte para o ensino de História. Se tratando de *Lampião e Maria Bonita*, de 1982, deve-se prestar atenção em como o cangaço é representado na teledramaturgia, bem como os personagens, as locações, os figurinos, elementos narrativos, etc., o que leva consequentemente ao segundo passo, o “Material-fonte”, que é compreender a minissérie adotada para o trabalho com os alunos. Dessa forma, o audiovisual selecionado deve ser compreendido como uma minissérie histórica, ou seja, com personagens, fatos e narrativas históricas presentes em seu enredo.

O terceiro passo, “Texto-gerador” trata-se de adotar um aporte teórico sobre o tema abordado pela teledramaturgia a fim de fundamentar a relação entre História e audiovisual. Dessa maneira, se tratando de uma minissérie que tenha como referência o cangaço brasileiro, a bibliografia adotada é voltada para questões referentes à contextualização histórica e espacial, os personagens envolvidos e possíveis definições que levem a compreensão

desse movimento social do campo surgido nas primeiras décadas do século XX.

O contexto histórico abordado na minissérie é o período da Primeira República ou República Velha. Boris Fausto (2006) salienta que durante este período o sistema político era controlado pelas elites oligárquicas, uma porção mínima da sociedade, mas que detinham o poder dos estados no sistema federalista. Além disso, Fausto adota a denominação “política do café com leite” fazendo alusão à política das oligarquias que alternavam na presidência da República políticos de São Paulo e Minas Gerais. Essa política caracterizava-se como um processo excludente e oligárquico, onde a maioria não tinha participação política, como aponta Maria Efigênia Lage Resende:

A denominação de República oligárquica, frequentemente atribuída aos primeiros 40 anos da República, denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e exclusão de uma maioria no processo de participação política. Coronelismo, oligarquia e política dos governadores fazem parte do vocabulário político necessário ao entendimento do período republicano em análise. (RESENDE, 2003: 91).

O continuísmo do poder e a não participação massiva da população e de seus interesses políticos marcaram profundamente o desenvolvimento do período da República Velha. Esse contexto acabou por não viabilizar avanços na construção da cidadania desde a independência do Brasil (RESENDE, 2003).

Essas características do sistema político geraram o surgimento de revoltas, demonstrando o descontentamento das camadas populares para com a elite dominante. Essas revoltas ocorriam tanto no espaço urbano quanto no

rural. José de Souza Martins (1981) aponta que as revoltas sociais no campo foram motivadas por fatores diferentes das deflagradas nos grupos urbanos e devem ser entendidas tendo em vista o processo de expropriação da terra, a concentração do capital, a consequente exclusão social e a formação do campesinato enquanto classe social. Cabe aqui ressaltar que existiram revoltas no próprio sertão nordestino brasileiro, que é o contexto espacial onde decorre a trama da minissérie. Janaína Amado (1995) aponta que a noção de “sertão” foi apropriada pelos brasileiros para denominar regiões longínquas ou quase desabitadas, ligadas, sobretudo, ao interior do país. Sua associação com o Nordeste brasileiro deve-se levar em conta essa característica.

Foi no sertão nordestino, motivado pelo coronelismo, que surgiu uma forma de resistência denominada por alguns autores como banditismo social. Para o historiador Eric Hobsbawm (2010) esse fenômeno caracteriza-se como uma forma alternativa de mudar a sociedade, mesclando aqueles que são considerados em seu seio como bandidos com o ideal maior de um movimento de maiores proporções capaz de representar a justiça feita com as próprias mãos.

A maior expressão do banditismo social no sertão nordestino foi o cangaço, movimento independente e marcado pelo uso da violência contra o sistema vigente. Contudo a adesão aos bandos de cangaceiros nem sempre era motivada por vingança ou autodefesa, esse meio de vida tornou-se área de realização, não só econômica, mas também de poder e prestígio. De acordo com Francisco Pernambucano de Mello:

Fazer-se cangaceiro significaria, nessa visão, responder a uma afronta sofrida, passando o ofendido a desenvolver toda a sua ação guerreira na busca de uma vingança capaz de reintegrar-lhe o rígido quadro de honra. O cangaceirismo seria o instrumento dessa vingança, que agiria como causa e ao mesmo tempo como fim para quem passasse a integrar grupo já existente ou, em esforço de aglutinação, viesse a criar bando próprio (MELLO, 2011: 115)

Dentre os personagens que fizeram parte do cangaço, sem dúvida o mais conhecido foi Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Segundo as autoras Karolina Gomes, Mônica Hackmayer e Virgínia Primo (2008), Lampião foi o cangaceiro que mais acendeu a imaginação popular, sempre envolto por lendas e narrativas em torno de sua figura, que o tratam como um justiceiro social por um lado e, por outro, como um bandido sanguinário.

Para vingar a morte do pai, morto em uma emboscada policial, Virgulino entrou para o cangaço em 1916. De acordo com o jornalista Wagner Gutierrez Barreira (2018), a história de Lampião recheia o imaginário popular há quase um século e suscita diversas narrativas, por vezes com versões variadas, indo de um sertanejo que combatia as desigualdades sociais, passando a um homem de negócios que fez do cangaço seu sustento, até um assassino cruel e impiedoso. No entanto, em todas as versões, sua figura aparece como um ícone da história nacional brasileira ligada ao Nordeste, à justiça social e à rebeldia.

Ao lado de Lampião, sua companheira Maria Bonita é uma das figuras centrais da minissérie e, consequentemente, da história do cangaço. Interpretada na trama pela atriz Tânia Alves, Maria Bonita é representada na minissérie como uma mulher forte, corajosa e que

desempenhou um papel fundamental nas ações do bando de cangaceiros, sobretudo por seu enlace de amor com Virgulino. Essa figura construída em torno da personagem rendeu-lhe o status de uma habilidosa guerreira do sertão, uma espécie de ícone feminino do cangaço. Vale lembrar que no imaginário popular brasileiro existem outras mulheres com papéis importantes em diversos movimentos sociais do campo, como a figura de Maria Rosa no Contestado, por exemplo.

No entanto, Adriana Negreiros (2018) contesta essa versão de Maria Bonita, resgatando sua verdadeira identidade, Maria de Déa, afirmando que na realidade, apesar de presentes e atuantes no cangaço, as mulheres viviam em situação de submissão aos homens, sofrendo inclusive violência física, psicológica e sexual. Maria Bonita não foi uma “Joana D’Arc”, mas uma mulher comum, que apesar de ter abandonado tudo na vida para seguir os passos de Lampião, viveu sob sua sombra.

Por mais que existam contestações a respeito do mito de Lampião, sua companheira Maria Bonita e seu bando de cangaceiros, suas histórias são de fundamental importância para se entender os movimentos sociais rurais do período da Primeira República e como era a vida do sertanejo frente à realidade política do país.

O quarto passo na proposta de aula de Marcos Napolitano é o “Roteiro”, que consiste na atividade que os alunos deverão realizar. É aconselhável que esta atividade seja realizada como tarefa de casa, já que o tempo das aulas não é suficiente para a exibição da minissérie.

Este roteiro se divide em quatro etapas: Na primeira, os alunos formarão grupos e assistirão em casa a minissérie *Lampião e Maria Bonita*;

na segunda, os grupos devem anotar as principais referências históricas presentes na minissérie, como os fatos e personagens apresentados; na terceira etapa, os estudantes devem perceber como os personagens se relacionam com a trama e seu desenvolvimento; por fim, na quarta etapa, os alunos vão pesquisar os principais acontecimentos históricos representados na minissérie em outras fontes, tais como livros, documentários, revistas, etc. cruzando as informações obtidas com o enfoque dado pela teledramaturgia (NAPOLITANO, 2008b). As fontes que serão consultadas pelos alunos devem ser sugeridas pelo professor, que precisa conhecê-las e analisá-las previamente para atingir os objetivos propostos.

Na tabela a seguir será apresentado o modelo tal qual proposto por Napolitano (2008b), mas adaptado às particularidades deste artigo, como a minissérie adotada e a bibliografia selecionada, bem como o detalhamento e o papel docente em cada etapa:

ATIVIDADE: A HISTÓRIA NA TV
Objetivo: Analisar como o conteúdo historiográfico é representado num programa de teledramaturgia.
Público alvo: Estudantes do Ensino Médio.
Material-fonte: Minissérie <i>Lampião e Maria Bonita</i> (TV Globo, 1982)
Texto gerador: BARREIRA, Wagner G. <i>Lampião e Maria Bonita: uma história de amor e balas</i> . São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

GOMES, Karolina; HACKMAYER, Monika; PRIMO, Virgínia. *Lampião, Virgulino e o mito: 70 anos do fim do cangaço*. São Paulo: Agenda Eclética, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa, 2011.

NEGREIROS, Adriana. *Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o regime oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 91-120.

Roteiro:

1ª etapa: o professor apresentará o tema do cangaço, conforme o planejamento curricular e o material didático utilizado, e vai disponibilizar o link de acesso à minissérie *Lampião e Maria Bonita*; os alunos formarão grupos e assistirão em casa;

2ª etapa: após assistirem a minissérie, na aula seguinte, o professor deve comentar sobre as informações básicas sobre o audiovisual e relacionar com o conteúdo estudado; os grupos devem anotar as principais referências históricas presentes na minissérie, como os fatos e personagens apresentados;

3ª etapa: o professor, através da aula expositiva, deve estimular os alunos a perceberem como os personagens se relacionam com a trama e seu desenvolvimento;

4ª etapa: o professor deve selecionar, analisar antecipadamente e sugerir aos alunos outras fontes, tais como livros, documentários, revistas, etc. que abordem a temática do cangaço; os estudantes vão precisar pesquisar os principais acontecimentos históricos representados na minissérie

cruzando as informações obtidas com o enfoque dado pela teledramaturgia.

Fonte: NAPOLITANO, Marcos. Como usar a televisão em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 94.

Conclusão

A utilização da minissérie *Lampião e Maria Bonita*, atendendo aos pressupostos já expostos aqui sobre as relações entre História e audiovisuais, televisão e ensino, podem torná-la uma valiosa fonte da História, bem como suscitar discussões a respeito da bibliografia selecionada e como os contextos históricos, políticos e sociais são representados durante a trama em elementos intrínsecos e extrínsecos ao próprio audiovisual.

As representações na minissérie sobre o cangaço, o sertão nordestino, os cangaceiros, Lampião e Maria Bonita perfazem um conjunto de representações sociais que perpetuam um tipo de saber histórico comum no imaginário social brasileiro a respeito desse movimento social do campo que surgiu diante do contexto histórico e social da República Velha (1889-1930).

Com a proposta metodológica apontada por Marcos Napolitano, usar da minissérie como recurso didático propicia um aprendizado mais prazeroso e consequentemente mais dinâmico sobre os conteúdos estudados em sala de aula durante as aulas de História.

Vale lembrar que, ao entender e identificar as representações sociais do cangaço presentes em *Lampião e Maria Bonita*, não se está fazendo uma apologia da fidedignidade das imagens com relação aos acontecimentos históricos que são o pano de fundo da trama, mas antes, problematizando a

construção ou reconstrução do fato histórico presente no conteúdo da teledramaturgia.

O que se espera ao final deste artigo é que sua proposta de fomentar a reflexão sobre a utilização de uma importante produção da teledramaturgia brasileira nas aulas de História possibilite o trabalho docente com esse tipo de fonte, sempre empregando uma metodologia adequada.

Além disso, espera-se que os estudantes possam valorizar a produção televisiva nacional que aborde contextos históricos e sociais, a tal ponto de problematizá-la e tomá-la como possível fonte do conhecimento histórico.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

BARREIRA, Wagner G. *Lampião e Maria Bonita: uma história de amor e balas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de Ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.

GOMES, Karolina; HACKMAYER, Monika; PRIMO, Virgínia. *Lampião, Virgulino e o mito: 70 anos do fim do cangaço*. São Paulo: Agenda Eclética, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus, 2007.

KORNIS, Monica Almeida. *Cinema, televisão e história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. Ficção televisiva e identidade nacional: o caso da Rede Globo. In: MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Thomé; CAPELATO, Maria Helena (Org.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2011. pp. 97-114.

LAMPIÃO e Maria Bonita. Direção: Paulo Grisoli e Luiz Antônio Piá. Produção: Paulo Grisoli. Minissérie, 60'53". Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=lampiao+e+maria+bonita. Acesso em: 20 nov. 2021.

MACHADO, Michelli. *A História contada na televisão: um estudo sobre minisséries históricas*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa, 2011.

MEMÓRIA GLOBO. *Dicionário da TV Globo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. v. 1: Programas de dramaturgia & entretenimento.

MENGER, Amanda. Uma proposta de uso da teledramaturgia em sala de aula. In: IV SIMPÓSIO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2012, Tubarão. *Anais do IV SIMFOP*. Tubarão: Editora da Unisul, 2012. pp. 1-11.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. A televisão como documento. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008a. pp. 235-290.

_____. *Como usar a televisão em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008b.

NEGREIROS, Adriana. *Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

ALVES NETTO, José Augusto; AMARO, Hudson Siqueira. A arte e a história: diálogos com o ensino de história na pós-modernidade. In: MOLINA, Ana Heloísa et al. (Org.). *Ensino de História e Educação*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012. pp. 65-82.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2016. pp. 17-36.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o regime oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 91-120.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

YASHINISHI, Bruno José. “*Uma belíssima história de amor e sangue*”: representações sociais do cangaço na minissérie Lampião e Maria Bonita (1982). 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

Recebido em: 17/01/2022

Aceito em: 20/05/2022

"SERVENTES DOS PAGODES": A DIABOLIZAÇÃO DAS BILADEIRAS INDIANAS (DEVADASIS) SEGUNDO O ARCEBISPO-PRIMAZ DE GOA INÁCIO DE SANTA TERESA

**"SERVANTS OF PAGODES": THE DIABOLIZATION OF INDIAN
BILADEIRAS (*DEVADASIS*) ACCORDINGLY THE
ARCHBISHOP-PRIMATE INÁCIO DE SANTA TERESA**

Vitória Gabriela da Silva Kohler¹

Resumo: Este artigo propõe analisar um fragmento do tratado espiritual escrito pelo Arcebispo-Primaz de Goa Inácio de Santa Teresa em 1725 e de que forma o autor vilaniza as bailadeiras (*devadasis*) na Goa portuguesa. O trabalho procura contextualizar o momento de crise da cristandade em Goa nos séculos XVII e XVIII com os reformadores eclesiásticos que visavam reprimir as práticas hindus consideradas pagãs, e como isso se relaciona com o processo de diabolização das dançarinas do templo.

Palavras-chave: Goa portuguesa, práticas hindus, bailadeiras, pagodes, cristandade

Abstract: This article offers an analysis of a fragment of a spiritual treatise written by Archbishop-Primate from Goa Inácio de Santa Teresa in 1725 and how the author vilanizes bailadeiras in portuguese Goa. The work seeks to contextualize the moment of crisis of cristhianity in Goa on the XVII and XVIII centuries with ecclesiastical reformers who sought to suppress hindu practices considered pagan, and how this relates to the process of diabolization of the temple dancers.

Keywords: Portuguese Goa, hindu practices, bailadeiras, pagodes, christianity

¹ Graduanda em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7909613864883743>.

Apresentação do autor e do tema

Entre 1721 e 1740, D. Fr. Inácio de Santa Teresa assumiu o cargo de Arcebispo Primaz em Goa, nomeado pelo monarca D. João V. Sua formação teológica e religiosa junto às elites intelectuais da Universidade de Coimbra lhe garantiu essa nomeação para o cargo eclesiástico, tornando-se também bispo do Algarve posteriormente, de 1740 a 1751 (ALVES, 2013, p.11).

O fragmento escolhido para estudo segue a intencionalidade do conjunto total da obra denominada *Estado do prezente estado da India. Meyos faceis e efflcazes para o seu augmento e reforma espiritual e temporal. Tractado Político, Moral, Jurídico, Theologico, Historico e Ascetico. Escrito na India por quem zela hum e outro augmento delia no anno do Senhor de 1725* apresentando os problemas que afligiam o Império Português e a fé cristã. Inácio de Santa Teresa dedica seu tratado ao monarca D. João V, procurando provavelmente receber seu reconhecimento (MENDES, 2015, p. 195). Nos trechos a serem analisados, o frei expõe sua preocupação acerca do envolvimento comercial e sexual entre portugueses, sobretudo os militares e fidalgos, e as bailadeiras (*devadasis*). Esse grupo de mulheres se mostrava como uma ameaça à hegemonia cristã e deveria ser combatido pelas autoridades, denunciando a ineficácia e a corrupção de diversos agentes em deter as “serventes dos pagodes”.

A fim de fundamentar a análise sobre as *devadasis*, utilizo como parâmetro teórico principal a tese de mestrado de Camila Domingos dos Anjos, *A Cruz e o Império: a expansão portuguesa e a cristianização das bailadeiras e viúvas em Goa (1567-1606)*, que realizou um profundo estudo

sobre as legislações e documentos que procuravam regulamentar as dançarinas indianas.

Este trabalho se propõe, portanto, a contextualizar o período de decadência portuguesa às tentativas de coibir práticas consideradas desviantes da religiosidade cristã. A partir das documentações contendo as discussões acerca das *devadasis* por governantes e membros eclesiásticos, serão analisadas as concepções de Inácio de Santa Teresa sobre o grupo, promovendo reflexões sobre a diabolização das dançarinas e seus impactos no imaginário europeu.

O declínio da Goa portuguesa

Durante o século XVI, Goa era considerada um importantíssimo centro de referência cristã no Oriente, onde foram instaladas instâncias como os arcebispados, bases de ordens religiosas, clérigos seculares e o Tribunal do Santo Ofício. Apesar disso, mesmo com o esforço empregado para converter a população nativa, os domínios portugueses em Goa permaneciam sob influência de traços da cultura hindu, esta frequentemente incorporada no dia a dia dos colonos (TAVARES, 2002, p. 216).

No entanto, o poderio português passa a ser constantemente ameaçado tanto pela perda de territórios para os muçulmanos quanto para holandeses e ingleses que gradativamente retiravam o monopólio de Portugal sobre suas possessões e relações mercantis, além do fortalecimento dos reinos hindus e muçulmanos. Tudo isso culmina em um estado de ameaça especialmente à cristandade que se instaura no século XVII e se prolonga ao XVIII (MENDES, 2015 p. 42), contexto no qual D. Inácio de Santa Teresa se insere

quando é nomeado Arcebispo Primaz de Goa e descreve suas preocupações com o Estado da Índia em seu tratado.

Tratando especificamente das práticas de conversão e de repressão aos costumes, hábitos e religiosidades não-cristãs, estas passam a ganhar contornos cada vez mais estruturados durante o século XVI, sendo responsáveis pela vilanização das religiosidades e culturas nativas vistas como pagãos. A partir de 1530, mesmo com a relativa permissividade de Alfonso de Albuquerque em relação às práticas gentias, ocorreram crescentes exigências do poder eclesiástico e régio para que as conversões fossem efetuadas, para dessa forma garantir a homogeneização religiosa dos habitantes nativos (MENDES, 2015, p. 30)

Nas décadas seguintes, ao mesmo tempo em que os jesuítas passam a adentrar o território goês, o fenômeno inquisitorial passa também a fazer parte da realidade goesa. De acordo com Célia Tavares, as práticas jesuíticas e as inquisitoriais se diferenciavam em relação aos seus métodos com o tratamento aos cristãos-novos. Enquanto os jesuítas focavam-se essencialmente na evangelização e na “conquista” de almas, os inquisidores visavam a vigilância e a repressão dos comportamentos desviantes da doutrina católica (MENDES, 2015, p. 159).

Tavares explica que a instalação do Tribunal do Santo Ofício significava, além da transposição dos modelos ocidentais político-administrativos para o Oriente, a necessidade de autoafirmação perante aos reinos hindus e muçulmanos. Dessa maneira, expressa-se a consciência de uma “cristandade sitiada” e, conseqüentemente, os poderes políticos,

administrativos e militares frequentemente confrontados pelos inimigos de fé (TAVARES, 2002, p. 169).

Nesse contexto, observamos que tanto os domínios portugueses quanto a própria cristandade adentravam num processo de declínio, contextualizando as preocupações que Inácio de Santa Teresa descreve em seu tratado. Segundo Mendes:

A pujança experimentada pelo Império Português em finais do século XVI foi-se, gradualmente, diluindo e a Goa de D. Inácio de Santa Teresa já não era aquela cidade que, pouco mais de um século antes, se afirmava como o pólo de irradiação da presença portuguesa no Oriente (Mendes, 2015, p. 42).

Quando Inácio de Santa Teresa assume o posto de Arcebispo Primaz, os conflitos entre o poder eclesiástico e civil, além da corrupção dos servidores públicos e do clero regular e secular que ocorriam desde meados do século XVI, são acentuados por conta do processo de declínio do Estado da Índia (MENDES, 2015, p. 46).

Segundo Zulmira C. Santos, o século XVIII da religiosidade cristã é marcado pelo enfraquecimento das instituições e ordens cristãs católicas, demandando teorizações e práticas a fim de resgatar o espírito do Concílio de Trento, de reformulações e de ações frente às dificuldades enfrentadas (SANTOS, 2000, p. 38-39).

Dessa forma, o contexto torna-se propício para o surgimento de várias correntes de caráter reformatório espiritual, em especial a Jacobeia, movimento do qual fazia parte D. Fr. Inácio de Santa Teresa e diversas outras autoridades eclesiásticas das colônias nomeadas por D. João V.

Existem algumas teorias sobre a origem do nome Jacobeia, sendo uma delas a de derivação de cunho bíblico, referindo-se à escada do sonho de Jacob (Jacó), representando a necessidade de reformas e da disciplina requerida dos beatos (ALVES, 2013, p. 24). Segundo Souza e Mendes:

A Jacobeia propugnava um estilo de vida austero, de rígida obediência aos preceitos evangélicos, com sinais manifestos de distinção entre aqueles que verdadeiramente abraçavam a reforma de suas vidas (os espirituais, jacobeus) e os outros (mundanos), que não acreditavam na necessidade de uma observação tão estreita e rigorosa dos preceitos cristãos (SOUZA; MENDES, 2020, p. 59).

O movimento jacobeu foi marcado, portanto, por seu rigor em relação ao modo de vida dos cristãos. A exigência de confissões, penitências, orações mentais e o estado de vigilância dos eclesiásticos jacobeus eram traços que compunham esse rigor evangelizador e que procuravam enfrentar as crises católicas do século XVIII (SANTOS; MENDES, 2020).

As devadasis e a demonização das práticas hindus

O termo *devadasi*, - que após a presença portuguesa passa a ser entendido como bailadeira-, corresponde não somente a um grupo de mulheres que dançam para os deuses, mas a um sistema milenar que possui raízes no período védico. O culto a *Devi*, o divino feminino presente nas representações das deusas, denota a importância que as mulheres possuíam nos templos hindus . De maneira geral, a tradução mais popularizada dessa palavra em sânscrito explica que *deva* significa deus e *dasi* serva, sendo, desse modo, a *devadasi* uma “serva de deus” (SILVA, 2016, p. 112-116).

Existem dezenas de variações regionais para referir-se ao grupo dançante, sendo uma delas a palavra utilizada em Goa, *kalavant*², onde *kala* significa arte e *vant* “dotado de”, denotando o papel artístico que essas mulheres empregavam nos rituais de culto aos deuses (SILVA, 2016, p. 116-117).

Outro termo que aparece frequentemente associado às bailadeiras é “pagode”, palavra que deriva de um conceito hindu em sânscrito, *bhagavati*, que significa sagrado. A partir do século XV, o termo pagode passa a ser empregado para referir-se tanto aos templos como aos “ídolos” hindus, e posteriormente a festas e folias, já que pela ótica moral cristã os portugueses não assimilavam diversas práticas ritualísticas e as categorizavam dessa maneira. Os templos hindus eram centrais na sociedade goesa, já que eram utilizados não somente como espaço de adoração mas para discutir questões referentes à vida em comunidade (Dos Anjos, 2016, p. 100-102).

A partir de 1530, com o crescimento do proselitismo, os templos passaram a ser destruídos, a fim de garantir a hegemonia das práticas cristãs e a homogeneização religiosa de Goa. Portanto, segundo Patrícia Faria:

² *Kalavant* é um termo geral para tratar de dançarinos no templo, não somente devadasis mas outras categorias que performavam atos ritualísticos. “Além das devadasis, os templos hindus também incluíam outras mulheres, tal como as *bhavins* que eram responsáveis por segurar as lamparinas de ghee durante o ritual, mantendo-as acesas. A posição hierárquica entre essas duas categorias (*devadasi* e *bhavins*) não era estável. Por exemplo, quando o templo estava desprovido de devadasis, as *bhavins* assumiam algumas de suas funções, porém não todas, uma vez que possuíam status sociais distintos, diferentes graus no que tocava o seu caráter auspicioso.”(Cf. Dos Anjos, 2016, p.106).

Com a chegada dos portugueses que colonizaram regiões da Índia, a solução proposta pelas autoridades civis e religiosas foi extirpar templos e imagens religiosas hindus: mesquitas e pagodes foram transformados em igrejas e o material da composição de “ídolos” locais seria reaproveitado na confecção de objetos litúrgicos católicos. A solução, portanto, não pode ser reduzida ao furor iconoclasta, oferecendo ao indiano o vazio, mas lhe ofertando novas imagens: desta vez autorizadas imagens cristãs (FARIA, 2008, p. 344).

Portanto, a partir do século XVI, as dançarinas, os templos e diversas outras práticas religiosas passaram a ser afetados de maneira cada vez mais incisiva, ocorrendo um processo crescente de diabolização da religiosidade e cultura hindu e estigmatização do grupo *kalavant*, que é expropriado de suas funções (DOS ANJOS, 2016, p. 104-106).

O Arcebispo Primaz contra as bailadeiras e as querelas eclesiásticas contra as dançarinas dos tempos

As atuações dos concílios provinciais anteriores às medidas de Inácio de Santa Teresa moldaram a realidade e o contexto no qual o Arcebispo estava inserido quando escreveu sobre as bailadeiras em seu tratado.

Os concílios provinciais, no contexto do declínio de Goa, procuravam controlar o contato entre os cristãos e os não-cristãos, com o objetivo de impedir um sincretismo exacerbado entre os portugueses e as práticas hindus, e dessa forma, prevenir a corrupção da fé cristã. A partir da reunião dos prelados nos concílios, eram produzidas atas e decretos que visavam regulamentar os costumes da população nativa. Ocorreram seis Concílios Provinciais em Goa nos anos 1567, 1575, 1585, 1592 e 1606, possuindo

como maior objetivo discutir a conversão e as problemáticas relativas aos cristãos-novos e aos “novamente convertidos” (FARIA, 2013, p. 6).

As ações defendidas nesses decretos propunham a separação física entre a população gentia e os lusos. No entanto, essas regulamentações acabam não surtindo o efeito esperado. Segundo Dos Anjos, é possível observar em relatos de viajantes de diferentes nacionalidades o apontamento dos portugueses como corruptíveis e indivíduos que teriam se deixado levar pelas tentações morais e espirituais do Estado da Índia (DOS ANJOS, 2016, p. 124).”

Essa conjuntura se mantém no momento em que Inácio de Santa Teresa assume o comando da Arquidiocese de Goa. Seus ideais reformadores, em conformidade com sua corrente ascética jacobea, focam-se, sobretudo, em suprimir as práticas hindus. Uma de suas primeiras ações foi lançar um interdito às dançarinas dos templos em 1722, onde punia com excomunhão qualquer trato existente com essas mulheres (MENDES, 2015, p. 81), sob a concepção de que aquelas mulheres nativas constituíam uma ameaça concreta à Goa.

Um dos primeiros documentos legislativos a tratar das bailadeiras data de 1598, intitulado *Carta de ley contra bailadores e bailadeiras de Goa*³ escrita pelo vice-rei, Francisco da Gama. O documento, no entanto, visa principalmente bailadores do gênero masculino. O Conde da Vidigueira (Francisco da Gama) proibiu dançarinos e dançarinas de circularem por Goa, acusando-os de atos diabólicos e de idolatria que atentavam contra a

³ Cf., Apêndice documental, BOXER, 1961, p.94.

cristandade (BOXER, 1961, p. 85). Já o quinto Concílio Provincial de 1606 refere-se especificamente às dançarinas como portadoras de lascívia e deveriam ser extinguidas qualquer instituição de ensino das artes dos templos, e seriam punidos aqueles que se envolvessem com essas mulheres. No entanto, segundo Charles Boxer, mesmo com a reimpressão do documento em 1643 e 1649, não foi possível evitar a reincidência das relações entre os portugueses e as bailadeiras. (BOXER, 1961, p. 85-86)

Em 1700, com a reputação já maculada, as dançarinas recebem a atenção do vice-rei António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, o Conde de Vila Verde, que sob a pressão de D. Pedro II, reforça incisivamente em seu *Alvará em Forma de Ley* o perigo que essas mulheres representavam para o Estado da Índia, proibindo-as de residir em Goa. A punição para os portugueses envolvidos com as bailadeiras era a prisão e o pagamento de taxas, enquanto para os gentios era reservado o açoite em praça pública e degradação nas galés⁴.

Mesmo com todas essas sanções, o envolvimento de fidalgos com as danças nos pagodes persistia, inclusive com a participação de diversas autoridades locais. D. João V, em uma de suas correspondências ao vice-rei D. Rodrigo da Costa, de 1706, expressa sua indignação com a corrupção das lideranças de Goa que frequentavam os bailes nos templos hindus (MENDES, 2015, p. 83-84).

No excerto denominado *Arrezoado do Arcebispo Primaz contra as bailadeiras em 1725*, Inácio de Santa Teresa expõe seu descontentamento

⁴ Cf., Apêndice documental, BOXER, 1961, p.95.

acerca do que chama de “mao successo do Culabo (sic)”, que se trata, segundo Charles Boxer, de uma expedição com a colaboração inglesa que fracassou em 1721 contra Canogi Angia, o senhor do Culabo. O frei culpa especialmente as bailadeiras pelas frustrações militares no território. Segundo ele:

O mao successo do Culabo (...) porque senão attribuirá ao tracto e comercio dos Cabos e soldados Portugueses com as torpes Bailadeiras gentias, serventes dos Pagodes, e escravas do Diabo, com as quaes estiverão por despedida (não total, mas interina) toda a noite antes do embarque para aquella empreza (esta foi a Romaria e o jubileo com que se prevenirão para ella!) conservandose no tempo da auzencia com tanta lembrança e saudades destes torpes espantalhos do mesmo vicio, que cegamente os arrastra, que na mesma noite do dia do desembarque, quando voltarão com pouca honra, .os forão logo vizitar com menos vergonha?

Estes são os continuos exercicios dos Militares na India — Enlejos de Venus, o que devia ser énsayos de Marte: cegas exercitaçoens do cego rapaz Cupido, o que devia ser vigilante Palestra da sabia Palas e varonil Bellona. Mas por isso, nas ocações procedem às cegas, não como varoens, mas como rapazes, em nada marciaes, e em tudo afeminados. E he propria dos afeminados a preguiça, o temor, a froxidão, a miseria, e a indigencia. (...) (BOXER, 1961, Apêndice documental, p. 97)

Inácio de Santa Teresa realiza uma referência aos deuses da mitologia greco-romana, observando que a influência de Vênus, a deusa do amor, estaria sobrepujando a de Marte, o deus da guerra, reforçando ainda mais a sua crítica e consternação em relação ao envolvimento desses portugueses com as *devadasis*.

O Arcebispo, portanto, observa nas bailadeiras um risco potencial às forças militares, já que os soldados teriam sido “arrastados” e seduzidos pela sua conduta imoral, estando assim distraídos de suas obrigações militares, estando com elas tanto na noite antes do embarque como também após o fracasso da expedição a fim de serem consolados.

Além disso, Inácio de Santa Teresa sugere ainda que as bailadeiras atuam como verdadeiras inimigas do Estado, por revelarem informações estratégicas aos inimigos “(...) a quem tudo revelão (...); e nas pazes, pactos, permissões, faculdades, e licenças que conseguem em tudo tão favoráveis a elles como prejudiciaes ao Estado, chegando por via delas a alcançarem não sô polvora e baila, mas a titulo de emprestimo peças de artilharia” (BOXER, 1961, Apêndice documental, p. 99). Para o Arcebispo, essas mulheres contribuíram para conflitos internos que prejudicaram os interesses estatais:

(...) mesmo dinheiro do Estado se converte em armas contra elle mesmo: nas vinganças que humas tomão as vezes das outras por meyo dos seus amantes, chegando estes a por-se em armas e em som de batalha, e em risco de se perder a melhor flor da milicia da India, não sô às mãos huns dos outros, mas tambem as mãos dos lascarins, ou soldados gentios (...) (BOXER, 1961, Apêndice documental, p. 99).

Próximo ao final do texto, o arcebispo retoma este argumento, a fim de reforçar o quanto as relações entre soldados e bailadeiras são problemáticas para a defesa das fronteiras do império português. Inácio de Santa Teresa narra as empreitadas militares ocorridas contra os muçulmanos, porto da pérsia, e alega que quando as naus inimigas se viram encurraladas, quase encalhando na terra possibilitando sua rendição, o cabo principal teria ordenado a retirada portuguesa “(...) sendo o motivo principal o não se querer

deter mais nem embaraçar de sorte que se não pudesse recolher a Goa no tempo em que tinha determinado e talvez prometido à sua bailadeira com a qual andava, e anda athé agora tão cego que de escandalo tem passado a fabula do povo” (BOXER, 1961, Apêndice documental, p. 100).

Portanto, podemos observar nesses trechos o contexto de decadência do império lusitano, que, segundo o arcebispo, seria promovida pelo envolvimento com as dançarinas e, como veremos em seguida, também com suas práticas nos pagodes. “Nesse sentido, o convívio, a proximidade das mulheres indianas, especialmente das bailadeiras, era entendido como uma grande ameaça à moral, mas também à própria estabilidade política e segurança do Estado da Índia (DOS ANJOS, 2016, p. 124-125).”

Adentrando especificamente sobre a conduta moral das dançarinas, o arcebispo passa a listar os pecados aos quais as bailadeiras se associavam:

No mesmo unico peccado do commercio com as bailadeiras vejão quantas circumstancias aggravantes, e diversinantes estão complicadas e identificadas! Em primeiro lugar está o peccado da mancebia com a circumstancia de infidelidade do sugeito, ou do objecto. Acrece outra circumstancia de Idolatria, porque como estas bailadeiras tem feito voto ao diabo de se não negarem a pessoa alguma

em obsequio e sacrificio ao Diabo, para o qual cooperão no mesmo acto os que com ellas cooperão. Juntão-selhe mais outras circumstancias de supersitição pelas ceremonias de que aquellas Circes ou furias infernâes uzão antes e dipois do accesso, e talvez no mesmo acto, pelos dias, horas, sitios, e sinaes que observão, como tão vans e tão supersticiozas, e em tudo diabolicas, pelas letras e canticos com que celebrão os seus falços Deozes, e talvez os invocão para aquelles actos (BOXER, 1961, Apêndice documental, p. 98).

Neste momento, Inácio de Santa Teresa reforça a natureza pecaminosa de cunho sexual do comércio com as bailadeiras, associando-as à mancebia e infidelidade, e ao mesmo tempo com a idolatria.

A fim de analisarmos de maneira mais aprofundada a relação que as autoridades portuguesas identificam entre as bailadeiras e a prostituição, é necessário compreender a posição social e religiosa dessas mulheres na sociedade goesa. Essas dançarinas estariam num “limbo sociológico”, já que não se encaixavam em nenhuma casta e estavam casadas com deus de maneira simbólica, não podendo estabelecer laços matrimoniais durante suas vidas sob o risco de tornarem-se intocáveis (*dalits*) (DOS ANJOS, 2016, p. 109). Apesar das restrições relacionadas ao casamento, as *devadasis* experimentavam uma relativa liberdade sexual quando comparadas às mulheres de castas mais altas e as cristãs. Assim,

A bailadeira era uma figura completamente distinta da qual os portugueses estavam acostumados com o perfil de mulher. Elas não eram casadas, pois não possuíam uma união matrimonial estável dentro dos princípios cristãos, mas também não eram solteiras, pois não estavam disponíveis, nem à espera de um marido ou casamento secular. Elas não eram completamente reservadas, nem regidas por uma figura paterna tradicional tal como pai, que a teria sob sua tutela até o dia em que se casasse. Que categoria restava a elas para serem associadas, comparadas, incluídas ou compreendidas? De serva de deus, a devadasi foi reduzida a prostituta (DOS ANJOS, 2016, p. 115).

Durante a juventude, muitas *kalavants* eram patrocinadas por homens pertencentes a castas elevadas, que segundo Luíza Tonon de Silva, implicavam em relações similares a um sistema de concubinato em troca de

bens materiais. Nobres portugueses, apesar das expressivas proibições, acabavam por reproduzir essas relações de financiamento (SILVA, 2016, p. 8), como podemos observar no trecho abaixo:

Outra circunstancia de outra nova Idolatria concorre nos gastos com que concorrem para as fullas ou flores do Pagode nos dias das suas festas, para o sandalo com que os untão, e se untão em seo obsequio (..) as joyas com que se ornão, e enfeitão para os bailes das suas solemnidades (as quaes vem ao depois a parar em ornato dos mesmos idolos, ou do mesmo Diabo), nos burrifadores, salvas, bandejas, pratos, jarros, e outros mais adereços que lhes emprestão, já -para burrifarem e lavarem os Bottos⁵ (que são os seos sacerdotes) que andão cubertos de cinza. e lhes offerecerem e os cubrirem de fullas naquellas solemnidades e nos cazamentos, já para nelles e com elles fazerem a offerta e sacrificio ao Diabo (..) no dinheiro que positivamente lhes dão não sô para as redificações, mas talvez para as edificações novas dos Pagodes, o que hê já tão vulgar, que ainda hoje em Goa se distinguem alguns Pagodes dos gentios pelos nomes dos cavalheiros Portuguezes com cujo dinheiro se edificarão; e assim dizem "fomos ver o Pagode de Fulano, e o Pagode de Sicrano", como eu já cheguei a ouvir (calamos os nomes por decoro), e tambem nas cazas que lhes levantão; que como são para habitação e subsistencia das servideiras dos Pagodes e professoras daquelle torpissimo instituto e religião, veste mais a rezão, ou a sem rezão, desta nova malicia e indecencia idolatrica (BOXER, 1961, Apêndice documental, p. 98).

Aqui podemos analisar explicitamente a visão do arcebispo em relação aos rituais e cerimônias realizados no interior dos templos hindus. A demonização da religiosidade hindu, bem como a ação das *devadasis* é

⁵ Bottos significa “Brâmane letrado”.

reforçada nesse trecho. É possível observar também, como contextualizado anteriormente, que apesar das proibições as solenidades “gentílicas” continuavam a ocorrer. Inácio de Santa Teresa até menciona que alguns se veem compelidos a entregar-se às autoridades inquisitoriais. O escândalo é reforçado pela denúncia do endosso financeiro por parte de fidalgos portugueses, a ponto de os pagodes ficarem conhecidos por seu nome. E, por fim, o arcebispo reporta que não somente os templos, mas também as habitações das “servideiras dos Pagodes” são construídas por portugueses que com elas se envolvem.

Considerações finais

Através da ótica do Arcebispo Inácio de Santa Teresa, pudemos analisar de que forma as bailadeiras/*devadasis* eram recepcionadas pela mentalidade e cosmovisão cristã. Protagonistas de inúmeras tensões nos concílios provinciais e, em especial, nas denúncias feitas pelo arcebispo jacobeu, essas mulheres indianas afrontaram as autoridades masculinas portuguesas com seus corpos e sua dança.

Ao mesmo tempo em que contradiziam os preceitos religiosos cristãos e eram acusadas de pactuar com o próprio Diabo, as *devadasis* foram erotizadas e reduzidas à função de prostitutas, sendo procuradas pelos fidalgos na clandestinidade.

O processo de conversão deu lugar à expulsão e o afastamento efetivo dessas mulheres, que não poderiam fazer parte da sociedade goesa condenando-as a sobreviver na margem da sociedade. No entanto, como pudemos ver através do documento do arcebispo, as práticas hindus e as cerimônias performadas pelas *devadasis* ainda eram realizadas em meio a

tantas proibições, o que se mostrou um grande obstáculo para as autoridades eclesiásticas e civis do Estado da Índia.

Portanto, segundo Rosa Maria Perez, “O papel ritual da devadasi era em termos culturais tão fascinante quanto problemático. Se uma tradução cultural já havia se revelado difícil a respeito de tantos temas indianos, a dificuldade se provou ainda maior ao traduzir uma moralidade (a Hindu) em outra (a Católica)” (PEREZ, 2001, p.130).

Referências Bibliográficas

ALVES, Ana Maria Mendes Ruas, *O reyno de Deos e a sua justiça: Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751)*. Coimbra : [s.n.], 2012. Tese de doutoramento.

BOXER. C. R. Fidalgos portugueses e bailadeiras indianas (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, nº. 56, 1961.

DOS ANJOS, Camila Domingos. *A Cruz e o Império: a expansão portuguesa e a cristianização das bailadeiras e viúvas em Goa (1567-1606)*. Tese de Mestrado em História, UFFRJ, Seropédica, 2016.

FARIA, Patricia de Souza. O sagrado e o monstruoso: a arte religiosa indiana na imaginação de cronistas europeus do século XVI. In: *IV Encontro de História da Arte - IFCH - UNICAMP*, 2008, Campinas. A arte a História da Arte entre a Produção e a reflexão, 2008.

_____. Os concílios provinciais de Goa: reflexões sobre o impacto da "Reforma Tridentina" no centro do império asiático português (1567-1606). *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 14, n. 27, p. 218-238, 2013.

MENDES, José Maria. *Inácio de Santa Teresa: O percurso de um arcebispo polémico*. Tese de doutorado em História (História dos Descobrimentos e da Expansão), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2015.

PEREZ, Rosa Maria. Portuguese Orientalism: some problems on Sociological classification. *The Portuguese and the socio cultural changes in India 1500-1800*, 2001.

SANTOS, Zulmira – “Luzes e Espiritualidades. Itinerários do século XVIII”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II, 2000.

SILVA, Jorge Lúzio Matos. *As bailadeiras. Devadasis, dança e colonialidade na Índia portuguesa-século XVIII: no corpo iconografado uma categoria histórica*. 2016. 346 f. 2016. Tese de Doutorado–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Luíza Tonon, *Entre margens: as kalavant de Goa nos séculos XVI e XVIII*, II Simpósio Internacional da ABHR, XV Simpósio Internacional da ABHR, História, Gênero e Religião: Violências e Direitos Humanos, UFSC, Florianópolis, SC, 2016.

SOUZA, Evergton Sales; MENDES, Ediana Ferreira. Jacobeus nos trópicos: olhares sobre a sociedade e enquadramento religioso na diocese fluminense (1725-1773). *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. *A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)*. PhD Diss.: Universidade Federal Fluminense, 2002.

Recebido em: 24/02/2021

Aprovado em: 17/08/2022

Resenhas

RESENHA DE KARL MARX: UMA BIOGRAFIA, DE JOSÉ PAULO NETTO

NETTO, JOSÉ PAULO. KARL MARX: UMA BIOGRAFIA. 1 ED. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2020. 816P.

Antonio Soares Rocha Neto¹

José Paulo Netto, professor emérito de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de dezenas de obras que contemplam um vasto conteúdo para as ciências humanas em geral, oferece ao público leitor uma profunda biografia de Karl Marx (1818-1883), publicada no final de 2020. Netto é um dos mais renomados marxistas brasileiros com ampla obra abordando as teorias de Karl Marx e Georg Lukács (1885-1971), assim como outras temáticas teóricas, econômicas e sociais. É um grande crítico das deformações que o marxismo sofreu no movimento político comunista, especialmente com a Segunda Internacional e o Stalinismo, sempre defendendo um estudo profundo dos textos marxianos, sem se render ao simplismo. Assim sendo, um pequeno livro de sua autoria que exemplifica a percepção de Netto sobre o marxismo como tradição teórica e política, encontra-se em *O que é Marxismo*, publicado em 1985 pela Editora Brasiliense na famosa coleção “Primeiros Passos”. Também possui expressivos estudos no campo da análise da concepção teórico-metodológica

¹ Graduando no curso de Direito da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Email para contato: rocha-neto@hotmail.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4637001217168398>.

de Marx e sobre a crítica da economia política marxiana e marxista, como atestam, respectivamente, seus livros *Introdução ao estudo do método de Marx* e *Economia Política: uma introdução crítica*, este em coautoria com Marcelo Braz, e sua organização e introdução das correspondências de Marx e Engels sobre *O Capital*, compiladas no livro *Cartas sobre O Capital*.

O teórico marxista supracitado nos oferece agora um estudo no qual ele busca apresentar o que considera como essencial na obra de Marx (NETTO, 2020: 31), articulando o desenvolvimento da teoria marxiana com os processos históricos e políticos no qual o filósofo alemão viveu, assim como sua vida pessoal (especialmente sua relação com a esposa Jenny, suas filhas e filhos), marcada por privações e conflitos internos. A biografia compreende 462 páginas de texto, 205 páginas de notas (1.006 notas) e 75 páginas de bibliografia. Deve-se salientar que a pesquisa não pretende ser a biografia definitiva de Marx, mas tão somente uma biografia, como evidencia o seu subtítulo, pois Netto empreende a apreensão dos elementos mais indispensáveis na estrutura da obra de Marx.

Assim sendo, o autor marxista deixa claro que sua interpretação do desenvolvimento teórico marxiano não é incontroversa, mas uma dentre as várias correntes marxistas que existem, as quais chegam a posições profundamente conflitantes. Como exemplo, basta lembrar a discussão de Louis Althusser sobre a ruptura entre o jovem Marx e o Marx maduro, assim como a separação radical entre Marx e Hegel. José Paulo Netto parte de um entendimento oposto ao de Althusser. Assim sendo, ao partir da influência de Georg Lukács, entende a teoria de Marx como uma unidade, não estática e indiferenciada, mas em processo contínuo de negações, conservações e

superações. Ou seja, na obra escrita por Netto não existe uma ruptura total entre o jovem e o velho Marx, mas sim um processo dialético que comporta rupturas e continuidades.

Dessa forma, o maior legado de Marx, segundo o biógrafo, é a sua teoria do modo de produção capitalista, ou seja, sua investigação da lei econômica da sociedade burguesa, a qual possibilita o caminho para a superação da sociedade capitalista e a construção de uma nova forma de sociabilidade, o comunismo. Portanto, Marx não aparece na biografia como um teórico do comunismo, mas como um profundo estudioso do capitalismo (NETTO, 2020: 33). O comunismo, nesse contexto, é a forma de sociabilidade que surge com a superação radical do capitalismo, fundada na associação de livres produtores emancipados. Marx, como materialista que era, não teria tentado fazer adivinhações utópicas sobre uma sociedade comunista, mas apenas oferecido algumas prospecções hauridas da própria prática social efetiva.

Cabe salientar que o biógrafo não esquece do papel que Engels exerceu na história do desenvolvimento pessoal e teórico de Marx. Friedrich Engels (1820-1895) foi um personagem histórico ímpar na vida de Marx, possibilitando o contato deste com a Economia Política. Porém o autor não se aprofunda na vida do parceiro intelectual do alemão de Trier, mas tão somente quando seja necessário no desenvolvimento biográfico do próprio Marx. Assim sendo, Netto expõe de forma sucinta o papel de Engels na teoria de Marx, desde suas obras escritas a quatro mãos, sendo a mais famosa o *Manifesto do Partido Comunista*, até suas polêmicas contra Eugen Dühring na defesa do materialismo histórico no *Anti-Dühring*.

Assim sendo, cabe agora abordar a estrutura expositiva da biografia. Ela é composta por 8 capítulos e um epílogo (ou prólogo, pois conforme o biógrafo, Marx abriu o caminho teórico para a emancipação humana). Cada capítulo, compreendendo lapsos temporais específicos da vida de Marx, constituem-se com análises substantivas do contexto histórico e político da época, os fatos expressivos da vida pessoal de Marx e por fim, uma profunda análise de suas obras mais importantes e impactantes, como os *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844), *A Ideologia Alemã* (1845), *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), *Grundrisse* (1857-1858) e *O Capital* (1867-1895). Isto posto, nem toda a dimensão da obra marxiana é colocada em análise, mas somente as partes mais fundamentais, as quais Netto direciona uma vasta referência bibliográfica para aprofundamento do leitor na totalidade da obra do autor do *Manifesto do Partido Comunista*. Sendo impossível abordar aqui toda a riqueza contida na biografia, podemos apenas ressaltar seus pontos mais importantes.

A exposição do livro biográfico compreende desde a juventude de Marx (seu nascimento e infância, sua formação escolar e universitária, sua relação intelectual com a filosofia de Hegel, etc.) até seus últimos momentos de vida, em 1883. A herança hegeliana na teoria social de Marx é ricamente discutida, afirmando o biógrafo sobre o caráter fundamental da dialética de Hegel para a construção do pensamento filosófico de Marx. Porém, ao mesmo tempo, também deixa clara a dimensão da ruptura deste com aquele, nos termos filosóficos de uma ruptura que também conserva as potencialidades positivas no legado hegeliano. Logo, os embates teóricos de

Marx com os legatários de Hegel também não são ignorados, sendo abordados substantivamente, conforme a evolução da nova concepção teórico-metodológica que o comunista alemão desenvolveu, o materialismo histórico-dialético. No contexto da relação Marx-Hegel, a análise da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), *Manuscritos Econômico-filosóficos* e *A Ideologia Alemã* desenvolvem satisfatoriamente as referidas questões.

Além disso, José Paulo Netto também reserva a devida atenção aos encontros de Marx com o socialismo francês e com a economia política inglesa (e nesta a influência do encontro com Engels), que irão proporcionar as bases teóricas, a partir do procedimento da crítica materialista marxiana, para a apreensão do movimento imanente do capitalismo e a orientação de transformação comunista que constituem o essencial do pensamento de Marx e do marxismo como corrente teórico-política. Desse modo, o método dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução comunista são os pilares da teoria social revolucionária legada por Karl Marx, segundo o entendimento do biógrafo.

E também, como não poderia estar ausente em uma investigação da obra de Marx, a obra-prima do filósofo alemão, *O Capital*, possui um capítulo exclusivo (VI) para a análise de sua estrutura e sentido. Neste capítulo, Netto expõe, com maestria e didática, a estrutura e alguns temas fundamentais que constituem o conteúdo da grande obra inacabada de Marx, a qual tem como objeto o modo de produção de capitalista. A teoria da exploração da força de trabalho através da mais-valia, a teoria do valor-trabalho, das crises do capital, etc. são didaticamente expostas para o público leitor. Tal exposição e discussão, como em tudo na biografia de Netto, é

sustentada por grandes referências bibliográficas e de notas, que oferecem possibilidades para posterior aprofundamento pelo leitor.

E por fim, as relações pessoais de Marx, muitas delas com militantes políticos expressivos no século XIX - Pierre Jouseph-Proudhon; Ferdinand Lassalle; Mikhail Bakunin -, são investigadas em seu devido contexto histórico e político. Sua família, com a esposa Jenny, suas filhas e filhos, as privações vividas e a possível traição de Marx não são negligenciadas pelo biógrafo, que inclusive não se põe de forma neutra em suas análises.

Toda essa articulação metodológica da obra biográfica resulta em um texto que, didaticamente, expõe a obra e militância política de Karl Marx como condicionadas pelo contexto histórico, por sua vida e relações pessoais, por seus estudos particulares, atividades jornalísticas, e também por suas experiências e conflitos políticos. Afinal, Marx não era apenas um estudioso, mas um revolucionário, um marido e um pai, que passou grande parte da sua vida na organização do movimento dos trabalhadores, a fim de construir a emancipação comunista. Um grande exemplo de sua militância é o papel que teve na construção da Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional, que é abordado por José Paulo Netto nos capítulos V e VII. Dessa forma, na investigação da vida e obra de Marx pelo biógrafo, a genialidade do comunista alemão se funde com sua profunda paixão e ação política, portanto, a práxis é o fundamento de suas concepções.

Karl Marx: uma biografia, sem dúvidas, é leitura essencial para aqueles e aquelas que buscam entender a obra e prática política de Marx no seu devido desenvolvimento, principalmente em tempos de crise da

sociabilidade capitalista como a que acontece contemporaneamente. A biografia oferece aportes para iniciantes, conhecedores e pesquisadores no oceano de palavras e categorias que constituem a teoria marxiana, maior arma para a emancipação da classe trabalhadora. A escrita de José Paulo Netto é profundamente didática, porém sem abrir mão de sua complexidade. Afinal, como deixa claro o próprio autor, não se trata de um Marx para apressados, mas sim de uma obra que exige o mínimo interesse do leitor. Por fim, é uma contribuição substantiva e científica para a inúmera gama de biografias que existem sobre Marx, e ainda sem cair em tons apologéticos ou detratores. Assim sendo, a importância e atualidade de Marx para as ciências humanas em geral é inestimável, como atesta a biografia, ao analisar o rol das grandes descobertas do revolucionário comunista. Trata-se, portanto, de uma obra séria, didática e concisa que merece a atenção de todo aquele e aquela que têm interesse em Karl Marx e o Marxismo como movimento teórico e político.

Recebido em: 05/02/2021

Aceito em: 11/02/2022

NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista *Cadernos de Clio* aceita artigos, resenhas bibliográficas, fílmicas e musicais em português, inglês ou espanhol, ensaios fotográficos, ilustrações e relatos de docência.
2. Os artigos terão tema livre, desde que dentro do campo historiográfico ou que dialogue com ele.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia e título, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5 cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
4. As resenhas bibliográficas deverão ser de livros publicados no Brasil nos últimos 03 anos, de livros publicados no exterior nos últimos 05 anos ou de teses de pesquisa doutoral produzidas nos últimos 03 anos. Deverão ter no máximo 05 páginas (formato A4), utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5 cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
5. As resenhas fílmicas devem ser de arquivos audiovisuais de clara relevância para a divulgação do conhecimento histórico, realizados no Brasil nos últimos 10 anos ou realizados no exterior nos últimos 15 anos. Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
6. As resenhas musicais devem ser de músicas ou álbuns a partir dos quais o autor consiga estabelecer uma reflexão histórica, realizados no Brasil ou no exterior, sem restrição de data. Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.

7. Os ensaios fotográficos devem conter no máximo 06 páginas, sendo que uma destas deve ser obrigatoriamente utilizada para o título e o resumo do projeto demonstrando sua relevância para a História. Fica a critério do autor se deseja mandar 05 imagens, na disposição de uma por página, ou 10 imagens, na disposição de duas por página. Os arquivos devem estar em formato .doc.

8. As ilustrações devem se restringir a 01 página, contendo o título abaixo da mesma, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado.

9. Os relatos de experiência docente em História ou de estágio na área têm como limite (incluindo elementos pré e pós-textuais) de 8 a 15 páginas e seguem as mesmas normas de formatação dos artigos.

10. Serão aceitos artigos e resenhas de graduandos/as ou graduados/as dos cursos de História ou de áreas afins desde que os trabalhos dialoguem com temáticas relacionadas à historiografia. É possível que os textos sejam escritos em co-autoria com um/uma professor/a orientador/a. Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.

11. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial da Cadernos de Clio. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista e/ou às configurações do suporte on line. Portanto, artigos e resenhas que forem aprovados e não imediatamente publicados, ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.

12. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.

13. Os autores serão notificados da recepção das colaborações e desenvolvimento do processo de avaliação.

14. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo

editorial implica a cessão da prioridade da publicação a Cadernos de Clio, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material publicado em futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de direitos à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

Normas técnicas para apresentação dos materiais:

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito exclusivamente pelo sistema SER/UFPR (<https://revistas.ufpr.br/clio>). Deverá ser informado na plataforma o e-mail, a situação acadêmica do(a) aluno(a) (período e vinculação), link do lattes (se possuir) e nome do(a) professor(a) orientador(a) (se possuir).

2. Os artigos em português deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estrangeira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida.

3. Os artigos em inglês deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em inglês, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou espanhol; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em inglês e sua respectiva versão na língua escolhida.

4. Os artigos em espanhol deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em espanhol, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou inglês; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida.

5. Para resenhas de filmes, devem constar as seguintes informações ao início do texto: Título do filme em português (Título original). País de origem, ano de lançamento, Duração (em min.). "Dirigido por" Nome do Diretor.

6. Para resenhas de músicas, devem constar as seguintes informações ao início do texto: SOBRENOME, Nome(s) do(s) Compositor(es). Título da música (ou faixa de gravação). Seguidos da expressão In:, e da referência do documento sonoro no todo (SOBRENOME, Nome do Intérprete. Título do álbum. Local: Gravadora, ano.) No final da referência, deve-se informar o tipo de suporte do documento (CD, Web etc).
7. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais ou comprovação de que esteja em domínio público.
8. No caso de ensaios fotográficos, é necessário apresentação do título da obra e texto que a apresente, contendo a conceituação e metodologia da execução das imagens, não superior a uma página.
9. Os relatos de experiência docente em História ou de estágio na área deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estrangeira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida.
10. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.
11. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawn, 2003) ou (Hobsbawn, 2003: 30). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).
12. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo à ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.
13. Os arquivos não poderão ter qualquer informação que identifique a autoria, sob pena de eliminação do processo seletivo da revista.

INFORMAÇÕES

cadernosdeclio@gmail.com (Comissão Editorial)

<http://pethistoriaufpr.wordpress.com>

<https://www.instagram.com/pethistoria.ufpr/>